

**FRANCISCO GIVANILDO DOS SANTOS**

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS  
PARA O MEIO RURAL  
EM MATO GROSSO DO SUL (1991-2002)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-MESTRADO  
CAMPO GRANDE/MS  
2009**

Santos, Francisco Givanildo  
Políticas Educacionais para o Meio Rural em Mato Grosso do Sul (1991-  
2002) / Francisco Givanildo dos Santos - Campo Grande: PPEM da UFMS, 2009.  
136 f.: 30 cm.

Orientadora: Maria Dilnéia Espínola Fernandes.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Programa de Pós-Graduação em Educação/Mestrado. Campo Grande. BR –  
MS, 2009.

1. Programa de Pós-Graduação em Educação/Mestrado. 2. Meio Rural  
3. Fernandes, Maria Dilnéia Espínola. 4. Universidade Federal Do Mato Grosso do  
Sul. I. Centro de Ciências Humanas e Sociais. II. Programa de Pós-Graduação em  
Educação/Mestrado.

**FRANCISCO GIVANILDO DOS SANTOS**

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS  
PARA O MEIO RURAL  
EM MATO GROSSO DO SUL (1991-2002)**

Dissertação apresentada como exigência final para obtenção do grau de Mestre em Educação à Comissão Julgadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob a orientação da Professora Doutora Maria Diléia Espindola Fernandes.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-MESTRADO  
CAMPO GRANDE/MS  
2009**

## **COMISSÃO JULGADORA**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria Dilnéia Espindola Fernandes

---

Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>a</sup> Jacira Helena do Valle Pereira

## DEDICATÓRIA

Dedico este estudo  
aos meus pais Antônio e Zilda, aos meus  
irmãos e sobrinhos, à minha companheira Eliana e  
ao nosso filho João Fabrício.  
Aos meus companheiros e companheiras.  
A todos, meu carinho e minha gratidão.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em especial, à Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Maria Dilnéia Espindola Fernandes, por sua orientação firme e compreensiva.

À Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Jacira Helena do Valle Pereira, por ter aceitado participar de minha banca e pelas reflexões, por ocasião do exame de qualificação.

Ao Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto pelos ensinamentos significativos.

Aos Professores do programa de Pós-Graduação/Mestrado em Educação, pelos conteúdos ensinados e conhecimentos socializados.

Aos meus colegas de Mestrado em Educação.

## **RESUMO**

Este trabalho se insere na linha de pesquisa “Estado e Políticas Públicas de Educação” do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. A investigação teve como objeto de estudo as políticas educacionais voltadas para a população rural em Mato Grosso do Sul, que foram elaboradas e implementadas no período de 1991 a 2002, pelos governos de Pedro Pedrossian (1991-1994), Wilson Barbosa Martins (1995-1998) e José Orcírio Miranda dos Santos (1999-2002). O objetivo foi analisar as políticas educacionais do período, a partir do movimento da sociedade capitalista e o mundo do trabalho que reconfigura o espaço e as relações sociais, redefinem as funções do Estado, dentre elas, a promoção de políticas públicas, sendo também pressionado pelos movimentos sociais a garantir direitos, como o da educação para todos. Assim, o trabalho foi construído a partir da legislação educacional, das fontes documentais produzidas em âmbito federal e estadual, bem como a literatura pertinente ao tema de estudo. O que se verificou das políticas públicas elaboradas, foi que os objetivos e metas planejada estão sujeitos a serem secundarizados, porque os recursos financeiros e as opções políticas dos dirigentes do Estado se destinam a outras prioridades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política educacional, Educação Básica; Educação no meio rural em Mato Grosso do Sul.

## **ABSTRACT**

This work is in line search 'State policies and Public Education Program Graduate Education, Federal University of Mato Grosso do Sul.

The investigation had the object of study of educational policies aimed at the rural population in Mato Grosso do Sul, which have been prepared and implemented in the period 1991 to 2002, by governments of Pedro Pedrossian (1991-1994), Wilson Barbosa Martins (1995 - 1998) and José Orcírio Miranda dos Santos (1999 -2002). The objective was to analyze the educational policies of the periodic times, from the movement of capitalist society and the world of work that reconfigures space and social relations, redefining the functions of the State, among them the promotion of public policies, also being pressured by social movements to secure rights such as education for all. Thus, the work was constructed from the educational legislation, the documentary sources produced at the federal and state governments, as well as the literature concerning the subject of study. What verified to public policies elaborated, was that the planned objectives and goals are subject to being secundarized because the financial resources and political choices of leaders of State are to other priorities.

**Key-Words:** Politics Education; Basic Education; Education in the rural mean in MS

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> - Taxas de Desemprego, PIB e PIB per capita (1) Brasil e Região Metropolitana de São Paulo 1990-1998 – (em %) .....	36
<b>Tabela 2</b> - Balança Comercial Brasil 1992 – 1998 (em US\$ bilhões).....	38
<b>Tabela 3</b> - Participação dos Setores de Atividades no Total do Produto Interno Bruto a Custo de Fatores – 1985-2000 – Mato Grosso do Sul .....	39
<b>Tabela 4</b> - Participação dos setores na composição do PIB/MS – Brasil e Mato Grosso do Sul – 2002 - 2005 .....	40
<b>Tabela 5</b> - Produção das Principais Culturas de Mato Grosso do Sul - 1980-2003 (t) .....	40
<b>Tabela 6</b> - Rebanho Bovino, Animais Abatidos e Taxas de Abate em Anos Censitários e Estimativa para 1980-2002 .....	41
<b>Tabela 7</b> - Estrutura Fundiária de Mato Grosso do Sul 1980-1996.....	42
<b>Tabela 8</b> - Resumo das Taxas de Crescimento do PIB/MS, Centro Oeste e o Brasil	43
<b>Tabela 9</b> - Participação do Setor Terciário na Receita de ICMS e na População Economicamente Ativa EA/MS - 1990-2002.....	44
<b>Tabela 10</b> - Agências reguladoras.....	65
<b>Tabela 11</b> - Evolução do número de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas segundo a posição na ocupação. Brasil 1981-1998 .....	72
<b>Tabela 12</b> - Pessoas ocupadas na atividade agrícola por classes de rendimento Brasil-1998.....	72
<b>Tabela 13</b> - Evolução da População no Estado de Mato Grosso do Sul - 1950-2000 .....	82
<b>Tabela 14</b> - Evolução da Produção Agrícola no Estado de Mato Grosso do Sul – 1980 - 2003 .....	84
<b>Tabela 15</b> - Estrutura Fundiária – 1980 - 1996 - Mato Grosso do Sul.....	85
<b>Tabela 16</b> - Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários - Mato Grosso do Sul - 1970/2006.....	87
<b>Tabela 17</b> - Estimativa dos números de pessoas nas empresas atendidas e pela comissão.....	99
<b>Tabela 18</b> - Total e Percentual do número de Governadores eleitos por Partido nas Eleições de 1982, 1986, 1990, 1994 e 1998 .....	107
<b>Tabela 19</b> - Taxa de Escolarização dos Jovens no Ensino Fundamental, Médio e Superior - MS 1995, 1998 e 2005 .....	116
<b>Tabela 20</b> - Evolução da Taxa de Analfabetismo em Mato Grosso do Sul e Brasil para a População Acima de Cinco Anos de Idade – 1985-2001.....	117
<b>Tabela 21</b> - Escolaridade da População, por Anos de Estudo (%) – 1997-2001 ....	117
<b>Tabela 22</b> - Evolução do Número de Matrículas por Dependência Administrativa na Pré – Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio em Mato Grosso do Sul (1980 – 2002) .....	118

<b>Tabela 23</b> - Número de Escolas Existentes no Estado do Mato Grosso do Sul – 2002 .....	119
<b>Tabela 24</b> - Corpo Docente, por Dependência Administrativa - 2002 .....	119
<b>Tabela 25</b> - Ensino Superior – Graduação – 2000 .....	119
<b>Tabela 26</b> - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais em Mato Grosso do Sul (2003, 2004 e 2007) .....	119

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Comparativo da Escolaridade nos anos de 1989 e 1998 .....	56
--	----

## LISTA DE SIGLAS

- AECAMS** - Associação dos Educadores das Colônias Agrícolas, Assentamentos e Acampamentos de Mato Grosso do Sul
- ABET**- Associação Brasileira de Estudo do Trabalho
- ARCAFAR** - Associação Regional das Casas Familiares Rurais
- ABRA** - Associação Brasileira de Reforma Agrária
- CESIT** - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho
- CPT** - Comissão Pastoral da Terra
- CUT** - Central Única dos Trabalhadores
- CEE** - Conselho Estadual de Educação
- CONED** - Congresso Nacional de Educação
- CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CNBB** - Conferência Nacional dos Bispos no Brasil
- DRU** - Desvinculação de Receita da União
- EJA** - Educação de Jovens e Adultos
- FUNDEB** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- FEAB** - Federação dos Estudantes de Agronomia
- FETAGRI** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
- FUNDEF** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
- FMI** - Fundo Monetário Internacional
- IDATERRA** - Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
- INEP** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MAB** - Movimento dos Atingidos por Barragens
- MAP** - Movimento dos Pequenos Agricultores
- MEC** - Ministério da Educação
- MMC** - Movimento das Mulheres Camponesas

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**PJR** - Pastoral da Juventude Rural

**PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

**PIB** - Produto Interno Bruto

**PNE** - Plano Nacional de Educação

**PMDB** - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PT** - Partido dos Trabalhadores

**PSDB** - Partido da Social Democracia Brasileiro

**PFL** - Partido da Frente Liberal

**PNUD** - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**PRONERA** - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

**PRONAF**- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**SECAD** - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade

**SED** - Secretaria de Estado de Educação

**UFMS** - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

**UNICAMP** - Universidade Estadual de Campinas

**UNICEF** - Fundo das Nações Unidas para a Infância

**UNEFAB** - União Nacional das Escolas Famílias Agrícola no Brasil

**UNB** - Universidade de Brasília

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

**UCDB** - Universidade Católica Dom Bosco

**UEMS** - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b> .....	<b>6</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>7</b>
<b>LISTA DE TABELAS</b> .....	<b>8</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS</b> .....	<b>1</b>
<b>LISTA DE SIGLAS</b> .....	<b>1</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO I - A SOCIEDADE CAPITALISTA: BREVES CONSIDERAÇÕES</b> .....	<b>28</b>
1.1 A Inserção do Brasil no Capitalismo Mundial.....	33
1.2 As dinâmicas Regionais: o caso de Mato Grosso do Sul.....	38
<b>CAPÍTULO II - REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E OS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO</b> .....	<b>47</b>
2.1 Redefinição do papel do Estado nos anos de 1990 no Brasil .....	58
2.2 Antecedentes .....	58
2.3 Redefinição do Papel do Estado nos Anos de 1990.....	62
<b>CAPÍTULO III - O TRABALHO E A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO</b> .....	<b>67</b>
3.1 Questão agrária: primeiras aproximações .....	76
3.2 A situação do Campo em Mato Grosso do Sul nos Anos de 1990 .....	81
3.3 Antecedentes .....	81
<b>CAPÍTULO IV - POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O MEIO RURAL EM MATO GROSSO DO SUL (1991-2002)</b> .....	<b>89</b>
4.1 A Educação no Brasil no Contexto das Reformas dos Anos de 1990 .....	89
4.2 Das Primeiras Preocupações Oficiais com a Educação Rural no Brasil até os Anos de 1990 .....	92
4.3 A Educação para o Meio Rural em Mato Grosso do Sul nos Planos Estaduais de Educação (1982-1991).....	95

4.4 As políticas Educacionais para o Meio Rural em Mato Grosso do Sul (1991-2002) .....	98
4.5 O Governo de Pedro Pedrossian (1991-1994) .....	98
4.6 O Governo Wilson Barbosa Martins (1995-1998) .....	102
4.7 O Governo José Orcírio Miranda dos Santos – Zeca do PT (1999-2002).....	107
4.8 Possibilidades de conquistas e desafios para Mato Grosso do Sul .....	116
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>124</b>

## INTRODUÇÃO

Um levantamento e análise do conhecimento científico na área (educacional) sobre a educação no meio rural no Brasil foi realizado por Damasceno e Bezerra (2004), MEC/INEP (2006) e Souza (2007).

Damasceno e Bezerra (2004) analisaram o conhecimento produzido sobre a educação rural nas décadas de 1980 e 1990, nos resumos e teses da Anped, periódicos acadêmicos nacionais e regionais, revista Educação em Debate e principais livros que tratam da temática. Os autores constataram a baixa produção acadêmica sobre a temática no período, quando comparado às demais áreas da educação, havendo uma diminuição da porcentagem média da produção de dissertações e teses de 2,1% , na década de 1980, para 0,9% na década de 1990. Esse pouco interesse pela educação rural/campo também é verificado na publicação em artigos científicos, chegando a uma média de apenas dois publicados por ano (DAMASCENO/BEZERRA, 2004, p.6).

Quando observada a distribuição por região e instituição de ensino, as regiões Sudeste e Sul concentram 81% da produção científica sobre a educação rural, embora se destaquem pesquisas feitas por professores da Universidade Federal do Ceará sobre o Edurural, afirmam a Damasceno e Bezerra (2004, p.10).

As razões deste pouco interesse das universidades e demais centros de pesquisa pela educação no meio rural são diversas, uma mais vinculada ao contexto sócioeconômico do país, outra relacionada à própria política de pesquisa vigente no ensino superior no Brasil. Com relação à primeira motivação, segundo os autores, persistia o entendimento de que a “evolução natural da sociedade capitalista levaria à extinção do rural”, o que significaria o fim também dos problemas educacionais na área rural, e a outra motivação se deve aos limites impostos pelos financiamentos de pesquisa e “relativa facilidade de desenvolvimento de pesquisas nas áreas urbanas onde o próprio pesquisador habita” (DAMASCENO/BEZERRA, 2004, p.5).

Analisa as pesquisas defendidas no período de 1987 a 2007 nos programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil que tratam da educação no Movimento Sem Terra (MST), que tem sido protagonista importante, e compreender a educação na reforma agrária e no movimento foi objeto de estudo de 150 trabalhos

acadêmicos, sendo teses e dissertações no período de 1987 a 2007, segundo observações de Souza (2007, p.2).

A temática *Educação Popular e Movimentos Sociais no campo* é a que mais concentra a atenção dos estudiosos, seguida de políticas para a educação rural, ensino fundamental, currículo e saberes.

Na Educação do Campo e Movimentos sociais destacam-se as pesquisas de Roseli Salete Caldart, com uma significativa produção acadêmica sobre o que denomina Pedagogia do Movimento Sem Terra, e que tem exercido, a partir dos anos de 1990, influência na elaboração de políticas públicas educacionais voltadas para o campo, considerando-o como espaço com sujeitos e valores culturais diferenciados, que devem ser considerados em sua especificidade.

Em *Pedagogia do Movimento Sem Terra* (2004) encontra-se o pensamento político pedagógico da autora, que parte da reconstituição do processo de formação e atuação do Movimento Sem Terra no Brasil “[...] cuja existência esta impregnado de um sentido sociocultural, porque recupera raízes, recria relações e tradições, cultiva valores, inventa e retrabalha símbolos que demonstram os novos laços sociais, e assim faz história” (CALDART, 2004, p.32).

A luta pela reforma agrária combinou-se com a luta por escola e esta não deveria ser qualquer escola. A tarefa colocada para o movimento foi “[...] de organizar e articular por dentro de sua organicidade essa mobilização, produzir uma proposta pedagógica específica para as escolas conquistadas, e formar educadoras e educadores capazes de trabalhar nessa perspectiva” (CALDART, 2004, p.225). As propostas de um Projeto Político Pedagógico em Educação do Campo encontram-se num artigo de Caldart (2004) que serviu de base para a *II Conferência Nacional de Educação do Campo*, em que reafirma a especificidade da educação do campo e a forma de construção do projeto pedagógico das escolas do campo como centrais na elaboração de uma política pública voltada para a educação do campo.

Outros estudiosos como Arroyo (1999) e Molina (2003) atuam na elaboração e defesa de uma nova proposta pedagógica para o campo de forma mais orgânica, junto aos movimentos sociais, em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No decorrer dos anos de 1990, pesquisas sobre a educação e/no MST emergiram e se fortaleceram, com os trabalhos de Souza (1994), Morigi (2003), Dal Ri (2008).

A situação da educação no meio rural brasileiro das últimas décadas encontra-se num trabalho publicado pelo MEC/INEP (2006). Construído durante o primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, através do Ministério da Educação, que avançou na elaboração e implementação de políticas públicas educacionais para o campo.

*Estudos do Meio Rural do Brasil* (2006) foi resultado de um trabalho coletivo envolvendo pesquisadores, dirigentes de órgãos públicos, representantes de agências de desenvolvimento, organizações não-governamentais e movimentos sociais vinculados à educação. De iniciativa oficial, o estudo se propõe “[...] subsidiar e apoiar a formulação de políticas públicas, bem como ações governamentais e não governamentais, visando à promoção da equidade e qualidade da educação no meio rural” (MEC/INEP, 2006, p.12).

Inicialmente, encontra-se a análise de dados estatísticos sobre o acesso, a qualidade de ensino, a estrutura e as condições das escolas, qualificação dos professores e desempenho dos alunos do meio rural, se enfatizando as desvantagens da educação no meio rural, quando comparado com a educação oferecida nas cidades, exigindo do poder público um tratamento diferenciado para superar as desigualdades no acesso e qualidade na educação. Ainda no perfil do ensino no meio rural, o estudo promoveu um diagnóstico do transporte escolar no Brasil, indicando que em 2002, 67% dos alunos eram transportados para as escolas localizadas na zona urbana e apenas 33% para as escolas rurais (MEC/INEP, 2006, p.43).

O referido trabalho traz ainda uma observação e análise, realizada em todo Brasil, das experiências político-pedagógicas de educação no meio rural sendo articuladas e desenvolvidas pelas Casas Famílias Rurais, Escola Família Agrícola (EFA), Escola Ativa e Nucleação, bem como, experiências oficiais coordenadas e financiadas pelos próprios municípios brasileiros de educação básica no meio rural.

E quando se trata de identificar as políticas educacionais de 639 municípios, voltadas ao atendimento da população do meio rural, o estudo registra que 71,5% não adotam nenhuma estratégia específica para essa população, se limitando, em sua grande maioria, (61%) à estratégia da nucleação, enfim, do transporte escolar (MEC/INEP, 2006, p.196). Tal situação revela os limites alcançados até o momento pela política educação do campo que se propôs a reverter este quadro.

Ao realizar um levantamento dos trabalhos, pôsteres, sessões especiais, minicursos e textos encomendados nos Grupos de Trabalho (GT) Educação

Popular e Movimentos Sociais, nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), entre o ano de 2000 a 2007, foram apresentados dezenove trabalhos (pôsteres e trabalhos), uma (sessão especial), um minicurso e texto encomendado que tratassem da educação do campo. O destaque temático para relatos de experiência pedagógica em escolas de assentamentos de reforma agrária, formação de professores das escolas rurais, a realidade vivida pelos camponeses, à educação popular no campo e o processo pedagógico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Outra importante fonte de divulgação de pesquisa da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) foi Revista Brasileira de Educação, circulada no período de 1995 a 2008, chegando à 39ª edição, com uma média de 390 artigos publicados. Desse total, apenas cinco trataram da educação do campo, tendo sido o primeiro publicado em 1999 pelo professor Jadir de Moraes Pessoa, que versou sobre o cotidiano dos assentamentos rurais em Goiás.

A realização de dois encontros nacionais de pesquisadores em educação do campo, recentemente, sinaliza uma reversão do quadro de desinteresse e desarticulação que permearam os estudos nesta área. O *1º Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo*, que ocorreu em 2005, na Universidade de Brasília (UnB), contou com a participação de oitenta pesquisadores e professores de todos os estados brasileiros e de diversas áreas do conhecimento, que convergiram para a defesa e especificidade da educação do campo e a importância da relação próxima entre Estado, universidades e movimentos sociais para o sucesso das propostas político-educacionais para o mundo rural.

O *2º Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo* ocorreu em agosto de 2008, na Universidade de Brasília (UnB), reunindo em torno de 150 pessoas, sendo pesquisadores, educadores, representantes de órgãos públicos e movimentos sociais, com o objetivo de promover o debate sobre experiências concretas, desenvolvidas no âmbito da Educação do Campo em andamento e concluídas. Experiências que apresentem efetivamente esforço em contribuir com o avanço descritivo e reflexivo do tema, bem como gerar subsídios para a construção de políticas públicas de Educação do Campo.

Os eixos temáticos do encontro e o quantitativo de trabalhos aceitos foram: Educação do Campo e desenvolvimento (24); Formação e trabalho docente nas escolas do campo (30); Políticas de educação superior no campo (21); Educação do

Campo, movimentos sociais e políticas públicas (32); e Políticas de educação profissional no campo (11).

De interesse mais imediato dessa pesquisa, o grupo Educação do Campo, movimentos sociais e políticas públicas produziu um documento (2008) que sintetiza as principais reflexões dos estudiosos da educação do campo, no tocante a relação sociedade, Estado, políticas públicas e movimentos sociais.

A relação movimentos sociais e, Estado aparece como preocupação importante no documento, que na visão de seus autores concebe o Estado como um instrumento a ser disputado pelos movimentos sociais, a partir da identificação das “[...] dificuldades enfrentadas pelos movimentos em relação ao Estado e à consolidação do atendimento das suas demandas pelos governos municipais, estaduais e federais, bem como, cabe aos movimentos sociais” [...] conhecer, desvelar e rechaçar os mecanismos de cooptação presentes nas ações do Estado e do jogo político dos governos, a fim de superar tais dificuldades e evitar cair na rede de cooptação (CAPES/INEP, 2008, p. 5).

Como instrumento de defesa de demandas específicas, os movimentos sociais pressionam o poder público para garantir o atendimento das reivindicações, o que deve ser feito por meio das políticas públicas, que podem contar com a participação dos movimentos sociais ou de seus representantes, que devendo preservar sua autonomia diante do Estado. A esse respeito o documento esclarece que:

Na luta pela efetivação das políticas os Movimentos Sociais devem atentar para evitar o risco do cooptação pelos poderes hegemônicos que dominam o Estado, pois se o movimento se atrela ao Estado, ele pode perder sua capacidade de enfrentamento e de conquista de suas demandas (CAPES/INEP, 2008, p.6).

Passados alguns anos da luta em defesa de educação diferenciada para o campo, da organização e articulação nacional por uma educação do campo, da implementação de políticas públicas em âmbito nacional, estadual e municipal, se reconhece limites no acesso e qualidade das escolas para a população do campo, em especial o alcance das políticas educacionais:

Como avançar para que as políticas sejam para todos? Nas escolas rurais, os professores não sabem da existência do debate da educação do campo, diretrizes etc. Como fazer uma pedagogia do campo sem os movimentos sociais? (CAPES/INEP, 2008, p.9).

O trabalho de superar a lacuna nesse campo de pesquisa tem sido feito por pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em particular do Programa de Pós-Graduação em Educação, que durante dezessete anos de sua existência apresenta uma produção geral de 270 dissertações (Mestrado) e destes apenas oito abordam a questão da educação no meio rural. Os autores dos trabalhos são: Souza (1993), Talaveira (1994), Souza (1998), Centeno (2000), Silva (2000), Porfírio (2001), Barros (2001), Alves (2003) e Lovato (2003). As temáticas desenvolvidas nas pesquisas versam sobre: educação/alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos e ervais em Mato Grosso do Sul; representação das crianças sobre os assentamentos; políticas públicas e assentamentos rurais; a pedagogia do Movimento Sem Terra; políticas de qualificação profissional para os trabalhadores rurais e o trabalho e a escola pública contemporânea rural.

Pereira e Almeida (2008) organizaram um trabalho com nove artigos de pesquisadores da área da educação e da Geografia, dos quadros da Universidade Federal (UFMS), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) abordando em seus estudos a educação no/do campo em Mato Grosso do Sul nas últimas décadas, com destaque para a atuação da Comissão Pastoral da Terra nos anos de 1980 a luta pela a educação do campo, a Educação de Jovens e Adultos nas áreas de assentamentos no estado, a Educação Infantil no Campo, a atuação do professor e a questão curricular nas escolas do campo.

Foi no decorrer dos anos de 1990 que a economia brasileira se inseriu com mais intensidade na lógica da reprodução e acumulação do capital financeiro, com base nas imposições dos organismos internacionais, como desregulamentação da economia e do mercado de trabalho. O resultado foi baixo crescimento da economia, desemprego e o aprofundamento da exclusão social. Ao se utilizar dos mecanismos da privatização, publicização e terceirização se redefinem o papel do Estado, que exercia de coordenação e regulação na esfera federal (Peroni,1990). Os serviços sociais passam da condição de direitos à condição de mercadorias, e políticas sociais são prioritariamente desenvolvidas pelos municípios, dentro da estratégia da descentralização e focalização dos programas e projetos voltados para o combate às desigualdades sociais.

As reformas educacionais dos anos de 1990 – no conteúdo, a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); na avaliação, por meio Sistema de

Avaliação do Ensino Básico (SAEB); e no financiamento, com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), desmontaram as conquistas obtidas na Constituição Federal de 1988, que assegurou direitos educacionais para crianças até seis anos, indicou possibilidades da efetivação de uma escola unitária e qualidade para todos. As medidas educacionais do governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), no dizer de Frigotto (2000, p.122), estavam voltadas para desenvolver competências específicas, com a finalidade de criar pessoas empregáveis, segundo as necessidades do mercado.

A implantação das medidas governamentais se pautou pela verticalização das decisões, o que implicava enfrentar o que havia de organização e mobilização dos movimentos do campo e da cidade, sendo emblemática a reação repressiva da União na greve iniciada pelos petroleiros e unificada com demais servidores públicos federais em 1995, que tiveram contas de sindicatos bloqueadas, repasse de mensalidades dos associados retidos, bens penhorados e lideranças demitidas. Em defesa do projeto de interesse do capital, tratou-se de início demonstrar o tratamento a ser dispensado aos trabalhadores, em especial do serviço público: repressão as suas organizações, redução de direitos e arrocho salarial.

A criminalização dos movimentos sociais, que persistiu durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), não foi suficiente para silenciar e impedir que setores organizados da sociedade se manifestassem em particular aqueles vinculados à luta pela reforma agrária no país. Uma bandeira de luta que resulta do modelo de expansão capitalista no Brasil, que se sustentou na extrema concentração da propriedade da terra e no latifúndio improdutivo, negando a milhares de trabalhadores o acesso à posse, à propriedade da terra. Os movimentos sociais, em particular “Movimento Sem Terra”, destacaram-se pela organização e mobilização dos trabalhadores rurais e ampliaram sua atuação no decorrer dos anos de 1990, colocando na agenda política do país a questão da reforma agrária e demais demandas sociais do campo.

Uma das demandas apresentadas pelos movimentos sociais do campo naquele momento histórico se refere à educação para população do meio rural. Na visão dos movimentos e de seus apoiadores, tratava-se de cobrar do governo federal, e demais entes federados, a elaboração de políticas públicas educacionais que fossem de interesses dos homens e mulheres do campo, e no processo de construção do que

se chamou de um novo paradigma educacional. A realização do I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), em 1997, evidenciava que não se tratava de qualquer educação e nem da escola existente, de acordo com a seguinte passagem do Manifesto do referido Encontro:

Trabalhamos por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político-pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa, (MATO GROSSO DO SUL, 2002, p.37).

No decorrer dos anos de 1990 a proposta de educação do campo, em decorrência da luta dos movimentos sociais num contexto adverso, se conformou como política pública com princípios e diretrizes diferenciadas, em contraponto ao silêncio do Estado como também às propostas da chamada educação rural ou educação para o meio rural no Brasil, como afirmou o documento da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que ocorreu em 1998. Ainda no âmbito das políticas públicas e no contexto do governo Fernando Henrique Cardoso, significou uma importante conquista para os movimentos sociais a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, através do Parecer nº 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação. Em novembro de 2002, ocorreu o Seminário Nacional por uma Educação do Campo, que reafirmou convicções e linhas de ação na construção de um projeto específico *para* uma educação do campo e aprovou um conjunto de propostas de ação para o novo Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva

A vitória eleitoral de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, gerou imensas expectativas na população brasileira e na esquerda mundial, pois pela primeira vez foi eleito presidente uma pessoa originária dos setores populares e da esquerda, e havia a expectativa de que o governo Lula pudesse superar os marcos estruturais herdados de seu antecessor. De interesse mais imediato deste trabalho, foi que no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006), ganhou força política e institucional a educação do campo ao se instituir a Coordenação-Geral de Educação do Campo (CGEC), vinculada à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação. Essa iniciativa, combinada com o atendimento de algumas do documento Proposta de Ação para o Novo Governo, potencializa a elaboração de política pública de educação para o campo em diversos

entes federados, em grande medida em decorrência da pressão dos movimentos sociais do campo.

Em Mato Grosso do Sul, o período de 1991 a 2002 compreende três administrações estaduais que a elaborar programas e projetos educacionais para o conjunto da sociedade sul-mato-grossense apresentaram políticas educacionais para a população do meio rural. No governo de Pedro Pedrossian (1991-1994) foi elaborado um primeiro documento mais sistematizado, com diagnóstico, concepção de escola, currículo e avaliação. O governo Wilson Barbosa Martins (1995-1998) propôs a reconstrução de uma proposta pedagógica para a educação rural no Estado, com base numa “filosofia” de educação, na defesa de metodologia de trabalho do professor, sugestão de núcleos temáticos e numa concepção de avaliação. No governo de José Orcírio Miranda dos Santos (1999-2002) formulou-se uma política que, diferentemente das anteriores, se propôs a aprofundar teórica e metodologicamente as especificidades da educação para as populações rurais, com referência em concepção e princípios pedagógicos, linhas de ação e parcerias para viabilizar a política educacional.

Desta forma, os documentos oficiais, em particular as políticas educacionais dos referidos governos em Mato Grosso do Sul, se constituem em objeto empírico deste trabalho de pesquisa, e sobre os quais se procura descrever e analisá-los, estabelecendo nexos com a sociedade, a economia e a política educacional para o conjunto da população do Estado. Algumas indagações serviram de referência para a busca da compreensão do objeto: O que de fato continha nos documentos oficiais de cada governo em termos político-pedagógicos para a população do meio rural? Que objetivos principais se pretendiam alcançar com as políticas educacionais? Num contexto de desresponsabilização do Estado quanto às políticas sociais, foi possível alcançar os objetivos e metas planejados? O que de fato significa o campo no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo no Brasil? Que implicações o processo de transformação de produção da maquinofatureira impôs nas atividades agrícolas? O que efetivamente é o campo em Mato Grosso do Sul, como uma experiência singular de um contexto mais amplo na sociedade capitalista?

Tratar dessas questões significa dar continuidade a um trabalho de pesquisa realizado como exigência do curso de Especialização em História do Brasil no ano de 1998, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus de Dourados, pois a monografia tratou do processo de ocupação da terra mato-grossense pelos

trabalhadores rurais, instigados pela política de colonização desenvolvida pelo governo Vargas a partir dos anos de 1930. O objeto de estudo foi uma experiência de colonização oficial (estadual), a colônia agrícola “Arnaldo Estevão de Figueiredo”, implantada no município de Miranda nos anos de 1950, e o destaque foi à atuação dos migrantes (em sua maioria, nordestinos) em mais uma frente pioneira de ocupação e transformação do espaço geográfico, como também, a leitura crítica dos documentos oficiais a respeito da colônia que eram aprovados pelo governo de Mato Grosso da época e pelo poder público municipal de Miranda. Analisar essas questões significa também refletir sobre um objeto estritamente vinculado a nossa atuação profissional e militante social, há catorze anos exercendo atividade docente na educação básica com a disciplina de História, inclusive tendo sido professor por dois anos em escola rural e gestor de políticas educacionais na Secretaria de Estado de Educação. A militância social tem se dado no movimento sindical de professores de Campo Grande, como representante de base em instâncias do sindicato da categoria, como colaborador em momentos de formação do “Movimento de Mulheres Camponesas” (MMC), como membro do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Marçal de Souza Tupã I e como direção da Central Única dos Trabalhadores na condição de Secretário Estadual de Organização, gestão 2002-2003.

Nesse sentido, busca-se investigar as políticas educacionais para a população do meio rural em Mato Grosso do Sul, de 1991 a 2002, a partir da compreensão da dinâmica da sociedade capitalista, da atuação do Estado que se apresenta como instrumento acima das diferenças de classe num contexto de hegemonia do neoliberalismo, que desenvolve políticas públicas não universalizantes, e os movimentos sociais, em particular o Movimento Sem Terra (MST), ocupa a cena política e reivindica e elabora uma proposta pedagógica diferenciada para o campo, num contexto em que não é mais possível a dicotomia campo e cidade, como foi no Brasil até os anos de 1950.

Utilizando de um trabalho bibliográfico e fontes documentais, o trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma visão panorâmica da sociedade moderna, a sociedade capitalista, suas origens na Europa em fins da Idade Média até sua expansão como o Brasil, com destaque, para a fase da chamada Segunda Revolução Industrial, que ocorreu a partir da segunda metade do século XIX à qual nos inserimos tardiamente, na condição de associado e dependente do capital internacional, nos industrializamos em ramos importantes da produção e

nos tornamos uma economia importante no cenário latino americano, sem promover reformas típicas do próprio capitalismo, como a reforma agrária e a reforma tributária. O modelo de industrialização foi concentrado nas regiões Sul e Sudeste do país, em particular no estado de São Paulo, que produz aproximadamente 40% dos produtos industriais, e estados como Mato Grosso do Sul se inserem na economia nacional como fornecedor de produtos primários, embora nos últimos anos tenha crescido atividades industriais de transformação e serviços, se destacando na formação do Produto Interno Bruto (PIB) e como fonte primordial de arrecadação de impostos.

O segundo capítulo aprofunda um aspecto importante da sociedade capitalista: suas contradições e ao mesmo tempo a capacidade de superar seus momentos de crise, sem alterar seus fundamentos estruturantes de dominação e acumulação capital. Referimo-nos à crise dos anos de 1970, e como saída para alavancar a produção de mercadorias, se promoveu a reestruturação produtiva no espaço das empresas, o que impactou o mundo do trabalho ao exigir flexibilização e desregulamentação do trabalho, aprofundando o desemprego estrutural nos países que se adequaram à lógica Toyotista de produção. Articulado às mudanças econômicas, se redefiniu o papel do Estado, que aos olhos dos defensores do pensamento neoliberal era um dos grandes responsáveis pela crise capitalista, pela ineficiência e o endividamento. “Choque de Gestão” e ajustes fiscais passaram a dominar as reformas administrativas no Brasil no decorrer dos anos de 1990, com o objetivo de adequar o Estado à nova ordem econômica dominada pelo capital financeiro.

O terceiro capítulo desenvolve a questão da expansão do capitalismo no campo no Brasil e em Mato Grosso do Sul, como uma estratégia inerente do capitalismo para se reproduzir, o que promoveu o aumento da produtividade na agropecuária e o surgimento de uma nova ruralidade com atividades não agrícolas, como por exemplo, demonstram os dados a respeito do campo em Mato Grosso do Sul. O modelo de modernização do campo foi conservador porque concentrou a propriedade da terra, aumentou o desemprego no campo e a superexploração do trabalho. Tais condições, associadas à omissão do poder executivo e judiciário em não fazer cumprir o preceito constitucional da função social da propriedade e a não demarcação das terras indígenas, tem sido as razões para os conflitos no campo nas

últimas décadas, em cujo processo os movimentos sociais do campo têm ocupado um papel fundamental.

No quarto capítulo consta a análise das políticas educacionais voltadas para a população do meio rural em Mato Grosso do Sul, de 1991 a 2002, período que abrange os governos estaduais: Pedro Pedrossian (1991-1994), Wilson Barbosa Martins (1995-1998) e José Orcírio Miranda dos Santos (1999-2002). Com base nos documentos oficiais disponíveis, procurou-se analisar o pensamento político-pedagógico construído pelas referidas administrações, enquanto política educacional visando o atendimento da população rural. Nas considerações finais, apresenta-se uma síntese dos principais resultados da pesquisa.

# CAPÍTULO I

## A SOCIEDADE CAPITALISTA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo se propõe a descrever o movimento histórico de formação e transformação da sociedade capitalista, marcado por períodos de expansão e retração, em que se firmou como modo de produção hegemônico. Recuperar este processo significa buscar os elementos estruturantes da sociedade moderna que estão nas origens dos nexos das políticas governamentais e da atuação dos movimentos sociais em momentos recentes de nossa história, em particular dos anos de 1990.

O modo de produção capitalista tem suas origens no final do período medieval, quando ocorre o renascimento do comércio e das cidades. Trata-se de um momento de acumulação primitiva de capital, que se estende do século XV ao XVIII na Europa Ocidental, e se destacou pela proletarização dos camponeses, políticas mercantilistas, estabelecimento do sistema colonial, valorização do comércio e um princípio de mercado mundial.

A acumulação primitiva colaborou para a criação de condições que resultaram na conformação da produção em moldes industriais, que se utilizaram da mecanização da produção e do trabalho assalariado, e a nação pioneira nesse processo foi à Inglaterra no século XIX, onde ocorreu a Revolução Industrial, o que consolidou o modo de produção capitalista como uma primeira experiência histórica de organização social e política.

A partir da Inglaterra, se articulou a conformação de mercado mundial, com base no liberalismo econômico que defendeu o fim das barreiras comerciais, liberdade de capitais e mão-de-obra, e a exportação de bens industriais. Com isso, surgem ainda no século XIX, novas potências industriais como a França, os Estados Unidos e a Alemanha, que baseadas no livre funcionamento do mercado promovem o capitalismo concorrencial, numa primeira fase da acumulação de capital.

A utilização de novas fontes de energia, a aplicação mais estreita da ciência à produção, controle mais rígida do capital sobre o trabalho, união de banco e indústrias, fusão de empresas e novos métodos de gestão da produção permitem uma superprodução de excedentes a partir 1870, o que eleva o padrão de acumulação capitalista a um estágio mais desenvolvido, o capitalismo monopolista, marcado pela

centralização e concentração de capitais e o acirramento da concorrência intercapitalista.

As disputas envolvendo as potências industriais se deram basicamente pelo domínio de novos mercados e de fontes de matérias-primas, cujo interesse imediato era defender as indústrias e as finanças de cada país, em nome do qual se adotou uma ação expansionista e de conquista na África e Ásia, tendo como resultado a divisão destas áreas entre os países capitalistas mais desenvolvidos. Lênin (1987) faz uma análise da concentração da produção em grandes monopólios e do papel que o capital financeiro passou a exercer na economia mundial, bem como apresentou percentuais de áreas que foram conquistadas. E a respeito deste processo de conquista, considerou-o como necessidade de acumulação do capital para sua reprodução, passando a denominá-lo de fase imperialista.

O imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas. (LENIN, 1987, p.88).

De um lado, é uma fase de intensa produção industrial nos países capitalistas, de prosperidade de suas economias nacionais. De outro, as contradições do próprio modelo capitalista de produção, que se expressaram nas lutas operárias no final do século XIX e nas disputas imperialistas. Uma das conseqüências das disputas imperialistas foi a ocorrência de duas guerras mundiais, que resultou na morte de setenta milhões de pessoas, como também, em decorrência da guerra fria inúmeros conflitos bélicos regionais destruíram milhares no decorrer do século XX. Supondo defender a democracia e combater o terrorismo em períodos mais recente de nossa história, persistem as ações militaristas que resultam em verdadeiros genocídios. A formação de um complexo poderio militar nos países mais desenvolvidos serviu de apoio às conquistas que governos e empresas empreenderam ao longo do tempo, a defender e proteger o sistema de livre mercado, desarmar coalizões de direitos civis e os que se opõem a guerra, além de limitar o crescimento do importante movimento antiglobalização (CHOSSUDOVSKY, 2004, p.22). A militarização é parte constitutiva da mundialização do capital, e os mecanismos criados (ONU) para impedir e mediar conflitos tem se revelado ineficientes em seus propósitos.

A primeira grande crise da economia de mercado se expressou com toda força em 1929, mas anos anteriores a principal economia do mundo capitalista, os Estados Unidos, já tinha sinais de esgotamento do crédito; o endividamento das famílias, e a especulação financeira na Bolsa de Valores de Nova Iorque que atingiu níveis elevados de investimentos, não conseguiram assegurar os recursos de seus investidores em razão da redução dos preços das ações. A crise repercutiu em todos os setores da economia norte-americana (bancos, indústrias, agricultura, comércio), ocasionando falências, desemprego e revoltas sociais. Crise no principal centro econômico mundial do capitalismo, no pós-guerra, significava dificuldades no comércio e nas finanças das economias capitalistas em geral.

A crise se estendeu para os anos de 1930, e para garantir a retomada da acumulação de capital e a recomposição do modo de produção capitalista, os estados capitalistas ampliam sua participação na vida econômica através de medidas como concessão de empréstimos, controle da produção e dos preços e construção de obras públicas. Além disso, promoveu-se uma rede de proteção social aos trabalhadores, com legalização de sindicatos, redução da jornada de trabalho, elevação de salários e assistência social, construindo o que se denominou de Estado do Bem-Estar. As razões e o novo papel do Estado na sociedade capitalista foram desenvolvidos pelo economista inglês John M. Keynes, em sua obra Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, publicada em 1936, tornando-se referência na elaboração de políticas públicas.

Os anos que se seguiram a Segunda Guerra Mundial foram de recuperação da economia e da sociedade norte-americana, que passou a colaborar na reconstrução das economias de outros países ao exportar bens e capitais, e um modo de produzir e consumir padronizado, sendo o automóvel, a casa própria e os eletrodomésticos os bens indispensáveis no novo estilo de vida americano, sendo amplamente divulgado como estilo a ser adotado pela população de outros países. O aperfeiçoamento da linha de montagem e a massificação do consumo introduzida pela produção fordista foram componentes importantes para o revigoramento da produção industrial e a expansão do capital nos anos de 1950 e 1960.

Combinado com o crescimento da economia, neste período (1945-1970) foi implantadas políticas públicas que visavam distribuir a renda da produção, universalizar a seguridade social e o pleno emprego, o que acabou ocorrendo em vários países europeus com o Estado do Bem-Estar Social. Na verdade, o pacto

social entre capital e trabalho na ordem burguesa, neste momento histórico, está relacionado às lutas operárias e aos partidos políticos de esquerda no seu interior e, principalmente, à alternativa socialista que ganhava mais adeptos após a Segunda Guerra Mundial, a partir da liderança que a União Soviética passa a exercer. Na perspectiva das lideranças capitalistas, tratava-se de fazer concessões aos trabalhadores, de apenas reformar o capital para que continuasse se reproduzindo enquanto modo de produção, seguindo a lógica de concentrar riquezas nas principais economias do mundo e radicalizando no domínio de outras economias, agora sob a ação das grandes empresas multinacionais que transcendem as fronteiras nacionais.

Nos primeiros anos de 1970 já se manifestava outra crise do modelo de desenvolvimento iniciado no período pós-guerra, ocasionado principalmente pelas contradições geradas no decorrer de sua fase expansionista, quando não mais dispunha do crescimento de mercados e da ocupação de novos territórios para colocar a crescente produção de mercadorias. A crise estrutural do capital se agravou com a subida dos preços do petróleo em 1973 e 1979, e conformando um cenário mundial marcado pela desarticulação do sistema monetário internacional, o aprofundamento das diferenças entre países ricos e pobres, a deteriorização do meio ambiente e os riscos do armamento exacerbado.

A alternativa que se apresentou como reação do capital à crise da economia mundial constituiu-se na ofensiva neoliberal, em preparação teórica por F. Von Hayec, Milton Friedman e a escola de Chicago desde os anos 40, mas que encontrou nos primeiros anos de 1970, as condições objetivas para sua implementação. De acordo com o pensamento neoliberal o Estado e os sindicatos ocupam um patamar importante de responsabilidade pela crise, respectivamente, pela interferência na economia e por não permitirem que haja livre contratação de mão-de-obra.

O receituário defendido pelos pensadores neoliberais e aplicado inicialmente a partir do final dos anos de 1970 na Inglaterra por Margaret Thatcher e nos Estados Unidos por Ronald Reagan consistiu num programa de ajuste estrutural que combinava políticas de estabilização e políticas para melhorar a produção. Alcançar o primeiro objetivo implicou adotar medidas para controlar o aumento de preços (inflação) e o déficit no comércio com os demais países; e para isto houve a implementação de ajustes fiscais nas finanças públicas, restrição ao crédito e liberação cambial. Para diversificar e promover uma maior eficiência na economia se realizou uma redução da intervenção do estado, através da liberação de preços,

privatização dos bancos, dos serviços públicos e de empresas estatais. Além disso, outras mudanças foram praticadas, como redução dos impostos às importações e elevadas taxas de juros para atrair o capital estrangeiro.

O postulado principal da concepção neoliberal foi à liberação econômica e a reestruturação produtiva. Ao primeiro consistia o fim de entraves que impedisse o livre funcionamento da economia, e ao segundo, uma reestruturação produtiva e organizacional que aumentasse a produtividade com flexibilização do mercado de trabalho. Esse processo de rearticulação do capital impactou o mundo do trabalho e os serviços sociais, destruindo a rede de proteção social alcançado em vários países durante o Estado do Bem-Estar Social, em especial nos países europeus. Os custos sociais dos ajustes impostos pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, no contexto latino-americano dos anos de 1980 e 1990, aprofundou a pobreza e o desemprego estrutural, numa região onde a maioria da população não havia conquistado uma política social universal e igualitária (SOARES, 2002).

A ordem burguesa sob o domínio do capital se instalou em muitos lugares, tornando-se um sistema mundial, englobando inclusive alternativas denominadas socialistas e até mesmo formas pré-capitalistas existentes. As modificações ocorridas na forma clássica de produção fabril alteraram a composição societária diretamente envolvida na produção material de sobrevivência, mas permanecem as condições estruturantes que ainda resultam no antagonismo de classe, o domínio privado da produção e os seus resultados apropriados por minoria social. Portanto, a exploração da classe que vive do trabalho continua sendo um pilar importante da ordem burguesa.

No capitalismo contemporâneo a produção também se internacionalizou, havendo o centro de comando e pesquisa das corporações transnacionais se concentrado nos países mais desenvolvidos, e o trabalho fragmentado, ocorrido por meio das terceirizações, franquias e informatização na produção de bens e serviços, realizados em outros países. As pequenas e médias empresas se integram à lógica e ao interesse definido pelas empresas transnacionais, na constituição de empresas-rede que dividem custos, riscos e informação. (Chesnais, 1997, p.30). A fragmentação da produção se vincula a uma estratégia de diminuir os custos de produção, geralmente incorporando força de trabalho com baixos salários, disponível em grande quantidade, como é o caso da China e do Vietnã.

Assim, a classe que vive do trabalho não realiza a sua condição de humanidade, já que o produto de seu trabalho não lhe pertence, e o objeto criado pelo seu trabalho se apresenta como independente de seu criador, negando a este a condição de objetivação, mutilando a essência humana que é o desenvolvimento de múltipla capacidade de criação a partir da prática social presente no trabalho. O que o homem produz com o seu trabalho torna-se mercadoria (assim como o próprio trabalho humano), e esta assume uma condição de opressora de seu criador à medida que se torna objeto de consumo necessário não alcançado pelo próprio trabalhador. (MÉSZÁROS, 2006).

A estrutura social de classes constitui, ainda, a matriz para compreendermos as recentes manifestações que têm se desenvolvido no que se convencionou chamar por movimentos antiglobalização, as quais colocam no centro do debate a necessidade de pensar a luta de classes hoje, contrariamente ao que supõe Touraine (1994) que privilegia o momento mais pulverizado e fragmentado da luta ancorado, ainda, no falso postulado de que transitamos da sociedade industrial para a pós-industrial.

O movimento social, entendido como movimento social de classe, sobretudo em um momento em que o capital intensifica, também, suas dimensões manipulatórias e fetichizadoras do real, tem o desafio trabalhar na perspectiva de superar a lógica social que reproduz a produção e reprodução de mercadorias, para se alcançar a transformação socialista e a emancipação efetiva do trabalho.

### **1.1 A Inserção do Brasil no Capitalismo Mundial**

O Brasil se insere na economia mundial na condição de fornecedor de produtos agrícolas e minerais para o mercado europeu, como o açúcar, o ouro e o algodão. Os pilares básicos que sustentaram a economia colonial foram a monocultura, a grande propriedade e o trabalho escravo. No século XIX ganha destaque o café e a exploração da borracha no vale do Amazonas, o primeiro baseado no trabalho dos imigrantes e o segundo no extrativismo realizado por migrantes, mas ambas as atividades voltadas para o mercado externo. No início do século XX, a agricultura exportadora continuava com forte peso na economia e recebia incentivos da política econômica oficial, e as indústrias desta época eram serrarias, moinhos de trigo, fiações e fábricas de bebidas e de conserva.

A crise da economia agro-exportadora nos anos de 1920 e o surgimento de novos grupos sociais (núcleos operários, burguesia industrial e a classe média) de oposição ao domínio oligárquico resultam na Revolução de 1930 com a chegada ao poder de Getúlio Vargas, que inaugura uma política econômica nacionalista e intervencionista, baseada numa forte atuação do Estado na economia e nas relações de trabalho, na associação com capital estrangeiro e no suporte do capital nacional. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional em 1941, da Companhia Nacional de Álcalis, em 1943, da Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, e da Fábrica Nacional de Motores, em 1943, exemplifica o interesse do governo e dos grupos industriais dominantes em impulsionar a industrialização de base no Brasil, como condição básica para a criação de um suposto capitalismo nacional.

No decorrer da década de 1950, persiste a política nacional-desenvolvimentista, que se expressa na criação da infra-estrutura necessária para a modernização da produção industrial, ampla política de alianças envolvendo a burguesia, os trabalhadores e a classe média num pacto populista em nome dos “interesses nacionais”. A industrialização feita sob o comando do Estado, por Getúlio (1930-1964), e com ênfase na indústria de base, por Juscelino Kubitschek (1956-1961), deu destaque à indústria de bens de consumo, como o setor automobilístico e de eletrodomésticos, inaugurando uma fase próspera da política de substituição das importações.<sup>1</sup>

A partir desse momento histórico a indústria passa a hegemonizar a economia brasileira e isto ocorreu em estreita relação de dependência e associação ao capital internacional, que vivia sua etapa monopolista marcado pela expansão das grandes corporações multinacionais, a globalização dos mercados e do trabalho, o consumo de massa e a intensificação dos fluxos internacionais do capital. A burguesia brasileira em ascensão articulou seus interesses ao do capitalismo mundial, integrando nossa economia à ordem capitalista internacional. O avanço da produção industrial não garantiu direitos sociais e nem promoveu reformas típicas do capitalismo, como a reforma agrária e tributária; portanto, a exclusão social e a concentração de renda compuseram os fundamentos para as intensas lutas sociais no

---

<sup>1</sup> Política econômica de incentivo ao aumento da produção interna do país, e a diminuição da dependência de produtos importados. De acordo com Tiago Nery (2004, p. 41) “o modelo substitutivo se baseava na conjunção de medidas protecionistas, a fim de absorver a sobra de mão-de-obra, com a aplicação de critérios seletivos de importação, devido à tendência ao desequilíbrio externo. A estas medidas somavam-se políticas de créditos e de fomento à infra-estrutura”

decorrer da década de 1950 na cidade e, principalmente, no campo por meio das ligas camponesas. (MARTINS, 1990).

Com a instalação do regime militar em 1964, que perdurou por duas décadas, se impôs a lógica do desenvolvimento autoritário, que acelerou a acumulação industrial e financeira com base na elevação de investimentos do capital estrangeiro, arrocho salarial e a forte intervenção do Estado na economia. Durante o governo Geisel (1974-1978), por exemplo, foram criadas 52 empresas estatais e o II Plano Nacional de Desenvolvimento, visando o fortalecimento da indústria de base e a busca de autonomia em insumos básicos. O auge da política de desenvolvimento autoritário ocorreu no período de 1968 -1973, com o chamado “milagre brasileiro”, quando a economia cresceu de forma acelerada em vários setores, como na mecânica, elétrico e transporte, e também na produção de bens primários para a exportação, como resultado inicial da modernização da agricultura.

Naquele momento histórico, de 1964 a 1985, se utilizou de um regime de força para a expansão do capitalismo no Brasil, afastando as organizações populares da vida política e social do país, as quais se encontravam em franca atuação desde os anos de 1950, como também de um modelo de acumulação industrial marcado pela concentração da renda e da propriedade da terra e pela exclusão social. Na segunda metade dos anos de 1970, a crise internacional dificultou a importação e exportação de mercadorias, e de capitais financeiros disponíveis no mercado. A retração da atividade industrial no país e o crescimento da dívida pública contribuiu significativamente para o esgotamento do “milagre brasileiro”, criando as condições objetivas para a luta pela redemocratização do país. O tripé estruturante que atuou no desenvolvimento capitalista foi constituído pelas empresas estatais, empresas privadas nacionais e empresas multinacionais.

O final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 foi marcado pela retomada da luta política e social no Brasil, e o momento culminante deste processo foi a Constituição Federal de 1988, que, nos limites da democracia hegemônica pela burguesia, ampliou as conquistas e direitos sociais no período da transição democrática. Ao mesmo tempo, a década de 1980 foi marcada pelo aprofundamento da crise econômica do país e a tentativa de solução por meio dos planos de estabilização da economia, que elegiam o combate à inflação, as crises da dívida externa e a crise fiscal do Estado como tarefas prioritárias a serem enfrentadas. E como solução a aplicação do receituário emanado dos organismos internacionais,

como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, a exemplo do Plano Verão de 1989, último ano do primeiro governo da chamada Nova República, com José Sarney, que já propunha a privatização e a redução de gastos públicos. Porém os ajustes neoliberais encontraram forte resistência social durante aos anos de 1980, sendo o quadro alterado com a vitória de Fernando Collor de Melo em 1989, que no começo dos anos de 1990 inicia a aplicação das políticas neoliberais e o programa de ajuste estrutural no Brasil.

Entretanto, as reformas inspiradas no neoliberalismo foram implementadas com mais força durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2000), com medidas que postulavam a liberação econômica, a desregulamentação do mercado de trabalho e as privatizações das empresas estatais. O novo período foi marcado pela crescente internacionalização e financeirização da economia brasileira, evidenciando o esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado na ampla atuação do Estado na economia e em mercados nacionais, e a defesa do mercado como mecanismo mais eficiente para o equilíbrio da vida econômica e social, sendo o Estado uma espécie de refém do novo poderio econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras (OLIVEIRA, 2007, p.31).

O que se verificou foi uma fase de estagnação da economia, com um crescimento médio (2,4%) durante a década de 1990 e o aumento da vulnerabilidade externa em decorrência do aprofundamento da dependência do capital financeiro internacional, tendo como consequência mais imediata no mercado de trabalho o aumento do desemprego estrutural durante todo o período.

**Tabela 1 - Taxas de Desemprego, PIB e PIB per capita (1) Brasil e Região Metropolitana de São Paulo 1990-1998 – (em %)**

Taxa / Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998 (2)
<b>Desemprego (RM São Paulo)</b>	10,3	11,7	15,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16	18,3
<b>PIB (Brasil)</b>	-4,3	1	0,5	4,9	5,9	4,2	2,8	3	0,7
<b>PIB per capita (Brasil)</b>	-5,5	-0,6	-2,1	3,4	4,3	2,8	1,4	1,5	-0,7

Fonte: DIEESE/SEADE. PED-SP Pesquisa de Emprego e Desemprego e Banco Central do Brasil. Relatório 1997.

Notas: (1) Para o desemprego: taxas médias anuais. Para o PIB e PIB per capita: taxa de variação anual, (2) Valores do PIB e PIB per capita de 1998 são estimados.

O desmonte dos direitos sociais garantidos na Constituição Federal de 1988 foi outro importante impacto que os programas de ajustes estruturais da economia promoveram ao longo dos anos de 1990, a partir do mecanismo de superávit primário que significava garantir recursos financeiros, a priori, para o pagamento dos juros da dívida interna e externa, em detrimento do financiamento de políticas sociais universalizantes. A estratégia principal adotada para as políticas sociais foi à descentralização, o que significava a desresponsabilização da união para o financiamento e gestão de programas e projetos, e passando a responsabilidade para os municípios pela implementação de políticas sociais (Soares, 2002, p.81) e também o sistema de parcerias com organizações não-governamentais (ONGs). E como tática básica se utilizou a focalização das ações, tanto o poder público quanto as entidades do chamado terceiro setor<sup>2</sup>.

Numa perspectiva mais geral, as políticas sociais descentralizadas e focalizadas cumpriram um papel de funcionalidade da pobreza no Brasil, que conformou um modo capitalista de produção internacionalizado e concentrador de renda e propriedade, e que, portanto, não garantiu a todos os brasileiros o acesso aos bens materiais produzidos coletivamente. Nas poucas oportunidades históricas de rupturas, as forças sociais de mudanças não hegemonizaram a condução de processos políticos, a exemplo dos anos de 1980, quando a bandeira de luta principal foi à redemocratização do país, não se atacando os fundamentos promotores das desigualdades sociais, como a divisão da sociedade de classe. Assim, o projeto vitorioso foi o da democracia de mercado, que fez do consumidor o centro de todas as atenções (Santos, 2000, p.30). Em outro momento mais recente, quando do aprofundamento da barbárie social em decorrência da implementação das políticas neoliberais, durante e ao final do governo Fernando Henrique Cardoso, outras possibilidades de mudanças se manifestaram; entretanto, com a eleição do presidente Lula, mas a adesão aos ditames da ordem global pelas forças políticas de esquerda indicou que os interesses do capital não seriam ameaçados, ao garantir que os

---

<sup>2</sup> Constitui-se na esfera de atuação público não-estatal, formado a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum. Nesta definição, agregam-se, estatísticas e conceitualmente, um conjunto altamente diversificado de instituições, no qual incluem organizações não governamentais, fundações e instituições empresariais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, assim como várias outras instituições sem fins lucrativos. (Definição encontrada em Terceiro Setor e Desenvolvimento Social, relatório de julho de 2001, da área de desenvolvimento social do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDS)

contratos com organismos internacionais e as grandes empresas multinacionais seriam mantidos.<sup>3</sup>

A deteriorização internacional que se expressou na crise asiática de 1997, da Rússia em 1998 e o declínio do *boom* da economia norteamericana repercutiu negativamente na frágil economia brasileira, que não pôde mais assegurar os compromissos internos e externos para com os credores financeiros, obrigando o governo a promover em janeiro a desvalorização do real em relação ao dólar, tendo o plano real se sustentado em elevadas taxas de juros e metas inflacionárias (Corsi, 2003, p.51), o que obrigou o governo a adotar medidas ainda mais recessivas e cortes nos gastos sociais e nos investimentos, aprofundando a crise na economia em vias um de colapso econômico no começo dos primeiros anos de 2000.

## 1.2 As dinâmicas Regionais: o caso de Mato Grosso do Sul

Como vimos, nas últimas décadas ocorre com mais intensidade o domínio das multinacionais e do capital financeiro sob a economia brasileira, ocasionando a crescente desnacionalização de ramos importante do parque produtivo e a dependência dos fluxos de capital financeiro movimentado nas bolsas de valores. Alguns setores que se inseriram nesta lógica ganharam espaço neste último período, a indústria articulada ao mercado internacional, os bancos que tem obtido altas taxas de lucros e a agricultura e a pecuária vinculadas à exportação, repercutindo por um certo período em saldo positivo na balança comercial de pagamentos no decorrer dos anos de 1990, de acordo com os dados abaixo.

**Tabela 2 - Balança Comercial Brasil 1992 – 1998 (em US\$ bilhões)**

Contas	1992	1994	1996	1998
Exportações	35,8	43,5	47,7	51,1
Importações	20,6	33,1	53,3	57,6
<b>Resultado da balança comercial</b>	15,2	10,4	-5,6	-6,4

Fonte: DIEESE/SEADE. PED-SP Pesquisa de Emprego e Desemprego e Banco Central do Brasil. Relatório 1997.

<sup>3</sup> “O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país” (Carta ao Povo Brasileiro, Luís Inácio Lula da Silva, 22 de junho de 2002).

Quando observado os impactos na conformação regional brasileira, dos resultados decorrentes da abertura comercial ao mercado mundial, têm sido reforçadas as estratégias de especialização regional (Araújo, 2000, p.16). Ou seja, os investimentos direcionados à produção industrial foram em sua maioria para o Sudeste do país, embora tenha havido a fragmentação do parque produtivo para outras regiões e estados brasileiros, que travaram no último período uma disputa pela instalação de empresas, oferecendo infra-estrutura e renúncia fiscal, e em alguns estados se constituíram “focos dinâmicos” mas incapazes de expandir dinamismo nem de comandar um novo ciclo expansivo (Araújo, 2000, p.19). Mas o que tem sido acentuado com a globalização da economia é a integração das regiões sob uma determinada lógica de produção e produtividade, estritamente articulada aos interesses e necessidades do mercado mundial.

Nesse sentido, Mato Grosso do Sul, quando considerada a divisão regional do trabalho, se insere como fornecedor de produtos do setor primário (agropecuária) para o mercado mundial, como resultado da modernização e incorporação tecnológica na pecuária e o aumento significativo na produção de grãos, que se desenvolveu em moldes extensivos a partir dos anos de 1970, culminando em 70,5% de ocupação da terra com fins da atividade pecuária, enquanto que 2,2% ocupada com pequenas propriedades com menos de 100ha, com destaque para assentamentos de reforma agrária (IBGE, 1996, p.36).

Mesmo com variações decrescentes de percentual, o setor primário, em particular a agropecuária, de 1985 a 2000, tem ocupado o segundo lugar na composição do Produto Interno Bruto (PIB/MS). Já os outros setores têm se expandido também e se constituído gradativamente em importância na economia de Mato Grosso do Sul, como a indústria de transformação e serviços, conforme apresenta a tabela abaixo.

**Tabela 3 - Participação dos Setores de Atividades no Total do Produto Interno Bruto a Custo de Fatores – 1985-2000 – Mato Grosso do Sul**

Anos	Setor Primário	Indústria de Transformação	Outras Atividades Industriais	Setor Terciário
1985	38,56	8,16	9,44	43,83
1986	41,34	7,58	10,99	40,11
1987	36,03	7,67	9,07	47,21
1988	32,85	7,95	9,14	50,06
1989	30,04	9,55	10,61	49,79

Anos	Setor Primário	Indústria de Transformação	Outras Atividades Industriais	Setor Terciário
1990	28,74	6,24	10,58	54,45
1991	28,52	6,08	9,92	55,45
1992	24,31	12,09	9,80	53,81
1993	28,54	8,61	10,07	52,79
1994	30,92	10,09	11,70	47,32
1995	29,26	10,43	11,80	48,49
1996	28,23	11,08	11,20	49,49
1997	25,88	11,86	11,80	50,46
1999	29,55	10,74	10,53	49,18
2000	28,42	11,96	11,99	47,63

Fonte: MATO GROSSO DO SUL - SEPLANCT – PIB/MS

Nota: em outras atividades industriais inclui-se a indústria da construção civil, a indústria pública e extrativa mineral

O crescimento econômico de Mato Grosso do Sul, a taxas de 25% superiores à média nacional entre 1990 e 1998, fez com que em 1999, a agropecuária e a indústria respondessem por fatias quase iguais do Produto Interno Bruto do Estado: 25,2% e 23,6%, respectivamente. Com pequenas variações, o cenário da participação dos setores na composição do PIB/MS persiste no período de 2002 a 2005.

**Tabela 4 - Participação dos setores na composição do PIB/MS – Brasil e Mato Grosso do Sul – 2002 - 2005**

Setores de Atividades						
Anos	Primário		Secundário		Terciário	
	Brasil	MS	Brasil	MS	Brasil	MS
2002	6,62	22,31	27,05	16,71	66,33	60,99
2003	7,39	24,72	27,85	15,7	64,77	59,58
2004	6,91	20,93	30,11	19,21	62,97	59,86
2005	5,71	15,45	29,27	17,25	65,02	67,29

Fonte: INGE/CONAC, SEMAC-MS/SUPLAN.

Dentre os produtos agrícolas exportados se destacam as culturas da soja (50,6%) e do milho (39,2%). Também tem conquistado espaço nas duas últimas décadas a cana-de-açúcar, utilizada nos empreendimentos sucro-alcooleiros.

**Tabela 5 - Produção das Principais Culturas de Mato Grosso do Sul - 1980-2003 (t)**

Produção	1980	1985	1990	1995	2000	2003
Soja	1.322.082	2.558.720	2.038.614	2.283.546	2.486.120	4.092.318
Milho	188.396	327.334	595.718	1.435.151	1.069.571	3.070.676
Arroz	504.212	323.993	182.458	239.269	226.649	238.402

<b>Produção</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1990</b>	<b>1995</b>	<b>2000</b>	<b>2003</b>
<b>Algodão</b>	69.346	106.317	73.559	105.791	127.839	159.060
<b>Trigo</b>	110.000	317.644	204.035	19.786	34.712	168.624
<b>Feijão</b>	23.507	29.882	33.966	23.590	10.019	34.228
<b>Sorgo</b>	1.256	16.522	5.241	5.136	83.527	186.774
<b>Total de Grãos</b>	<b>2.218.799</b>	<b>3.680.412</b>	<b>3.133.591</b>	<b>4.114.264</b>	<b>4.038.437</b>	<b>7.950.082</b>

Fonte: IBGE

Na pecuária sobressai o rebanho bovino na produção de carne, majoritariamente para o mercado externo.

**Tabela 6 - Rebanho Bovino, Animais Abatidos e Taxas de Abate em Anos Censitários e Estimativa para 1980-2002**

<b>Anos</b>	<b>Rebanho Bovino</b>	<b>Abates (cabeça)</b>	<b>Taxa de Abate (%)</b>
<b>1980</b>	11.862.902	1.155.000	9,73
<b>1985</b>	15.017.906	1.625.017	10,82
<b>1996</b>	19.754.356	3.873.496	19,61
<b>1998</b>	21.856.493	3.622.747	16,57
<b>2000</b>	22.205.408	3.398.928	15,31
<b>2001</b>	22.619.950	3.883.602	17,17
<b>2002</b>	23.168.235	4.042.093	17,45

Fontes: Censo Agropecuário, abates DFA, IAGRO - BDE

Quando observado o percentual de trabalhadores ocupados neste setor da economia sul-mato-grossense, verifica-se no período de 1990/99 um percentual de 27% e 28% da população economicamente ativa, havendo uma redução significativa para 18,4% no período de 1999/2001. Com relação aos rendimentos no período 1993/2001 dos trabalhadores do referido setor, constata-se um percentual significativo sem rendimentos: 39,3% em 1993, 37,9% em 1997 e 31,8% em 2001. Os que ganhavam até 2 salários mínimos eram 36,1% em 1993, 37,2% em 1997 e 44,9% em 2001. O que se pode concluir é que a principal atividade econômica do Estado oportunizava menos emprego, do que por exemplo o setor terciário (comércio e serviços), que dava uma ocupação de 59% e 57% no período de 1990/99, e alcançou 62,3% no período 1999/2001 e também se encontrava os menores salários pagos aos trabalhadores. Em 1995 o pessoal ocupado no trabalho agropecuário era em número

de 202.709 trabalhadores, em 2006 o quantitativo era de 200.829, havendo uma redução de pouco mais de 2.000 de pessoas ocupadas (IBGE, 2006, p.76)

Acompanhando o quadro nacional do mercado de trabalho que foi marcado pelo desemprego, quando comparados os números de trabalhadores admitidos e demitidos formalmente no período de 1990 a 2002 em Mato Grosso do Sul, apenas nos anos de 1993, 1994, 2001 e 2002 foi ligeiramente superior o quantitativo de trabalhadores que conquistaram o emprego em detrimento daqueles que foram dispensados pelas empresas e administração pública. Portanto, esse período foi de desemprego em vários ramos da economia do Estado, como comércio, serviços, construção civil e administração pública.

O modelo agropecuário comercial implantado no Estado reforçou a concentração da propriedade da terra, caracterizando a sua estrutura fundiária como de domínio da grande propriedade territorial. A redução das pequenas propriedades com menos de 100 ha no período de 1985 a 1996 foi de 7% na participação total no Estado. Já as propriedades entre 1.000 ha a 5.000 ha tiveram um aumento em sua participação de 9,2%, em 1985, para 11,7%, em 1996, no total de propriedades, e de 34,1% para 39,0% em relação à área ocupada.

**Tabela 7 - Estrutura Fundiária de Mato Grosso do Sul 1980-1996**

Grupo de Área Total	Período					
	1980		1985		1996	
	Estabelec.	Área	Estabelec.	Área	Estabelec.	Área
<b>0 - 20</b>	18.731	142.695	20.618	145.354	14.240	112.037
<b>20-100</b>	11.247	499.929	13.048	589.710	12.683	564.807
<b>100-1000</b>	12.034	4.489.243	14.674	5.406.314	15.423	5.992.676
<b>1000-5000</b>	4.565	9.658.768	5.056	10.618.680	5.803	11.983.312
<b>5000-10.000</b>	751	5.167.478	702	4.825.928	690	4.694.074
<b>Mais de 10.000</b>	506	10.785.618	457	9.522.824	409	7.595.866
<b>Sem declaração</b>	109	-	76	-	175	-
<b>Total</b>	<b>47.943</b>	<b>30.743.731</b>	<b>54.631</b>	<b>31.108.816</b>	<b>49.423</b>	<b>30.942.772</b>

Fonte: Censos Agropecuários 1980, 1985 e 1996 - IBGE

A concentração da propriedade de terra e a produção agrícola de exportação compõem os fundamentos econômicos para os conflitos agrários que ocorreram em Mato Grosso do Sul, em particular de 1995 a 2005. A organização e atuação do movimentos sociais do campo, pela ocupação de terras consideradas improdutivas, a

violência no campo contra lideranças e membros do Movimento Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI/MS), Central Única dos Trabalhadores (CUT/Rural) e Federação da Agricultura Familiar (FAF/MS), bem como a violência contra a posse/propriedade dos pequenos lavradores, com destruição de casas, expulsão e despejo, compõem o quadro de conflitos sociais pela posse e o uso da terra em Mato Grosso do Sul, principalmente na região sul do Estado, onde se concentram a maioria dos empreendimentos, as melhores terras para agricultura e a maioria da população indígena, que pautam também a luta pela demarcação dos territórios indígenas.<sup>4</sup>

A economia sul-mato-grossense obteve um crescimento significativo no decorrer dos anos de 1990, com taxas médias que se alternaram em 3,8% a.a (1990-1994) 4,0% a.a (1995-1999) e 3,84% a.a (2000-2004), diferente da tendência da economia brasileira que cresceu 2,4% em média no mesmo período.

**Tabela 8 - Resumo das Taxas de Crescimento do PIB/MS, Centro Oeste e o Brasil**

ANOS	BRASIL	CENTRO-OESTE	MATO GROSSO DO SUL
1995	4,22	3,1	4,96
1996	2,66	3,23	3,36
1997	3,27	4,83	4,33
1998	0,13	3,38	3,17
1999	0,79	3,87	2,43
2000	4,36	4,31	2,07
2001	1,31	4,52	8,10
2002	1,93	4,17	1,99
2003	0,50	4,22	7,81
2004	4,90	4,21	-0,75

Fonte: Coordenação de Contas Nacionais - CONAC/IBGE, SEPLANCT/MS

O conjunto da economia do Estado, no período de 1994 a 2004, obteve um crescimento real acumulado de 44,01%, resultado de uma taxa média anual de 3,75%, enquanto o alcançado pelo PIB nacional no mesmo período foi de 2,41%. O setor secundário da economia do Estado foi o que obteve maior desempenho, acumulando taxa de crescimento de 75,2%, ou seja, 5,80% na média anual, seguido do setor primário que soma 35,1%, crescendo a uma taxa de 3,10% ao ano e do terciário que alcançou um crescimento acumulado de 35,0% em igual período. Os índices do Produto Interno Bruto de Mato Grosso do Sul teve baixíssimo impacto no

<sup>4</sup> Maiores informações ver JÚNIOR (2008) Geografia dos Conflitos pela Terra em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Coord). A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul – Uma Visão Multidisciplinar. Campo grande-MS: Ed. UFMS, p. 113-137.

Produto Interno Bruto do Brasil, 1,13% no ano de 2004, enquanto São Paulo obtém 30,94% no mesmo ano.

Quando relacionados os setores econômicos e a arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), as atividades de comércio e serviço tem contribuído com maior percentual de recursos arrecadados pelo Estado, conforme dados abaixo:

**Tabela 9 - Participação do Setor Terciário na Receita de ICMS e na População Economicamente Ativa EA/MS - 1990-2002**

Ano	Contribuição Receita de ICMS	Participação na População Economicamente Ativa
1990	64,6	59,6
1991	65,7	.
1992	62,4	53,1
1993	60,3	53,2
1994	64,5	.
1995	58,6	53,9
1996	62,7	59,1
1997	69,9	57,8
1998	73,7	57,3
1999	72,9	59,6
2000	76,3	.
2001	76,2	62,6
2002	79,5	-

Fonte: SEPLANCT-MS

De 1995 a 2006 o crescimento real da receita tributária do Estado foi de 8,89%, mas a arrecadação alcançada permitiu aos governos estaduais pagar somente custos da administração pública (gastos com custeio, salários e encargos de funcionários). No referido período, a taxa de crescimento com despesa de pessoal foi de 8,88%, mas sempre se situando num patamar abaixo de uma política de valorização efetiva dos servidores públicos, que desde o governo Pedro Pedrossian promoveram intensas mobilizações em defesa de melhores salários, condições de trabalho e pela liberdade e organização sindical. A despesa com pessoal foi também inferior ao teto de 49% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme demonstram os índices: 2000 (45,68%), 2001 (48,07%), 2002 (34,97%), 2003 (37,45%), 2004 (37,22%), 2005 (37,89%) e 2006 (43,55%). As despesas com o custeio, que envolvem desde a gasolina dos carros oficiais até as reformas e manutenção de prédios públicos, aumentaram significativamente nos estados de 1995

a 2006, inclusive em Mato Grosso do Sul, que no geral passaram de 1,1% para 6,09% do Produto Interno Bruto (PIB).

Por outro lado, as despesas em investimentos em políticas públicas ou obras de infra-estrutura encolheram de 2,2% para 0,94% do Produto Interno Bruto (PIB), numa evidente demonstração de que foram os setores penalizados do ponto de vista dos recursos, em nome da chamada política de equilíbrio das contas públicas, uma das condições impostas aos estados pela União, para a renegociação de suas dívidas em 1998, que tiveram suas finanças adequadas à política de estabilização econômica e financeira da macroeconomia do país. O pagamento mensal do juro e da correção monetária do saldo devedor da dívida de Mato Grosso do Sul, em torno de 15% da receita líquida da arrecadação estadual, e perdas de recursos dos entes federados (estados e municípios), em decorrência da Lei Kandir de 1996, que desonerou de pagamento do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICMS) as exportações de produtos industrializados semi-elaborados e produtos primários, compõem o cenário explicativo da incapacidade financeira do Estado em realizar investimentos estruturantes como transporte e energia, se colocando numa relação de dependência dos recursos da União ou de empréstimos junto a credores privados internacionais.<sup>5</sup>

Assim, nos marcos da democracia representativa sucedem diversos governos à frente do poder estadual em Mato Grosso do Sul desde a sua criação oficial em 1979, que mantém uma autonomia relativa em decorrência da dependência econômica e política do governo central, e considerando o Estado um instrumento que se apresenta como defensor dos interesses coletivos, os recursos financeiros e políticos que arrecada foram disputados pela população sul-mato-grossense, marcada pela contradição e conseqüentemente por lutas sociais, entre elas, pelo atendimento de demandas sociais. A relação do estado enquanto ente da federação não se resume apenas em âmbito político-administrativo, o que existe é uma inter relação ao movimento mais geral da sociedade capitalista que se tornou um mercado mundial de mercadorias, cujo modelo implantado no Brasil foi dependente e, promotor de desigualdades regionais, no caso específico, Mato Grosso do Sul, se insere enquanto fornecedor de produtos primários para a exportação. Compreender o processo de

---

<sup>5</sup> Os dados referentes à situação financeira dos estados no Brasil, em particular do Mato Grosso do Sul, foram retirados do trabalho Dívidas dos Estados 10 Anos Depois, que foi publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em dezembro de 2008, de autoria de Marcelo Piancastelli e Rogério Boueri.

transformações econômicas e suas implicações no mundo do trabalho, no período em que situa o objeto desta pesquisa, é o que se propõe o capítulo a seguir.

## CAPÍTULO II

### REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E OS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO

Este capítulo trata das modificações a partir dos anos de 1970 no padrão de produção taylorista/fordista, vigente na maioria dos centros mundiais, como os Estados Unidos e alguns países europeus, para o sistema de organização toyotista, desenvolvido na “Toyota Motor Company”, desde os anos de 1950, e que passa a exigir uma nova organização do trabalho no século XX.

Alves (2000), ao abordar o sindicalismo nos anos de 1990, o analisa a partir do desenvolvimento capitalista em sua etapa de mundialização do capital, que determina uma nova lógica de produção e reprodução do capital. Esta nova ofensiva do capital sob a produção nos anos 1990 ele chama de “toyotismo sistêmico”, que se utiliza articuladamente da coerção capitalista e consentimento operário.

As principais características do “toyotismo sistêmico” foram descritas por Alves (2000, p.102) nas seguintes palavras:

Amplitude (e intensidade) dos nexos contingentes do toyotismo, voltados para a captura da subjetividade operária, e, por outro, pela preservação da superexploração do trabalho como dimensão estrutural da própria acumulação capitalista no Brasil e a reprodução ampliada de uma nova e precariedade (e exclusão) no interior do mundo do trabalho.

A busca por saídas para a crise de produção capitalista volta-se para o mundo do trabalho, e neste, o trabalhador é envolvido por diferentes meios para se engajar na retomada da reprodução do capital, ao poder participar “democraticamente” das decisões das empresas enquanto “colaborador” e não mais empregado do capital, de auferir parte dos lucros e resultados alcançados pelas empresas engajadas na nova lógica de produção. O que se objetivava era construir ideologicamente interesses da empresa como sendo do conjunto dos trabalhadores, e cada um ou sessão de trabalho responsável pelo sucesso e fracasso dos resultados dos negócios.

Combinado com a conquista da subjetividade operária se manteve a estrutura básica da acumulação capitalista, a superexploração do trabalho, que se

expressou no aumento da jornada de trabalho, precarização das condições de trabalho e informatização de um segmento importante da classe trabalhadora. Diferentemente da centralização da produção fordista, o que passa a se destacar na produção do toyotismo sistêmico, ainda de acordo com Alves (2000, p.213), é a descentralização produtiva e o processo de terceirização; consórcio modular e condomínios industriais; aproximação geográfica dos principais fornecedores de peças e componentes; e a constituição de novos pólos industriais.

Quanto à classe operária em si, ocorre uma metamorfose em sua composição, a começar com a diminuição da classe operária industrial tradicional, e passa a compor o conjunto da força de trabalho, um novo modo de existência do trabalho assalariado.

Trata-se da existência de uma dualidade na formação da classe operária. Esta nova configuração da classe que vive do trabalho é exposta por Alves (2000, p.70), na seguinte afirmação:

Operários “polivalentes”, com capacidade de autonomia, de iniciativa e de renovação contínua de seus conhecimentos, e os demais operários industriais, o subproletariado tardio, que são incorporados à periferia da produção, em sua maioria com empregos precários, temporários e com níveis de salários inferiores.

As novas tecnologias microeletrônicas aplicadas à produção, os instrumentos organizacionais que capturam a subjetividade dos trabalhadores, e as dificuldades reais de sobrevivência materiais da classe operária criam as condições para a precariedade do trabalho assalariado e o desemprego estrutural.

No plano do mundo do trabalho as alterações se deram nos instrumentos dos próprios trabalhadores, os sindicatos, que se transformaram em sindicatos de empresa, corporativo e interlocutor exclusivo do capital. Segundo Alves (2000, p.16), a crise do sindicalismo tem duas dimensões: a sócioinstitucional, expressa na diminuição do número de trabalhadores sindicalizados, e político-ideológica, marcada pela adesão dos sindicatos à lógica mercantil.

A crise institucional e ideológica resulta numa fragilidade dos instrumentos históricos de representação dos interesses da classe trabalhadora, num contexto de mundialização do capital. O que constata Alves (2000, p.85) sobre os sindicatos dos trabalhadores é a sua “incapacidade (ou limitação estrutural) de preservar o seu poder

de resistência de classe à sanha da valorização, diante da nova ofensiva do capital na produção e do novo (e precário) mundo do trabalho”.

Quando articulado este processo de reestruturação produtiva, ao controle político do aparelho estatal, se identificam as devidas correspondências entre ambas, de natureza político-institucional e de natureza ideológica. Um exemplo desta combinação de interesses foi o lançamento do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade, lançado pelo governo Collor em 1990, que se insere na lógica da qualidade de produtividade enxuta, que consiste em ampliar a produção capitalista com menos custos, com mais racionalidade na produção.

O período recessivo que se vivenciou na economia brasileira, desde 1990 a 1992, dificultou a continuidade desse processo, retomado com mais vigor durante o governo Fernando Henrique Cardoso, quando foi implementado o *Plano Real*, numa perspectiva de estabilização da economia ao adotar o regime de controle inflacionário, criando as condições macroeconômicas para a expansão do toyostismo sistêmico, em decorrência do crescimento dos investimentos externos, e ocasionando o surgimento de um novo (e precário) mundo do trabalho, com um sindicalismo frágil em sua capacidade de organização e de luta política e social em na defesa pelos interesses dos trabalhadores.

Do ponto de vista ideológico, cria-se um conjunto de condições para uma nova hegemonia do capital na produção, por meio da capturação da subjetividade operária, utilizando-se da parceria entre a empresa e os trabalhadores, o que se traduzia em novos sistemas de pagamento dos trabalhadores, da flexibilidade do contrato de trabalho no Brasil, em especial a aprovação da Lei do Trabalho Temporário de 1998<sup>6</sup>, intensificação do discurso de novas qualificações operárias, a defesa da competência ou a capacidade de agir, intervir, decidir. Enfim, trata-se de meios que compõem um arcabouço jurídico-ideológico, objetivando uma nova hegemonia do capital na produção, da produtividade, da racionalização da força de trabalho.

A debilidade da sociabilidade do trabalho no Brasil nos anos de 1990, por meio do desemprego estrutural e a precariedade do trabalho e salário, é objeto de

---

<sup>6</sup> Lei 9.601, de 21 de janeiro de 1998, que trata do contrato de trabalho por tempo determinado, que para garantir emprego e salário, direitos dos trabalhadores consagrados na Consolidação das Leis Trabalhistas e na Constituição de 1988, foram flexibilizados, como a jornada regular de trabalho e a hora extra, sendo instituídos as chamadas jornadas de trabalho modulares e o banco de horas.

estudo de importantes pesquisadores, Mattoso (1999), Pochmann (2001), Oliveira (2004) e Antunes (2005).

Antunes (2005) reconhece que a reestruturação produtiva impõe modificações na classe que vive do trabalho, em sua materialidade e subjetividade, mas que ainda constitui o trabalho vivo transformado em trabalho morto o meio pelo qual o capital cria valores de troca, contudo, o trabalho ainda é central na sociedade produtora de mercadorias. Mesmo ocorrendo à diminuição do trabalho assalariado existentes nos moldes da Revolução Industrial e a conformação de um mercado de trabalho diversificado, este se constitui em condição fundamental para produção e reprodução do capital

A sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou part-time, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista (ANTUNES, 2005 p.10).

Esses traços do novo mundo do trabalho já se encontram nos países capitalistas mais avançados desde os anos de 1980, porque neles as modificações nos processos produtivos que se expressaram no Fordismo, Toyotismo e a acumulação flexível se conformaram como reestruturação produtiva do capital de forma mais acabada, e repercutiram em países industrializados do terceiro mundo, mas conservando seus principais traços constitutivos da complexa, fragmentada e heterogênea classe trabalhadora: desproletarização do trabalho industrial, ampliação do assalariamento do setor de serviços, crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário, subproletarização (trabalho parcial, precário, subcontratado, terceirizado).

Em decorrência desse processo, mais precisamente da diminuição do trabalhador industrial tradicional, também ocorre uma “[...] alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, que de um lado impulsiona para uma maior qualificação do trabalho e, de outro, para uma maior desqualificação” (ANTUNES, 2005 p.55).

A ênfase na intelectualização do trabalho está vinculada às necessidades impostas pela crescente utilização dos avanços científicos e tecnológicos na produção, elevando o trabalhador à condição de supervisor, de colaborador e “pensador” da produção capitalista. Concomitante à defesa da qualificação houve a desqualificação de vários setores operários, que resultou na exigência de um trabalhador multifuncional, temporário, parcial, subcontratado, informal, os quais

operam diretamente na produção com base em conhecimentos precários e segmentados.

Quanto à organização dos trabalhadores, ocorreu uma redução significativa dos índices de sindicalização nos países capitalistas mais desenvolvidos no decorrer dos anos 1980, como na Europa que teve uma diminuição de 41% em 1980 para 34% em 1989, no número de trabalhadores sindicalizados. Na década seguinte esse processo se estendeu para os demais países, causando uma grave crise do movimento sindical, e que de acordo com Antunes (2005, p. 73), se apresentou com as seguintes tendências:

Uma crescente individualização das relações de trabalho, deslocando o eixo das relações entre capital e trabalho da esfera nacional para os ramos de atividade econômica e destes para o universo micro, para o local de trabalho, para a empresa e, dentro desta, para uma relação cada vez mais individualizada.

Uma fortíssima corrente no sentido de desregular e flexibilizar ao limite o mercado de trabalho, atingindo duramente conquistas históricas do movimento sindical que tem sido, até o presente, incapaz de impedir tais transformações.

O esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países avançados que optaram, nesta última década, em boa medida, pelo sindicalismo de participação e agora contabilizam prejuízos de brutal envergadura – dos quais o mais evidente é o desemprego estrutural que ameaça implodir os próprios sindicatos.

A reestruturação produtiva atingiu diretamente as condições materiais de existência da classe trabalhadora, e o direito ao trabalho (e de nele permanecer) passou a ser uma bandeira importante dos instrumentos de organização da classe trabalhadora, os sindicatos. No decorrer dos anos 1990, setores importantes no movimento sindical adotaram uma linha de atuação rebaixada do ponto de vista programático, privilegiando a negociação em detrimento de uma postura de enfrentamento mais direto com o capital.

Em outro trabalho, Antunes (2006) afirma ainda que a experiência singular da reestruturação produtiva no Brasil e seus impactos no mundo do trabalho, no contexto dos anos de 1990, ocorreram em importantes ramos e setores da produção industrial no país. Esse processo, que ocorre em determinados setores da economia, como automobilístico, telecomunicações, bancários, têxtil e confecções, não se materializa de maneira homogênea e nem indiferenciado, conforme estudos realizados por pesquisadores sobre as diferentes formas de reestruturação produtiva

do capital e a nova formologia do trabalho no Brasil que se desenvolveu com intensidade no decorrer dos anos de 1990.

Quando considerado o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, houve dois momentos importantes: o primeiro, de 1930 a 1980, marcado pela expansão econômica, e insignificante distribuição de renda e acesso limitado aos serviços sociais. Este período foi marcado também por uma industrialização, urbanização e expansão do emprego e forte atuação do Estado na economia, porém, não havia garantia social e nem reformas do capitalismo como a reforma agrária e tributária, além de um quadro social de exclusão e concentração de renda. Nesta fase prevaleceram os regimes ditatoriais e acumulação capitalista, o arrocho salarial e a expansão industrial.

O segundo momento foi de 1980 a 1990, marcado pelo baixo crescimento econômico e o agravamento dos problemas sociais, em decorrência de modificações no tripé-Estado/capital nacional/capital estrangeiro, da liberação crescente da economia, da difusão do mito: confiança dos investidores ou de credibilidade internacional, redefinição do papel do estado. Nesta fase se gesta e desenvolve a reestruturação produtiva no Brasil, demonstrando numa economia periférica os traços universais do capitalismo predominante naquele momento histórico.

No conjunto, implantou-se na produção capitalista no Brasil a junção do fordismo periférico e subordinado, no dizer de Antunes (2006, p.19), com novos processos produtivos, em grande expansão, consequência da reestruturação organizacional dos mecanismos próprios oriundos da acumulação flexível e das práticas que formam e estão sendo assimiladas com vigor pelo setor produtivo brasileiro.

Em passagens anteriores já se destacou as características da reestruturação produtiva e seus reflexos no mundo do trabalho no Brasil, cabendo reforçar a precariedade, a flexibilidade e as desregulamentações o que tem resultado em desemprego estrutural enquanto parte constitutiva intrínseca ao modo de produção capitalista, pois de acordo com Marx (1986, p.129): Graças ao progresso da produtividade do trabalho social, quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser mobilizada com um dispêndio progressivamente menor de força humana.

O caráter estrutural e funcional do desemprego na sociedade capitalista em seu período mais recente foi tratado por Meszáros (2006), que faz uma crítica das propostas de redução da jornada de trabalho defendida por movimentos dos trabalhadores e até mesmo por governos progressistas no decorrer dos anos 1990,

como medida paliativa para ampliar o número de emprego. Para ele, trata-se de uma medida ineficaz na ordem burguesa contemporânea, que produz uma considerável quantidade de trabalhadores supérfluos, descartáveis do processo produtivo, prolonga o tempo de trabalho, pois o “[...] sistema capitalista é constituído por uma rede fechada de inter-relações e de interdeterminações por meio da qual agora é impossível encontrar paliativos e soluções parciais ao desemprego em áreas limitadas (MESZÁROS, 2006, p.31).

Observando o desenvolvimento do capitalismo, o autor identifica como diferenciador de outras épocas precedentes o quantitativo considerável de trabalhadores supérfluos, descartáveis do processo produtivo e aqueles inseridos na lógica de produção capitalista, que são obrigados a cumprir prolongado tempo de trabalho, pois esta é administrada pelo capital maximizando a exploração do “tempo de trabalho necessário” da força de trabalho empregada e ignorando totalmente o “tempo disponível” na sociedade de forma geral, pois deste não pode extrair lucro (MESZÁROS, 2006, p.43).

A expulsão do processo produtivo de milhões de trabalhadores em escala internacional nas duas últimas décadas do século XX é tratada por Pochmann (2001) a partir do conceito da divisão internacional do trabalho, sendo esta uma estratégia das empresas capitalistas para minimizar os custos de produção e maximizar os lucros, uma estratégia de apropriação do espaço geográfico e definição de papéis a serem cumpridos no processo de expansão e reprodução capitalista.

Este processo de divisão do trabalho não foi único e homogêneo, mas sempre um instrumento para o atendimento das necessidades econômicas dos países capitalistas centrais, que em distintas fases do desenvolvimento do capitalismo cumpriu determinadas responsabilidades para a acumulação capitalista (Pochmann, 2001, p.35).

Nesse sentido, compreende-se a Primeira Divisão Internacional do Trabalho (do século XVIII até o começo do século XX): relação dicotômica entre bens manufaturados e produtos primários; a Segunda Divisão Internacional do Trabalho (a partir do início do século XX): relação dicotômica entre produtos industriais de maior e de menor valor agregado e alto e baixo valor de coeficientes tecnológicos; e a Terceira Divisão Internacional do Trabalho (a partir do final dos anos 60): relação dicotômica entre serviços de produção e bens manufaturados. (Pochmann, 2001, p.18-36).

Nesta última fase conformam-se os oligopólios mundiais, o predomínio do capital financeiro, um investimento produtivo contido e o comércio intrafirmas. Analisando a estratégia de atuação das corporações transnacionais no decorrer dos anos 1990, o que resulta na divisão trabalho, Pochmann (2001, p.30) afirma:

Que “Foi a de procurar permanecer o mais livre possível dos investimentos de longa duração, com intuito de explorar rapidamente as oportunidades lucrativas de investimento, abrindo e fechando quantas plantas produtivas fossem necessárias”.

Para angariar esses investimentos, os países da periferia do capitalismo mundial operam na perspectiva de reduzir os custos do trabalho para o capital e desregulamentação do mercado de trabalho, adotando medidas como qualificação profissional com recursos-públicos, ampliação da jornada de trabalho e contratos de trabalho flexíveis. A divisão do trabalho que decorre dessa opção concentra nos países da periferia os serviços de execução, distribuição e montagem dos produtos, com base na produção manufatureira, nos países centrais do capitalismo uma produção de bens industriais de informação e comunicação sofisticadas e de serviços.

Quando verificado o resultado desta nova Divisão Internacional do Trabalho na distribuição dos postos de trabalho qualificados, Pochmann (2001, p.35) constata:

Quase 72% destes se concentravam nos países de maior renda, de cada 10 ocupações não-qualificadas no mundo, 8 eram de responsabilidade dos países de menor renda, enquanto de cada 10 postos de trabalho qualificados 3 pertenciam aos países periféricos.

Considerando a situação do Brasil, no período de 1990 a 1998, houve uma redução de 12,3% dos postos de trabalho qualificado, e por outro lado, um aumento de 14,2% de trabalhos não-qualificados (Pochmann, 2001, p.39). O aumento da participação relativa das ocupações de serviços, não conseguiu compensar a destruição do emprego no campo e na cidade.

Ao caracterizar os anos de 1990, Pochmann (2001, p.63) desta os setores da economia que mantiveram uma “relativa” ocupação do trabalho:

Que se trata de uma segunda década perdida, marcada pelo crescente desemprego, pelo aumento do endividamento interno e externo e pela ausência de crescimento sustentado e que os grupos ocupacionais que mais melhoraram sua posição relativa no total da ocupação foram àqueles associados aos serviços básicos, ao comércio e à agropecuária.

Quando comparado o desemprego no Brasil com os de outros países nos anos de 1990, se verifica uma contribuição considerável para os altos índices que atingiram os países industrializados, em termos relativos e absolutos:

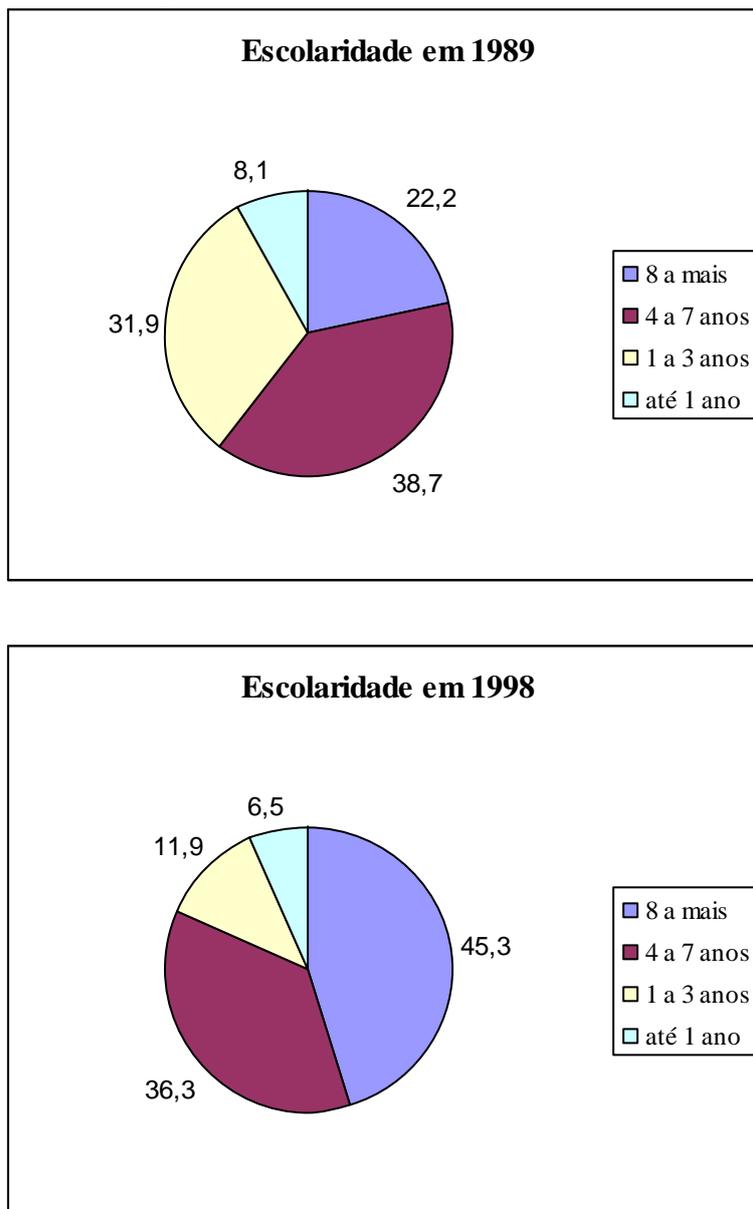
A partir de 1991, entretanto, a economia brasileira alterou drasticamente sua relação com o desemprego mundial. Desde então, tem assumido crescentemente maior responsabilidade na geração do excedente estrutural de mão-de-obra, tendo, em 1999, representado 5,61% do total do desemprego aberto no mundo, apesar de contribuir com 3,12% na PEA global (Pochmann, 2001, p.89).

Apesar de representar 3,12% da força de trabalho de todos os países, o Brasil possuía, em 1999, 5,61% do desemprego mundial. Mesmo tendo menos população que a China e os Estados Unidos, a quantidade de desempregados no Brasil foi maior em 1999.

Os empregos gerados foram insuficientes para atender à demanda crescente por postos de trabalho de jovens e adultos que anualmente passavam a disputar as precárias oportunidades no mercado de trabalho. O crescimento de 1,5% em média da economia brasileira nos 1990, e o modelo de inserção no mercado mundial são apontados por Pochmann (2001, p.103) como os motivos principais dessa situação. Diante disso:

Na média, a cada ano, 1,5 milhões de pessoas foram adicionalmente incorporados ao mercado de trabalho, mas apenas 943 mil pessoas tiveram acesso à ocupação. Ainda em termos anuais, nota-se que a década de 90 contribuiu para o registro adicional de 567 mil desempregados (média anual).

Quando relacionado escolaridade e desemprego, verifica-se que tiveram mais dificuldades de conseguir ocupação no mercado de trabalho nos anos de 1990 os postulantes com maior tempo de estudo escolar, evidenciando que não encontra respaldo objetivo a tese do capital humano que norteou as reformas educacionais no Brasil desde a década de 1960, de que a educação e a formação profissional era a garantia do emprego. A evolução da composição do emprego por escolaridade (em anos de estudo e em %), comparando o final dos anos de 1980 e final dos anos de 1990, nos permite visualizar melhor as dificuldades das famílias que investiam na formação de seus filhos e o alcance do emprego se tornava uma verdadeira “loteria”.

**Gráfico 1 - Comparativo da Escolaridade nos anos de 1989 e 1998**

Fonte: FIBGE/PNAD's (2001) - (Organização: Santos, 2008)

A taxa de desemprego foi mais expressiva em que mais tempo permaneceu se preparando para alcançá-lo, pois 45,3% dos desempregados em 1998 tinham acima de oito anos de estudo e 36,3% entre 4 e 7 anos de estudo. É nesse contexto que prosperam os cursos de qualificação, como instrumento de manter as pessoas empregáveis num mercado em que o emprego inexistente, e que quando se oportunizou, foi precário e pouco exigente quanto à formação profissional.

De acordo com Mattoso (1999), o desemprego e a precarização do trabalho se tornaram nos anos de 1990 um fenômeno de caráter nacional jamais visto na história do país, pois no período foram destruídos mais de três milhões de empregos.

O autor demonstra que a redução do emprego formal ocorreu em todos os setores da economia, atingindo principalmente a indústria de transformação e a construção civil, respectivamente, com 1,6 milhões de trabalhadores perderam o emprego e 322 mil empregos formais extintos na década de 1990 (MATTOSO, 1999, p.19).

O discurso construído e ampliado para o conjunto da sociedade pelos dos meios de comunicação foi o da responsabilização do próprio trabalhador pela não conquista de uma vaga no mercado de trabalho. A personalização do emprego e do desemprego foi expressa através do termo “empregabilidade”, que para Mattoso (1999, p.20) tinha objetivos bem definidos:

Trata-se de uma clara tentativa de transferir riscos e responsabilidades aos mais fracos, fazendo o trabalhador assumir a sua empregabilidade, por meio de formação profissional, requalificação etc. Estado e empresas até podem destinar alguns recursos para tais cursos, importantes, mas absolutamente incapazes de gerar mais postos de trabalho. Uma contribuição, digamos, para o “salve-se quem puder”.

As razões deste cenário desfavorável ao mundo do trabalho são verificadas no nível real da atividade econômica no Brasil no século XX, mas precisamente nos anos de 1980 e 1990, em cuja política econômica se estruturou o tripé abertura econômica e financeira, sobrevalorização do real e juros elevados, o que resultando num crescimento econômico medíocre e uma profunda desestruturação produtiva.

Em outro trabalho, Mattoso (1995, p.180) trata a situação do mercado de trabalho como decorrência das necessidades da Terceira Revolução Industrial que se expressou na prática numa modernização conservadora, que se baseou na desregulamentação do mercado de trabalho e na redução dos custos de trabalho no Brasil.

O Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando reestruturação produtiva, privatização acelerada, enxugamento do Estado, políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital, como o Fundo Monetário Internacional.

O movimento na base econômica da sociedade se articula com as estruturas políticas do Estado e o papel “enxuto” que é convidado a exercer na vida social tem suas raízes históricas na trajetória de criação e desenvolvimento da sociedade

capitalista, desde o pensamento liberal no século XVII até o neoliberalismo das primeiras décadas do século XX. Portanto, a redefinição do papel do Estado é parte constitutiva do movimento da sociedade capitalista em crise na sua base econômica a partir dos anos de 1970, e compreendê-lo significa evidenciar o papel que é “convidado” a cumprir, em particular, no tocante às políticas públicas.

## **2.1 Redefinição do papel do Estado nos anos de 1990 no Brasil**

### **2.2 Antecedentes**

Locke (2002, p.22) justifica a existência do poder político enquanto um instrumento necessário para o desenvolvimento e a consolidação da nascente sociedade burguesa, cabendo ao Estado a função de:

Elaborar as leis, incluindo a pena de morte e, portanto as demais penalidades menores, no intuito de regular e conservar a propriedade, e de utilizar a força da comunidade para garantir a execução de tais leis e para protegê-la de ofensas externas. E tudo isso visando só ao bem da comunidade.

Esta atribuição de um grupo destacado de homens no conjunto da sociedade se justificava pela necessidade de garantir a efetiva liberdade e igualdade entre eles, porque existem aqueles com “inclinação para o mal, à paixão e a vingança” (Locke, 2002, p.28), podendo instaurar um estado de guerra, uma situação de ameaça à propriedade. Para evitar o caos e a desordem, os homens estabeleceram um contrato social, se organizaram em sociedade política e submeteram-se a uma autoridade a fim de “[...] possibilitar a existência de leis e regras definidas que sejam guardiãs e protetoras da propriedade dos membros da comunidade” (Locke, 2002, p.148).

Quando dos escritos de John Locke, a classe burguesa estava em franca expansão de seus negócios, o mercado se ampliou para além dos limites do continente europeu, as relações pessoais passaram a se organizar numa lógica mercantil, tornando-se a concorrência uma prática recorrente entre os capitalistas. Garantir a liberdade (liberdade econômica) e a propriedade foi garantir a possibilidade de manutenção e consolidação da ordem burguesa em desenvolvimento. E essas duas condições são tarefas do Estado.

O fato é que a mudança na base econômica da sociedade feudal engendrou a criação do Estado Moderno, o qual teve como características a centralização do mercado, a unificação dos territórios e das moedas, a valorização da língua nacional, a idéia de nação propriamente dita e, finalmente, a centralização do poder político em mãos dos reis absolutistas, que personificam o Estado como organizador da vida em sociedade.

Os indivíduos, de acordo com Locke (2002, p.95), renunciam o poder de julgar o que consideram adequados e o direito de punir, em prol de uma autoridade política distinta do conjunto da sociedade, mas revestida de poderes que possam assegurar o direito natural à vida, a liberdade e, principalmente, a propriedade. Fica evidente na concepção de Locke que o poder político tem o papel de realizar o bem comum, o bem geral do povo, de organizar e fundar a vida em sociedade.

Marx e Engels (2006) se opuseram à perspectiva do Estado como organizador da vida em sociedade e promotor do bem comum, pois concebia a sua criação como resultada das contradições políticas da sociedade do seu tempo, qual seja a sociedade burguesa. Em sendo esta sociedade dividida em classes com interesses antagônicos, a classe detentora dos meios de produção também controla os mecanismos de poder político exercido pelo Estado, embora se apresente como expressão e defensor dos interesses coletivos.

A respeito da criação do Estado, afirmam Marx e Engels (2006, p.133):

A sociedade cria um órgão para a defesa de seus interesses comuns, face aos ataques de dentro e de fora. Esse órgão é o poder do Estado. Mas, apenas criado, esse órgão se torna independente da sociedade, tanto mais quanto mais vai-se convertendo em órgão de uma determinada classe e mais diretamente impõe o domínio dessa classe.

Assim, é a partir da compreensão dos mecanismos de funcionamento da sociedade, que não é amorfa, e sim dinâmica, em decorrência das contradições e dos conflitos de classe com interesses antagônicos, que ambos os autores concebem a criação do Estado, que se apresenta dotado de uma racionalidade (leis, funcionários, governos) e universalizante (defensor dos interesses coletivos). Na sociedade civil burguesa, que foi o objeto de análise de ambos os autores, estão presentes as contradições, o indivíduo, o mercado, o particular, o público, o interesse geral e o interesse particular, e é dessa contradição que se funda o poder do Estado. Portanto, o Estado não realiza a universalidade dos interesses, porque ele é a expressão da

sociedade que o engendrou e na correlação de forças uma classe (a que controla os meios de produção) exerce o monopólio do aparelho estatal. A esse respeito, diz Marx e Engels (2006, p.132), “[...] ainda hoje, na época da grande indústria e das estradas de ferro, o Estado, de modo geral, não é mais que o reflexo em forma condensada das necessidades econômicas da classe que domina a produção”.

Numa análise da obra de Marx, Ianni (1983), resgata a construção coerente que o autor desenvolveu a respeito do Estado Capitalista, como resultado das forças produtivas, das relações de produção, dos movimentos e antagonismos da sociedade de classe, a sociedade burguesa. Assim, o Estado precisa ser compreendido (Lanni, 1983, p.52) como uma “colossal superestrutura” do regime capitalista e como o “poder organizado de uma classe” social em sua relação com as outras. A análise de Marx e Engels sobre a economia política tinha um objetivo de subsidiar a luta operária para destruir a ordem burguesa, e, por conseguinte, delinear as condições do declínio do Estado capitalista, conforme palavras de Lanni (1983, p.42):

A crise do Estado burguês é a consequência necessária ao agravamento das contradições de classes, contradições essas nas quais o proletariado e a burguesia são as duas classes substantivas. Na luta contra a burguesia, o proletariado lutará para conquistar e destruir o poder estatal, já que este se constitui no núcleo essencial das relações e estruturas de apropriação e dominação.

Desta perspectiva, compreender a existência do Estado e seu papel na sociedade de classe requer compreender os mecanismos estruturantes desta mesma sociedade, suas relações de produção e social, seus antagonismos e movimentos. Desta forma, o Estado não é uma entidade que paira sobre a vida econômica e social, e sim uma criação histórica pelos homens em sociedade, para atender determinadas necessidades que se modificam ao longo do tempo.<sup>7</sup>

Lênin (1999), no contexto da “Revolução Russa” retoma os escritos de Marx e Engels sobre o Estado e destaca que este é um produto dos antagonismos inconciliáveis das classes e um instrumento de exploração da classe oprimida. Ressalta ainda as experiências revolucionárias de 1848-1849 e de 1871 na França, quando os trabalhadores radicalizaram na luta política e social contra o Estado, em particular a Comuna de Paris (1871). Outra questão tratada por Lênin (1917, p.141-164) é o aviltamento do marxismo pelos oportunistas, ao se referir às posições

---

<sup>7</sup> Uma análise mais detalhada sobre Estado e Sociedade em Marx, ver IANNI (1987)

políticas de Plekhanov e Kautski sobre o avanço do processo revolucionário na Rússia, em particular sobre o Estado.

Lênin (1999, p.121), faz uma crítica da democracia instituída na sociedade capitalista e defende, através da revolução, a supressão do aparelho estatal criado pela classe dominante e a implantação da ditadura do proletariado:

A sociedade capitalista não nos oferece senão uma democracia mutilada, miserável, falsificada, uma democracia só para os ricos, para a minoria. A ditadura do proletariado, período de transição para o comunismo, instituíra pela primeira vez uma democracia para o povo, para a maioria, esmagando ao mesmo tempo, impiedosamente, a atividade da minoria, dos explorados.

Gramsci (1985, p.13) concebe o Estado numa perspectiva ampliada, sendo a sociedade civil e a sociedade política. A sociedade civil é o espaço da superestrutura em que se elaboram e difundem as ideologias. É o espaço em que se confrontam as diferentes classes onde cada uma delas busca o fortalecimento da própria ideologia para se perpetuar como enquanto classe, mantendo-se hegemonicamente. A sociedade política consiste no conjunto de órgãos da superestrutura que atuam coercitivamente e na ação direta na sociedade civil, havendo, portanto, uma estreita relação entre as duas esferas do Estado.

Tanto a sociedade civil quanto a sociedade política servem para conservar ou promover uma determinada base econômica de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Por meio da sociedade civil, a classe busca exercer sua hegemonia, busca aliado por meio da direção política e do consenso, enquanto, através da sociedade política, a classe dominante exerce a ditadura, ou seja, a dominação.

Keynes (1992) formulou a concepção de Estado do Bem-Estar Social, como possibilidade de solução da crise do capitalismo nas primeiras décadas do século XX, combinada com retomada do processo de acumulação do capital, por meio de políticas públicas diretas e indiretas de sustentação da acumulação. Tratava-se de financiar acumulação do capital e o custo da reprodução da força de trabalho, se contrapondo as experiências socialistas e garantir direitos sociais nos marcos da sociedade capitalista, numa perspectiva de Estado regulador do mercado e executor de serviços sociais. As idéias de Keynes foram colocadas em prática, sobretudo nos países ricos, depois do término da II Guerra Mundial.

Friedman (1988), ao analisar a crise mundial do capitalismo nos princípios dos anos de 1970, conclui que uma das razões da queda da produtividade e a subida dos preços do petróleo eram a excessiva intervenção do Estado na economia e sua ineficiência e gastos com direitos sociais. Para fazer frente ao fracasso da economia Keynesiana no mundo capitalista e a planificação da economia no bloco socialista, Friedman defendeu que o mercado retomasse o controle da economia e da vida social, que haviam sido dominados pelo Estado. A crença na capacidade de o mercado regular-se a si mesmo, ser o espaço da liberdade econômica é verificada por Friedman (1988, p.23) nas seguintes palavras:

Enquanto a liberdade efetiva de troca for mantida, a característica central da organização de mercado da atividade econômica é a impedir que uma pessoa interfira com a outra no que diz respeito à maior parte de suas atividades. O consumidor é protegido da coerção do vendedor devido à presença de outros vendedores com quem pode negociar. O vendedor é protegido da coerção do consumidor devido à existência de outros consumidores a quem pode vender. O empregado é protegido da coerção do empregador devido aos outros empregadores para quem pode trabalhar, e assim por diante. E o mercado faz isto, impessoalmente, e sem nenhuma autoridade centralizada.

Trata-se de uma concepção de mercado que passa a vigorar nas décadas de 1980 e 1990 em vários países capitalistas, os quais que implementaram o receituário neoliberal que defendia a abertura comercial como mecanismo de solução para a crise do período. O mercado existe como uma entidade que paira acima das contradições de classe, que cria e que é capaz de resolver suas próprias contradições.

### **2.3 Redefinição do Papel do Estado nos Anos de 1990**

Pereira (1996, p.15) interpreta a crise capitalista no Brasil e na América Latina, a partir dos anos de 1980, tendo como a causa fundamental a crise do Estado, pois se trata de uma:

Crise fiscal do Estado, é uma crise do modelo de intervenção do Estado Social, é uma crise da forma burocrática e ineficiente de administrar um Estado que se tornou grande demais para poder ser gerido nos termos da “dominação racional-legal” analisada por Weber.

A interpretação que anuncia como original, denominada de abordagem social-democrática ou social-liberal da crise do Estado, procura se distanciar das concepções do velho nacional-desenvolvimentismo, que em suas variantes onde ocorreu, seja nas experiências comunistas na Europa seja no caso brasileiro de 1930 a 1989, e até mesmo Welfare State em alguns países capitalistas mais desenvolvidos, tem de comum em sua crise o fato de o Estado tornar-se aparentemente muito forte, mas, de fato, estava cada vez mais fraco, ineficiente e impotente, dominado pela indisciplina fiscal, vítima de grupos especiais de interesse, engajados em práticas privatizadoras do Estado (Pereira, 1996, p.17).

A abordagem social-liberal procura se situar como “alternativa” à nova perspectiva ideológica desenvolvida por Friedman, Hayec e a Escola de Chicago, se não em sua totalidade de pensamento, ao menos na crítica ao neoliberalismo que procura “[...] transformar o mercado, que é apenas uma instituição criada pela sociedade e regulada pelo Estado, em espécie de mito” (Pereira, 1996, p.17).

De acordo com Pereira (1996), o mercado não pode regular-se a si mesmo, não deve a competição ser a única e exclusiva “coordenação” do mercado, é necessário uma atuação também do Estado, um papel suplementar ao mercado. Uma economia direcionada para o mercado e competitiva prescinde de uma atuação combinada do mercado e do Estado, com responsabilidades de coordenação bem definidos:

Cabe ao mercado o papel básico de alocação de recursos, mas o Estado, após ter sido reformado e após o ajuste fiscal, deve assumir novas e importantes funções de coordenação não apenas no campo social, mas também na área de tecnologia e do comércio internacional, além de continuar a ser o principal responsável pelos investimentos em infraestrutura (PEREIRA, 1996, p.50).

A alocação de recursos enquanto principal papel do mercado seria possível com o estabelecimento de condições políticas e legais por parte do Estado. E este, existente naquele momento histórico, não seria capaz de dar sustentação ao mercado e nem corrigi-lo quando sozinho não fosse capaz de cumprir sua responsabilidade. A defesa de Pereira (1996) foi pela reforma do Estado, o que significava:

Recuperar a sua solvência, é reformar sua administração, é redefinir o seu modelo de intervenção na economia, para que a governabilidade e a governança – a legitimidade e a capacidade financeira e administrativa de governar – sejam recuperadas (PEREIRA, 1996, p.20).

Trata-se de recuperar as finanças públicas do Estado para continuar atuando em defesa dos interesses do capital, ao investir em obras de infra-estrutura, em políticas industriais e tecnológicas, em ações que garantam o direito de propriedade e dos contratos, em práticas que fortaleçam e ao mesmo tempo corrijam as falhas do mercado. O Estado almejado, comparado a um tigre jovem e ágil, seria possível com medidas reformadoras no plano econômico, quais sejam, privatizações, desregulamentação, liberação comercial, disciplina fiscal e políticas monetárias restritivas.

Na perspectiva “social-liberal” estava presente a defesa de uma lógica de funcionamento do Estado eficiente e eficaz em sua intervenção limitada na economia, mas com um papel regulamentador e gerenciador fortalecido, capaz de promover a acumulação e a expansão do capital naquele momento histórico. Os planos de estabilização econômica implementados no Brasil a partir dos anos de 1990, justificados pela necessidade de combater o déficit público e os altos índices inflacionários, evidenciaram o caráter de interventor e gerenciador do Estado na economia, ao estabelecer o congelamento de preços e salários, ao confiscar os recursos financeiros da poupança e conta corrente, ao decretar a moratória da dívida externa, ao elevar as taxas de juros, ao promover as privatizações, e outras medidas de ajuste macroeconômico.

A atuação do Estado não se restringe à vida econômica, pois deve ele se ocupar com a educação, a saúde, a assistência social e a cultura. Neste caso o papel do Estado seria principalmente de regulador e financiador das políticas sociais, sendo agora descentralizadas e executadas por um setor público não estatal.

Em outro trabalho, Pereira (1999, p.16) concebe setor público não estatal como:

Organizações ou formas de controle “públicas” porque voltadas aos interesses gerais, “não estatais” porque fazem parte do Estado, sejam por não utilizarem servidores públicos, seja por não coincidirem com os agentes políticos tradicionais.

A atuação das organizações não estatais e sem fins lucrativos foram justificadas pela necessidade de uma ação mais eficiente e eficaz na área social e científica, já que no entendimento do autor o corporativismo e o burocratismo do Estado impediam a implementação das referidas políticas. Portanto, na perspectiva “social-liberal” as atividades da área social e científica deixariam de ser uma

competência exclusiva do Estado, e passariam a ser submetidas à lógica da competição e da flexibilização em sua implementação, agora o terceiro setor como agente principal na mediação dos interesses de mercado e os interesses do Estado, que pressupõe ser coletivo.

A transferência de responsabilidades regulatórias de serviços públicos e atividades econômicas, de competência do Estado e que passou para organizações da sociedade civil, se expressou também com a criação de agências reguladoras que ocorreram a partir de 1997, conforme demonstra a tabela a seguir:

**Tabela 10 - Agências reguladoras**

AGÊNCIA	ÁREA	ANO DE CRIAÇÃO
Anatel	Telecomunicações	1997
Aneel	Energia Elétrica	1997
ANP	Petróleo	1998
Anvisa	Controle sanitário	1999
ANS	Saúde Suplementar	2000
ANA	Recursos Hídricos	2000
Ancine	Cinema e Audiovisual	2001
ANTT	Transportes Terrestres	2002
Antaq	Transportes em água	2002
Anac	Aviação Civil	2006

Disponível em: < <http://www.brasildefato.com.br>>. Acesso em: 09 agosto de 2007.

A criação da esfera publicou não estatal e das agências reguladoras, prescritas na reforma do Estado idealizada por Bresser Pereira, se apresentava como mecanismo de maior controle social, ao apelo que fazia a participação e a fiscalização dos serviços sociais de interesse da população. O que de fato ocorreu foi à concentração de poderes em organizações submetidas ao interesse econômico de grupos privados. O que era público passa a atender aos interesses do mercado e, assim, o Estado se torna mínimo no papel de garantir serviços públicos, de interesse do conjunto da população e, forte o suficiente quando se trata de defender e garantir a produção e reprodução do capital.

O fato é que durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), do qual Bresser Pereira foi ministro da Reforma do Estado, se aprofundou o desmonte do modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil que se sustentavam no tripé empresas estatais-empresas privadas nacionais-empresas multinacionais. De acordo com Oliveira (2007, p.31), “[...] a relação Estado burguesia se altera

radicalmente, tornando o Estado uma espécie de refém de o novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras [...]”.

É um Estado refém mais forte o suficiente para promover programas de ajuste estrutural na produção (reestruturação produtiva), políticas de estabilização (política fiscal, política monetária restritiva, estabilização e liberação comercial), e políticas de ajustes (privatizações e taxas de juros elevadas). O resultado deste modelo foi o aumento da dívida interna e externa, baixo crescimento da economia, altos índices de desemprego e o aprofundamento da desigualdade social, conforme assinalado anteriormente.

A anarquia da produção capitalista que resulta das contradições e conflitos sociais prescinde da atual ação estatal para estabelecimento de um limite da lei do vale tudo, que é parte constitutiva da lógica do mercado. Diz Oliveira (2007, p. 35), ao se opor à tese do mercado como entidade dotada de racionalidade e que paira acima da sociedade e de suas contradições:

Os pobres se matam entre si, e as classes médias andam de vidros levantados em seus carros para toscamente se defenderem dos assaltos à luz do dia, enquanto os grandes empresários trafegam de helicóptero dentro das cidades. Assim, em lugar de uma hegemonia burguesa que se alimentasse das “virtudes” cívicas do mercado, requer-se permanentemente coerção estatal, sem o que o todo edifício desaba.

Garantir que o edifício não desabasse significava garantir as condições objetivas para que a reprodução do capital se mantivesse em patamares elevados. E neste processo, o Estado não cumpriu apenas um papel suplementar, foi agente fundamental para a coesão social ao retomar o monopólio da força e usá-la contra a classe trabalhadora e os movimentos sociais combativos e o uso excessivo das medidas provisórias<sup>8</sup>. A população e os seus instrumentos coletivos com baixa capacidade de reação e mobilização, por exemplo, o público, diz Oliveira (2007, p.41), reduzido à condição de expectador-consumidor dos programas de televisão e da *expertise* dos marqueteiros, assim como, os partidos políticos conduzidos pelas pesquisas de opinião e de intenção de voto e pela imagem, levaram a classe trabalhadora a ter seus recursos políticos danificados no período. Além disso, o lócus privilegiado da manifestação das contradições sociais capitalistas, a sociedade civil,

<sup>8</sup> “É um ato unipessoal do presidente da República, com força de lei, sem a participação do poder legislativo, que somente será chamado a discuti-la e aprová-la em momento posterior” Fonte Wikipédia <http://pt.wikipedia.org.wilk/medidaprovisoria> (acesso em 15/07/2009)

se resignificou para um recorte mais limitado de comunidades. Assim diz Oliveira (2007, p.42): “[...] A sociedade civil fica restrita aos arranjos locais e localizados, enquanto as operações da política se tornam “reserva de caça” das grandes empresas e do mercado [...]”.

Portanto, o que ocorre no Brasil no decorrer dos anos de 1990 e começo do século XXI, são o avanço da desnacionalização da base produtiva e o domínio do capital financeiro sob a economia, dificultando a subsistência da classe trabalhadora em decorrência da redução salarial e do desemprego. Na correlação de forças na sociedade, foi um período de derrotas políticas e organizativas para o “andar de baixo” da pirâmide social, limitada pelas condições objetivas de sobrevivência.

Esse processo de desnacionalização se estende a diversos setores da economia brasileira. Das 60 maiores empresas que atuam no agronegócio no Brasil, 34 são de origem estrangeira seu controle acionário, com destaque para matriz em território norte-americano.<sup>9</sup> Tal configuração evidencia o caráter expansionista das relações capitalistas de produção para o campo, mas que tem suas raízes em seu surgimento nos países europeus a partir do século XVIII, se desenvolveu e ampliou seu domínio para diversas regiões, dentre as quais o Brasil e o Mato Grosso do Sul (em particular), e recuperar esse processo significa entender o que é o campo no atual momento histórico, enquanto espaço de contradições e de lutas sociais, como se constará no capítulo seguinte.

---

<sup>9</sup> Dados mais detalhado sobre essa questão, como o nome das empresas, segmento de atuação, lucro líquido, patrimônio e número de trabalhadores, consultarem Anuário Exame: Agronegócio, junho de 2007.

## CAPÍTULO III

### O TRABALHO E A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO

Braverman (1981) destaca o papel fundamental do trabalho como força física e intelectual na produção de riquezas na sociedade capitalista. Nesta, o trabalho se torna uma mercadoria disponível no mercado, e o trabalhador perde o controle sobre o processo de produção, se sujeitando às condições e ao regulamento imposto pelo capital.

Os conhecimentos técnicos científicos produzidos socialmente foram apropriados pela empresa capitalista que a utiliza na produção. A revolução técnica científica mudou a organização do trabalho, resultando numa maior produtividade em menos tempo, deslocando para outras ocupações e atividades, o trabalho repetitivo e simplificado, a máquina obedecendo a um ritmo fixo, determinado pela lógica do capital, o que resultou na automatização do processo de produção.

O trabalhador torna-se uma espécie de escravo da máquina, que passa a impor um ritmo mecanizado de produção, levando-se em conta em primeiro lugar a necessidade da produção e reprodução do capital, em decorrência do processo automatizado de produção. Assim:

À medida que o capitalismo aperfeiçoa a maquinaria e utiliza sua própria peculiaridade técnica adequada a seus próprios fins, traz à existência esse sistema da dominação do trabalho vivo pelo trabalho morto, não como uma expressão metafórica, não como a dominação da riqueza sobre a miséria, do empregador sobre o empregado, ou do capital sobre o trabalho no sentido das relações financeiras ou de poder, mas como um fato concreto (BRAVERMAN, 1981, p.196).

A maquinaria aumentou a produção e destituiu o trabalhador do controle sobre o processo produtivo, além do que rebaixou as necessidades de formação para a atuação na produção. As repercussões do aperfeiçoamento das máquinas sobre o trabalho foram assinaladas por Marx (1982, p.495) nos seguintes termos:

O aperfeiçoamento das máquinas se destina não só a diminuir o número dos trabalhadores adultos necessários à concretização de determinado resultado, mas substitui uma classe de indivíduos por outra, o mais hábil pelos menos hábil, os adultos por crianças, os homens por mulheres.

Todas essas mudanças causam flutuações no salário. A maquinaria lança continuamente adultos fora da fábrica.

O nível de produção parece não ter limites e cria permanentes necessidades de mercadoria, tanto quanto a expansão do capital procura uniformizar um mercado mundial, com base na racionalização e na divisão do trabalho. O processo de conformação de gerência científica e a organização da produção em base moderna constituíram os pilares fundamentais do capital monopolista, que obteve as características de “[...] Organizações monopolistas no seio de cada país capitalista, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, bem como as mudanças na estrutura do poder estatal”. (BRAVERMAN, 1981, p.216).

Este processo de ampliação e reprodução do capital não ocorre de maneira homogênea, mas promove profundas alterações nas relações pré-capitalistas. É o que ocorre na virada do século XX com a produção familiar existente nos Estados Unidos da América, conforme relato de Braverman (1981, p.234) “[...] O capital industrial lançou-se entre a fazenda e a dona-de-casa, e se apropriou de todas as funções de ambas, estendendo assim a forma de mercadoria ao alimento semipreparado ou o inteiramente preparado [...]”.

Os efeitos da indústria moderna na agricultura foram concebidos por Marx (1982) como necessidade de expansão e reprodução do capital, que substitui “velhas” práticas por métodos racionais e tecnicamente aperfeiçoados:

A indústria moderna atua na agricultura mais revolucionariamente que em qualquer outro setor, ao destruir o baluarte da velha sociedade, o camponês, substituindo pelo trabalhador assalariado. As necessidades de transformação social e a oposição de classes no campo são assim equiparadas às da cidade. Os métodos rotineiros e irracionais da agricultura são substituídos pelas aplicações conscientes, tecnológicas da ciência (MARX, 1982, p.577).

No Brasil, com a crise do modelo de produção agroexportadora, ganha força a produção em moldes industriais, o que também promove modificações no campo. Esse processo de ampliação e reprodução do capital não se materializa de maneira homogênea no país e nem está isento de contradições, conforme análise de Martins (1996, p.20) ao destacar que:

O capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações pré-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução.

Marx já havia demonstrado que o capital preserva, redefinindo e subordinando, relações pré-capitalistas. Provavelmente, o caso mais significativo é o da renda capitalista da terra. Sendo a terra um fator natural, sem valor porque não é o resultado do trabalho humano, teoricamente não tem preço.

Uma observação mais atenta confirma que está ocorrendo um intenso processo de modificações no campo no Brasil, em razão do caráter expansionista das relações capitalistas de produção, que necessita revolucionar as forças produtivas para se manter reproduzindo como modo de produção hegemônico. Como já foi mencionado este processo não se iniciou no Brasil, pois remonta à Inglaterra do século XIX, quando a indústria criou a necessidade de matérias-primas e lançou as bases para a conformação de um mercado mundial.

Na lógica da divisão internacional do trabalho, nos inserimos enquanto fornecedor de produtos agrícolas para os países capitalistas mais desenvolvidos, a exemplo da cana-de-açúcar, da borracha, do café, da soja, da laranja e outros. O modo (instrumentos e relação social) como o trabalho humano foi realizado na produção se traduz no grande diferenciador de cada momento histórico.

Em nossa época, a mecanização da produção se expandiu para o campo, com a utilização das máquinas, da especialização do trabalho à racionalidade fabril, como também a proletarização, do trabalho, o desemprego estrutural e a submissão da força de trabalho pelo capital. A chamada modernização agropecuária brasileira não ocorre de maneira uniforme, já que existem profundos desníveis que singularizam determinadas regiões no tocante à mecanização da agricultura e à sofisticação da pecuária.

Onde a “industrialização” da produção do campo ocorreu com mais intensidade houve um aumento significativo da produção, agora subordinada ao monopólio da agroindústria de ração, de produtos veterinários, sementes selecionadas, inseminação artificial, pecuária de corte e demais produtos e matérias primas. A pequena indústria doméstica de vinho, de queijo, de manteiga, de farinha de mandioca, de aguardente e rapadura, de fumo de corda, de farinha de milho e o fubá resistiram, travando uma disputa contra a submissão ou sua extinção, ganhando espaço o capital industrial (Oliveira, 1980, p.51)

A expansão capitalista no campo não promoveu uma proletarização absoluta do trabalhador rural brasileiro, pois de acordo com Oliveira (1980, p.56), o caráter contraditório desse processo se revela na redefinição de antigas relações de produção, no engendramento de relações não capitalistas de produção I, mas

necessária à reprodução intensiva do capital. A respeito da relação agricultura e industrialização no Brasil, cabe reproduzir as palavras do próprio autor com base em dados dos anos de 1970:

Na relação que se tem assistido entre o capital e o trabalhador no campo, temos uma ação em duas frentes, uma aonde o trabalhador expropriado só resta vender sua força de trabalho ao capital e a outra, mais expressamente quantitativamente, representada pelos trabalhadores que são vítimas do processo de sujeição da renda da terra ao capital, ou seja, aqueles que perdem o excedente econômico transferido para outras classes, mesmo onde aparentemente a renda não existe e o excedente também. OLIVEIRA (1980, p.58).

Ianni (2000) enfatiza a força “destruidora” do capitalismo monopolista sobre as formas pré-capitalistas de produção, sendo integralmente submetida à lógica do mercado, ou seja, à lógica da acumulação de mais-valia. Diz o autor:

A revolução que a globalização do capitalismo está provocando no mundo agrário transfigura o modo de vida no campo, em suas formas de organização do trabalho e da produção, em seus padrões e ideais sócio-culturais, em seus significados políticos. Tudo que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global (IANNI, 2000, p.52).

As alterações no modelo agrícola tradicional e as novas condições de trabalho no campo no Brasil têm sido abordadas por estudiosos como Graziano (1997), Ianni (2000), Kageyama (1999), Proni (2005), Menegat (2002), Thomaz (2004) e Oliveira (1980). Com base em dados estatísticos que tratam da agricultura, pecuária e demais atividades econômicas, os referidos autores têm defendido a existência de uma nova ruralidade, que se configura a partir dos anos de 1970 no Brasil.

Menegat (2002) situa importantes mudanças no campo no Brasil a partir dos anos de 1970, quando se constituem verdadeiros complexos industriais voltados para a produção no campo, agora numa lógica de manutenção e reprodução do capital, utilizando-se do incremento tecnológico (adubos, defensivos e máquinas) e com forte apoio financeiro e político do Estado, que se traduz na expansão da fronteira agrícola, na utilização intensiva da mão-de-obra e na política dos preços mínimos. Aumentar a produtividade consistia num objetivo principal da chamada modernização da agricultura brasileira, destacando-se produtos de interesse do mercado internacional.

A este respeito Proni (2005) afirma que ocorreu um aumento significativo da produção agropecuária no período de 1995 a 2002, com destaque para o arroz (29,5), o feijão (21,4%), o milho (38,3%) e a soja (28,5%). A produção se concentrou em algumas culturas como na soja, no milho e na cana-de-açúcar, as quais somariam mais da metade (cerca de 30%, 12% e 11% respectivamente) do valor total da agricultura. A carne bovina, o frango e o leite geraram em torno de 86% (46%, 23% e 17%) do valor referente à pecuária. A ocupação de força de trabalho das culturas agrícolas ficou assim distribuída: milho (16,7%), café (11,6%), feijão (10,6%), mandioca (10%), cana-de-açúcar (9,6), arroz (9%) e a soja (5,8%)<sup>10</sup>.

A modernização da agricultura que se intensifica no Brasil a partir dos anos de 1970, altera as relações de trabalho no campo, passando da condição de um trabalho fixo ao trabalho sazonal, ou seja, aquele em que o trabalhador é expulso do campo e vai para a cidade, retornando ao campo em momentos de crise urbana. Além disso, o trabalho foi desqualificado, simplificado, uma vez que ocorreu o deslocamento do saber do trabalhador para a técnica (Menegat, 2002).

Outra alteração da mecanização da produção no campo foi à redução do número de trabalhadores no campo, transformando-os em trabalhadores volantes ou trabalhadores sem terra. Foi de 21,5% o percentual da redução da demanda por postos de trabalho na agricultura no período de 1990 a 2000, o que, em número absoluto, representou a diminuição de 14,9 milhões para 13,7 milhões (PRONI, 2005).

Os números a seguir são bastante ilustrativos quanto às relações contraditórias entre tecnologia e a criação de desemprego estrutural no campo: uma colheitadeira pode dispensar de 100 a 120 trabalhadores da cana-de-açúcar, cerca de 160 nas fazendas de café, de 100 a 120 na cultura de feijão e de 80 a 150 na colheita de algodão (PRONI, 2005). Quando se compara os dados de 1992 aos de 1998, observa-se a eliminação de 878 mil postos de trabalho. O total de empregados na agricultura caiu de 5,065 milhões para 4,187 milhões nesse período, com uma diminuição de 17% nos postos de trabalho assalariados.

---

<sup>10</sup> Esses dados encontra-se em Agricultura, Desigualdade Regional e Trabalho no Brasil (Marcelo Weishaupt Proni e Fabiano Lago Garrido, Unicamp, 2005).

**Tabela 11 - Evolução do número de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas segundo a posição na ocupação. Brasil 1981-1998**

Posição de ocupação	1981	1984	1987	1990	1992	1996	1998
Empregados	4.874	5.800	5.612	5.236	5.065	4.430	4.187
Conta própria	4.048	4.543	4.220	4.372	4.526	4.130	4.370
Empregadores	462	493	508	660	574	415	458
Não remunerados	3.916	4.136	3.775	3.912	5.123	4.508	4.342
Trabalho p/ próprio consumo	-	-	-	-	3.211	2.794	2.978

Fonte: IBGE/PNAD 2000.

Quando comparados com os rendimentos dos trabalhadores da cidade, os do campo são menores: 60% dos ocupados no ramo agropecuário ganham até um salário mínimo e apenas 8% recebiam acima de três salários mínimos. O valor do rendimento situa-se na faixa de R\$ 380,00, sendo o trabalho masculino melhor remunerado (80%) do que o trabalho feminino.

Os dados a seguir nos permitem uma compreensão dos rendimentos do trabalho agrícola no Brasil em 1988, com destaque para 46,7% que se declaram sem rendimento, em seguida um percentual de 32,7% com ganhos de até dois salários mínimos, evidenciando que a modernização da agricultura não significou melhorias significativas na renda do trabalhador.

**Tabela 12 - Pessoas ocupadas na atividade agrícola por classes de rendimento Brasil-1998**

Faixa de Renda	Nº de pessoas ocupadas	%	% Acumulado
<b>Até ½ salário mínimo</b>	1.484.524	9,1	9,1
<b>½ a 1 salário mínimo</b>	2.812.010	17,2	26,3
<b>1 a 2 salários mínimos</b>	2.529.660	15,5	41,8
<b>2 a 5 salários mínimos</b>	1.223.392	7,5	49,3
<b>+ 5 salários mínimos</b>	417.801	2,6	51,9
<b>Sem rendimento</b>	7.642.269	46,7	98,6
<b>Sem declaração</b>	228.444	1,4	100,0
<b>Total</b>	<b>16.338.100</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. PNAD (1998).

A taxa de assalariamento é de apenas um quarto, já os que trabalham por conta própria (23,95%) e os não remunerados (22,2%) perfazem um total de quase

50% dos trabalhadores<sup>11</sup>. O trabalho agrícola é marcadamente realizado pelo sexo masculino (66,2%), ficando a mão de obra feminina com (33,8%) desse trabalho, em uma faixa etária com menos de 30 anos de idade, em torno de 40%.

Em 1992, apenas 24,64% dos empregados rurais tinham carteira de trabalho assinada pelo empregador. Em 1998, este índice subiu para 27,75%, sendo ainda muito baixo, principalmente se considerado que é por meio da carteira que o trabalhador tem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários.

Os dados referentes à escolarização indicam uma baixa taxa de instrução formal dos trabalhadores, sendo a maioria (43,8%) situada na faixa de um a quatro anos de estudo e em segundo plano aqueles que não chegaram há concluir um ano de estudo (28,6%). Quanto à jornada de trabalho, 22% ocupados em atividades agrícolas trabalhavam acima de 48 horas por semana, 41% tinham jornada inferior a 40 horas e 15% trabalhavam no máximo 14 horas semanais.

A força de trabalho no campo é ainda majoritariamente em ocupações agrícolas, embora não seja uniforme quando comparada às regiões do país. Naquelas onde ocorreu um processo mais intenso de mecanização da produção, com destaque para os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, as atividades típicas de profissionais da cidade são exercidas também no campo, como motoristas, secretárias, professores, administradores etc. O setor de serviços está vinculado ao ecoturismo e lazer, pequenos negócios agropecuários como: horticultura, floricultura, criação de pequenos animais, produção de ervas medicinais, produção de verduras e legumes para as redes de supermercados e de fast-food, produção de sucos naturais e polpa de fruta congelada, turismo rural, leilões e exposição agropecuárias e festas de rodeio.

A situação do emprego e da população do campo a partir das atividades rurais não agrícolas tem sido objeto de estudo de GRAZIANO (1997, p.13), definida como:

Serviços pessoais e auxiliares da produção que foram agregados às tradicionais cadeias produtivas agroindustriais, criando um novo espaço para a emergência de pequenos e grandes empreendimentos nesse longo caminho que hoje vai do produtor rural ao consumidor final.

---

<sup>11</sup> José de Souza Martins afirma que o capital se expande no campo, expulsa, mas não proletariza necessariamente o trabalhador. É que uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquista a autonomia do trabalho, pratica uma traição às leis do capital (Expropriação e Violência, 1991, p. 18).

As atividades rurais não agrícolas passaram de 20,8% para 22,8% no Brasil, no período de 1992 a 1995, sendo um componente importante na manutenção de gente no campo na primeira metade dos anos 1990. A redução dos ocupados em atividades tipicamente agrícolas foi constatada em decorrência do aumento de pessoas ocupadas em atividades em tempo parcial, em torno de 16,6% ao ano, já que são atividades que não exigem uma dedicação mais integral e também porque as atividades agrícolas não geram renda suficiente para manter as pessoas ocupadas em tempo integral (GRAZIANO, 1997).

Outra constatação de GRAZIANO (1997) trata da redução do número de emprego em culturas agrícolas por unidade de área, em decorrência do desenvolvimento tecnológico, principalmente o uso de insumos modernos (fertilizantes, defensivos, mudas e sementes melhoradas) e do crescimento da mecanização dos tratos culturais e da colheita. O fato é que ocorre um aumento significativo de demanda dos insumos e maquinarias agrícolas, demonstrando o quanto o campo, enquanto oportunidade de consumo de mercadorias e necessário para a reprodução e movimentação do capital.

De 1991 a 1994 houve um crescimento da venda de maquinarias agrícolas, de acordo com Silva (1997, p. 6): tratores de esteira (100,3%), tratores de roda (181,1%), máquinas agrícolas em geral (150,7%), colheitadeiras (135,7%), colhedora de cana crua (30%).

Os empregos não agrícolas vinculados direta e indiretamente a setores globalizados da economia conformam novas funções para o campo na atualidade, como alternativo ao êxodo rural, ao desemprego urbano e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante. Entre outras funções para o campo, se destaca a recreação e o turismo.

Em decorrência da crise do modelo de produção hegemônico se implanta a pluriatividade como estratégia assumida pelas famílias no sentido de garantir a permanência no meio rural e promover a manutenção do patrimônio familiar (OLIVEIRA, 2003, p.6). De fato:

Exercer no campo atividades não-agrícolas, presenciar nas cidades produtos rurais e verificar urbanos tendo como *locus* de trabalho o campo, significa pensar a relação campo-cidade sob outra perspectiva, que não aquela dualista e dicotômica.

De acordo com Ponte (2004), esta perspectiva dicotômica rural e urbana como sendo pólos opostos, separados e com características antônimas tem suas origens no processo de transformação capitalista a partir do século XVIII na Europa, quando se acelera a industrialização e a urbanização.

Tal visão associa o rural ao atraso, à baixa densidade populacional, ao isolamento, à falta ou precariedade de infra-estrutura. Já o urbano, apresenta um significado de progresso, desenvolvimento, modernidade, dinamicidade, concentração de serviços, infra-estruturas, comércio e indústria (PONTE, 2004, p.21)

O que de fato ocorreu foi uma reconfiguração do rural e do urbano, em decorrência das modificações sócioeconômicas ao longo do tempo que o trabalho humano promoveu no espaço físico, e que se manteve dinâmico e vinculado ao movimento mais geral da sociedade. Assim, uma nova ruralidade se firmou como território construído historicamente, adquirindo características diferentes daquelas que classificavam o rural como sinônimo de trabalho primário-agrícola:

Ocupações não agrícolas e a pluriatividade da população rural, o que na verdade não tem nada de novo; a mecanização e industrialização do processo produtivo agropecuário; o rural como local de moradia e lazer; a instalação de infra-estrutura social como energia elétrica, abastecimento de água, educação e saúde (PONTE, 2004, p.22).

Do mesmo modo, enquanto relação dialética campo-cidade, e analisando os números de municípios no Brasil, por tamanho da população, diz Ponte (2004, p.24):

A maior parte de seus municípios é de reduzidos tamanhos populacionais o que representa uma ampliação do grau de ruralidade das cidades brasileiras, pois apesar de serem consideradas como tal, pelo fato da necessidade política-administrativa, apresentam relações tipicamente rurais.

O que existe é uma estreita articulação entre o rural e o urbano, que perpassa por aspectos econômicos, sociais e culturais. A sociedade urbana se estendeu planetariamente, mas não significou necessariamente o fim das atividades agrícolas, pois o campo e cidade permanecem, entretanto, as relações se transformam e as formas ganham novos conteúdos (SOBARZO, 2006, p.53).

### 3.1 Questão agrária: primeiras aproximações

O surgimento, a organização e a luta dos movimentos no campo acompanharam o processo histórico de formação e desenvolvimento da sociedade brasileira. Autores como Medeiros (1989), Oliveira (1990), Martins (1990) e Gohn (1997) revelaram em seus estudos a importância das organizações camponesas na luta pela terra e o destacado papel como sujeitos coletivos atuantes no processo político desde a ocupação colonial portuguesa até o período mais recente de nossa história.

No período colonial e até os primeiros anos do século XX encontramos as primeiras organizações de trabalhadores rurais que resistiram à exploração a que eram submetidos e que empreenderam formas de lutas na perspectiva de construção de alternativas de sobrevivência ao modelo sócioeconômico estabelecido, caracterizando o referido período com intensos conflitos sociais no campo. A luta dos escravos que constituíram os quilombos, a dos sertanejos que formaram a comunidade de Canudos (1896-1897), a dos camponeses na região do Contestado (1912-1916) e a dos colonos nas fazendas de café são exemplos mais conhecidos de luta social, que tinham como fundamento o modo de ocupação e apropriação da propriedade da terra.

No contexto de decadência do império e nos primeiros anos do regime republicano, as quais do ponto de vista social impulsionaram a abolição da escravatura negra e do ponto de vista político-administrativo promulgaram a Lei de Terras em 1850, impôs a compra como condição básica para o acesso à propriedade da terra, promovendo o surgimento de um camponês diferente do posseiro e do agregado, existente desde o período colonial.

A esse respeito, Martins (1990, p.13) afirma:

[...] trata-se de um campesinato de pequenos proprietários, um campesinato moderno cada vez mais dependente do mercado, um campesinato de homens livres, compradores de terra, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria.

O acesso à propriedade da terra se tornou mais difícil para os camponeses, já que ela passou a ser monopolizada pelas oligarquias regionais, numa articulação

com os chefes políticos municipais, denominados de coronéis e sua atuação política conhecida historicamente de coronelismo.<sup>12</sup> E mais do que isto, a partir do domínio da terra se constitui de forma orgânica uma classe de proprietários rurais que passou a viver da renda, se configurando dois sujeitos sociais que travam uma disputa mais direta em torno da terra, os fazendeiros e os camponeses.

E foi no período de 1945 a 1964, que se ampliaram as lutas no campo no Brasil com a criação das Ligas Camponesas no Nordeste, e com a organização, dos trabalhadores rurais através dos sindicatos, condição esta para a fundação em 1963 da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). O fato é que nesse momento histórico emerge e consolida as organizações dos trabalhadores rurais em âmbito nacional e com propostas políticas, entre elas, direitos trabalhistas, a previdência social e reforma agrária.

Os primeiros trabalhadores a se mobilizarem neste período foram trabalhadores das grandes plantações de café em São Paulo, e também arrendatários, parceiros e meeiros do mesmo estado e de outros da federação, como Minas Gerais e Rio de Janeiro. As agendas de luta e sua efetivação eram organizadas por ligas, associações e uniões de trabalhadores, algumas sobre influência do Partido Comunista. Já em 1950, a Igreja Católica inicia sua atuação junto às organizações dos trabalhadores rurais.<sup>13</sup> O fato é que se amplia a organização dos trabalhadores rurais e conseqüentemente a luta no campo, que ganha dimensão política nacional no final dos anos de 1950, como por exemplo, a luta de posseiros nas chamadas fronteiras agrícolas, se destacando os conflitos de Formoso e Trombas, no sudoeste do Paraná e Baixada da Guanabara (Medeiros, 1989).

A radicalização da luta pela terra teve seu momento de auge nos primeiros anos de 1960, tendo as posições em torno da reforma agrária polariza a sociedade brasileira, e que naquele momento vivia uma crise política por decorrência da renúncia do presidente Jânio Quadro em 1961, e resistências de setores da elite pela posse e governo de João Goulart, que pressionado pelos movimentos sociais do

---

<sup>12</sup> Victor Nunes Leal, em “Coronelismo, Enxada e Voto” (1997), afirma que o Coronelismo é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra.

<sup>13</sup> Data de 1950 o primeiro documento que trata da questão agrária pela Igreja. É a Carta Pastoral de Dom Inocêncio Engelke, Bispo de Campanha, Minas Gerais. O título da carta Conosco, Sem Nós, ou Contra Nós, se Fará a Reforma Rural, e foi publicada após a realização da Primeira Semana Ruralista da qual participaram mais de 500 pessoas entre fazendeiros, padres e professores rurais. (A Igreja e a Luta pela Terra – texto disponível em [www.fundaj.gov.br](http://www.fundaj.gov.br) - acesso em: 14 de dezembro de 2008)

campo, assume, em um comício realizado na Central do Brasil em 13 de março de 1964, o compromisso oficial de realizar a desapropriação das terras para fins de reforma agrária. Pouco dias depois é deposto do cargo por meio de um golpe civil-militar, e se implanta no país um regime político ditatorial.

A resposta do novo regime à questão agrária foi em duas direções: a repressão às organizações camponesas e às dos trabalhadores rurais, e por outro lado, o estabelecimento de um marco legal (Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964) para a realização de uma reforma agrária e uma política agrícola para o país. Na prática, tratava-se de despolitizar a questão da terra, afastando-se da influência das idéias revolucionárias oriundas da revolução soviética e cubana, que lideranças e partidos políticos exerciam junto aos trabalhadores rurais e camponeses no decorrer dos anos de 1950 e começo dos anos de 1960. De imediato, ocorre um refluxo na luta social no campo e um processo de reestruturação sindical rural controlado pelo regime militar.

Quanto ao objetivo do fortalecimento de uma política agrícola em moldes empresariais, esta recebeu o apoio financeiro e político do governo militar, em especial os grandes projetos agropecuários na Amazônia. A expropriação dos recursos florestais, minerais e de colonização oficial e particular na região se efetivou com base no monopólio exercido por grandes grupos econômicos nacionais e internacionais. No estudo sobre a natureza desse processo, que combinava ação estatal e interesses do capital (Oliveira, 1987, p.49), afirma que corresponde à expressão “nacional/militar” a mundialização da economia brasileira no seio do modo capitalista de produção.

O objetivo de resolver os conflitos sociais no campo não se efetivou já que o estabelecido no “Estatuto da Terra” não passou de um plano de intenções, ao não se promover a desapropriação da propriedade por interesse social para fins de reforma agrária. De 1964 a 1983, foi constante a violência no campo no Brasil (Oliveira, 1996, p.38) com assassinato de lideranças de trabalhadores, padres, advogados, e posseiros ou indígenas, em especial na região da Amazônia, em razão de que o modelo concentrou a propriedade da terra, se pautou pela exploração do trabalho e não resolveu as condições de vida da população que vivia no campo, tanto de posseiros como de indígenas. A situação de violência no campo e as dificuldades de sobrevivência camponesa tornaram-se componentes imediatos para a criação, em 1975, da “Comissão Pastoral da Terra”, vinculada à “Conferência Nacional dos

Bispos do Brasil”, a qual passa a ter um papel de mediação na luta dos povos do campo a partir daquele momento histórico.

A retomada dos movimentos sociais do campo (e também da cidade) à cena política ganha força com o processo de luta pela redemocratização do país<sup>14</sup>, em fins dos anos de 1970 e começo de 1980, que em decorrência da crise do regime militar permitiu a reorganização dos trabalhadores e o surgimento de novos mediadores na organização camponesa e em sua luta contra a expropriação, subordinação e exploração, em especial nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Nesse processo se constituiu, em um encontro nacional ocorrido em 1984, em Cascavel, Paraná, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), como um movimento de luta pela terra, reforma agrária e transformações sociais.

O que se verifica no contexto da chamada “Nova República” (1985-1989) foi à intensificação da luta social no campo, com as experiências de luta de trabalhadores vinculados ao sindicalismo rural, em áreas canavieiras em estados do nordeste e São Paulo, em Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Paraíba. A resistência dos seringueiros da perda de sua fonte de renda (terra) na região Norte, os atingidos pelas barragens para implantação das hidrelétricas na Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O Movimento Sem Terra (MST) ampliou sua atuação para todo o país no decorrer dos anos de 1980 e se tornaram nos anos de 1990, o movimento popular mais importante da história do Brasil contemporâneo, ao pautar na agenda política do país a questão da terra, ao promover os acampamentos e ocupações de áreas para fins de reforma agrária, assim como as marchas, as caminhadas, as ocupações de prédios públicos (Morissawa, 2001).

Os movimentos sociais como força social e política ganharam destaque no Brasil a partir dos anos de 1980. E nas áreas urbanas, as associações de moradores que pautavam demandas mais imediatas da população, como saúde, segurança, iluminação e educação. As associações de favelas que priorizavam a questão da moradia popular. Os sindicatos de trabalhadores públicos e da iniciativa privada que tiveram um destacado papel no referido período, em especial com a atuação da Central Única dos Trabalhadores. A década de 1980 contou com uma intensa

---

<sup>14</sup> Maiores informações ver Movimentos Sociais na Transição Democrática /Emir Sader (org.) – São Paulo: Cortez 1987.

ascensão dos movimentos sociais, considerados instrumentos coletivos de reivindicação de políticas públicas a serem garantidas na legislação brasileira, em especial na Constituição que se promulgou em 1988.

Na década seguinte, o movimento social em especial, o da cidade não teve o mesmo vigor na organização e na luta social, havendo, no dizer Gohn (1997, p. 21), a substituição das ações em torno de mobilizações organizadas por movimentos pelas ações em torno de redes de trabalho e experiências concretas, por meio de várias parcerias e interações mediadas pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs). No campo ocorre um avanço do Movimento Sem Terra, que passa a ocupar um lugar de destaque nos meios de comunicação e no discurso político-partidário, ganhando a luta pela reforma agrária uma projeção nacional, e mesmo internacional, em particular sob o governo de Fernando Henrique Cardoso.

Em 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso tem o seu início marcado pelos massacres dos sem-terra em Corumbiara, no estado de Rondônia, e de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará. Em 1997, dá-se a “Marcha” promovida pelo MST, que mobilizou milhares de trabalhadores rurais sem-terra de todo o país, clamando por reforma agrária e justiça no campo. Iniciou-se a criminalização dos movimentos sociais, o que não impediu as ocupações, a conquista de milhares de assentamentos no Brasil e a aprovação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Em âmbito internacional, organizou-se, nos anos de 1990, a Via Campesina, que constitui uma articulação de movimentos camponeses, estando presente em quatro continentes. No Brasil, o Movimento Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MAP), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), a Federação dos Estudantes de Agronomia (FEAB), indígenas e quilombolas.

A existência dos movimentos sociais do campo tem contribuído para a organização dos trabalhadores despossuídos das condições básicas de sobrevivência, e as lutas que empreenderam ao longo de nossa história resultaram na reafirmação de sujeitos portadores de direito ao acesso a propriedade da terra, embora a estrutura fundiária mantenha-se organizada em grandes propriedades, modelo que remonta a exploração colonial em grandes áreas para produção de exportação. Tal modelo de

produção tem sido responsável pela violência no campo contra os trabalhadores e as suas lideranças dos movimentos sociais, uma questão que remonta a ocupação colonial portuguesa e que ainda não se esgotou em nossa história mais recente.

### **3.2 A situação do Campo em Mato Grosso do Sul nos Anos de 1990**

#### **3.3 Antecedentes**

Mato Grosso do Sul se insere nesse processo de expansão das relações capitalistas de produção a partir dos planos nacionais de desenvolvimento, durante o regime civil-militar, em especial a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento, entre 1975 e 1979, que preparou as condições para a implantação da grande indústria agropecuária. O estado se inclui naquele grupo de alcance máximo da chamada modernização do campo, do ponto de vista tecnológico.

Queiroz (1998) procurou identificar as principais transformações ocorridas no campo sul-mato-grossense entre 1970 a 1985, com base em dados principalmente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) e dos Censos Agropecuários realizados no período. Vejamos os dados da modernização técnica e do crescimento da produção agrícola, que constam no referido trabalho.

Quando comparado o período de 1970 a 1985 houve um aumento de 25% na utilização de fertilizantes, 3,7 mil colheitadeiras, 170% em áreas de pastagens plantadas e 30 mil unidades de tratores. O reflexo deste processo repercutiu no aumento da produção agrícola (algodão, amendoim, arroz, cana-de-açúcar, mandioca, milho, soja e trigo) no período: passou de 600 mil para 7.5 milhões de toneladas.

Quando observadas as culturas agrícolas especificamente a soja e a cana-de-açúcar, estas respondiam por 80% do total da produção dos principais gêneros alimentícios. Ambos os produtos já inseridos na lógica do mercado mundial, o primeiro basicamente para exportação e o segundo vinculado à indústria do álcool. Já os produtos destinados à subsistência regional não tiveram o mesmo desempenho, com destaque apenas para a produção de mandioca, crescendo seis vezes no período estudado.

Outro dado interessante se refere à utilização das terras: 6% do total das terras destinadas à lavoura, 70% reservadas para as pastagens. Este último resultou

na multiplicação do rebanho bovino, 7,5 milhões de cabeças em 1970 para 15 milhões em 1985.

Ainda sobre a terra, Queiroz (1998) apresenta alguns dados sobre a estrutura fundiária e sobre a população do campo: diminuição do número de propriedades de 60 mil, em 1970, para 55 mil, em 1985. Nesta situação se incluem aquelas com menos de cinco ha, já que em 1970 eram 43.553 e em 1985 passaram a 29.154 estabelecimentos. O que ocorreu o aumento da concentração da propriedade da terra, nas faixas de área de 1000 ha a menos de 5000 ha e de 200 ha a menos de 1000 ha.

Considerando a situação que nos interessa diretamente, o trabalho no campo em Mato Grosso do Sul, os dados apresentados por Queiroz (1998) são os seguintes: em 1970, o percentual de 80% na categoria de responsáveis, sendo 19,5% de assalariados (11,5% permanentes e 8% temporários). Em 1980, o percentual de 57% de responsáveis, sendo 42% assalariamento (26% permanentes e 16% temporários).

O efeito da mecanização da produção refletiu nas ocupações agropecuárias: 73% eram ocupados no campo em atividades agrícolas, passando, em 1985 para 38% da população economicamente ativa. Já nos anos de 1970 ocorreu uma redução do número de pessoas em atividades tipicamente agrárias.

Outra característica deste período foi o acelerado ritmo de urbanização: pouco mais de 50% se concentram na área rural em 1970, dez anos depois o quadro se inverte: 67% passaram a viver nas cidades. Esse processo de urbanização da população de Mato Grosso do Sul persiste até anos mais recentes, conforme demonstra tabela a seguir:

**Tabela 13 - Evolução da População no Estado de Mato Grosso do Sul - 1950-2000**

População	1950	1960	1970	1980	1991	1.996	2000
Urbana	113.018	242.184	452.117	919.123	1.414.447	1.604.318	1.747.106
%	36,87	41,48	45,29	67,11	79,45	83,22	84,08
Rural	193.553	341.665	546, 044	450.444	365.926	323.516	330, 895
%	63,13	58,52	54,7	32,89	20,55	16,78	15,95
<b>Total</b>	<b>306.571</b>	<b>583.843</b>	<b>998.211</b>	<b>1.369.567</b>	<b>1.780.373</b>	<b>1.927.834</b>	<b>2.078.001</b>

Fonte: Censo Demográfico/ IBGE, 1996

Quando consideramos os anos 1990 e os primeiros anos de nosso século, os números indicam a continuidade e o aprofundamento das modificações no modelo tradicional agrícola.

No começo dos anos 1990, o índice de urbanização era 79,4%, e em 2000 alcança 84,08%, embora tenha diminuído o ritmo quando comparado com o que ocorreu nos anos 1980. A distribuição da população não é homogênea, ficando a microrregião de Campo Grande com 34,83% da população, e 19,60% na Microrregião de Dourados.

No tocante à ocupação, 59% da população economicamente ativa estava trabalhando no comércio e serviços. As ocupadas em atividades agropecuárias cresceram de 24,6% em 1989, para 28,3% em 1997, com destaque para suinocultura, avicultura, havendo crescimento também no número de famílias assentadas nos projetos de reforma agrária. O inverso ocorre de 1999 a 2001, com a redução significativa de mão-de-obra, resultado do elevado grau de mecanização da atividade agrícola, redução do pessoal não remunerado, dos trabalhadores por conta própria.

Dados do Censo Agropecuário de 1996 indicavam a existência de 49.423 propriedades rurais no Estado, garantido 202.709 empregos diretos, sendo 131.051 na pecuária e 50.707 na lavoura. A primeira representa 70,5% da área ocupada e a segunda 4,5% da área de ocupação e 4.031 empresas rurais (agricultura e pecuária) representando 13,5% da área.

Para a lavoura estava sendo utilizada 1.383.711 ha, com pastagens 21.810.780, dos quais 6.082.778 com pasto natural e 15.727.930ha cobertos por capim plantado, 5.877.739 ha estavam ocupados por matas e florestas naturais ou plantadas, e os demais 522.128 ha, eram produtivas em descanso ou não ocupadas.

Quanto ao consumo de maquinarias, a agropecuária sul-mato-grossense contava em 2006 com 36.387 tratores, dos quais 23.155 estavam na pecuária, 10.481 na lavoura e 2.751 em atividades mistas. Contava, ainda, contava com 4.944 colheitadeiras, sendo 3.642 empregadas na agricultura. Arados existiam 42.640, sendo 25.056 destinados à atividade de pecuária e 13.047 na lavoura.

As principais atividades agrícolas são o cultivo da soja e do milho. Em 2003, o rendimento da soja foi de 2.733kg/ha contra 2.570kg/ha na média do país. A lavoura do milho, com uma produção de 1.381.604 t em 2002, representando 5,9% da safra nacional.

**Tabela 14 - Evolução da Produção Agrícola no Estado de Mato Grosso do Sul – 1980 – 2003**

Discriminação	1.998	1.999	2000	2.001	2.002	2.003
Soja	2.319.161	27.99.120	2.486.120	3.115.030	3.267.084	4.092.318
Milho	1.694.753	1.924.159	1.069.571	2.185.846	1.381.604	3.070.676
Arroz	196.601	261.516	226.649	220.534	213.260	238.402
Algodão	93.229	114.521	127.839	169.425	154.105	159.060
Trigo	48.997	71.104	34.712	107.006	75.462	168.624
Feijão	33.665	26.429	10.019	30.935	17.421	34.228
Sorgo	56.654	77.756	83.527	135.906	97.924	186.774
<b>Total de Grãos</b>	<b>4.443.060</b>	<b>5.274.602</b>	<b>4.038.437</b>	<b>5.964.682</b>	<b>5.206.860</b>	<b>7.950.082</b>
Cana-de-açúcar	6.387.788	6.959.048	5.837.456	7.556.956	8.575.190	9.276.831
Mandioca	540.641	622.973	591.231	650.692	731.644	512.402

Fonte: IBGE. 2003.

Quando observado o período de 20 anos, a agricultura apresenta taxas crescentes de volume, produtividades e o equilíbrio de área colhida: Em 1981 foram colhidos pouco mais de dois milhões de toneladas de grãos numa área de 1.643.682, com rendimento médio de 1.349 kg/ha; já em 2000 a produtividade foi acima de quatro milhões de toneladas numa área de 1.912.335 ha e em 2005 foram colhidos mais de cinco milhões de toneladas de grãos em 1.868.488 ha.

A taxa média anual de crescimento da agricultura no Estado foi de 3,75% no volume e 1,17% na área colhida nas safras de 1995/1998, passando de 3.888.288 toneladas em 1994 para 4.443.060 t, com um ganho em produtividade de 11,7%, com destaque para as culturas de soja e milho. O primeiro por ser responsável por 50,6% da produção e o milho por 39,2%. Quando comparada à produção agrícola nacional, a média de Mato Grosso do Sul foi superior no período de 1980 a 2003.

A atividade econômica mais tradicional da economia do estado é a pecuária, com a criação de bovinos, ave, suínos, eqüinos, ovinos, muares, asininos, caprinos e bubalinos. Destas, se destaca a bovinocultura voltada para a produção de carne, tendo abatido mais de quatro milhões de cabeças em 2002. O nível de modernização da pecuária é bem significativo, com tecnologias de mecanização e correção do solo, chegando às pastagens da pecuária a alcançar 89,1% de mecanização contra os 10,9% de capital natural. Nos últimos dez anos, a elevação do percentual de abate de carne bovina cresceu em média 53, 8%, passando de 2,6 milhões em 1992 para pouco mais de quatro milhões em 2002.

A produção de pequenos animais vem crescendo a partir dos anos 1990 no Estado, como por exemplo, a avicultura, suinocultura e bicho-da-seda. A pesca e a piscicultura contam com quase quatro mil pescadores profissionais cadastrados na Secretaria Estadual de Meio Ambiente, sem contar os pescadores amadores que realizam a pesca esportiva. Setenta por cento da produção da piscicultura são comercializadas para o pesque-e-pague de estados vizinhos, principalmente São Paulo e Paraná. A maioria, 95%, utiliza mão-de-obra familiar no trabalho na propriedade.

Outra atividade econômica importante é o reflorestamento, principalmente, nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Água Clara, Três Lagoas e Brasilândia. Atualmente são 143 mil hectares de florestas plantadas, sendo 113 mil hectares de eucaliptos (79%) e 30 mil hectares de pinus (21%).

O “turismo rural” tem se constituído numa alternativa importante de obtenção de renda, com hotéis-fazenda e áreas de pousada, grutas e uma fauna e flora muito diversificada. Ao menos 40% dos atrativos turísticos do Estado são naturais e ecológicos.

Outro dado interessante dos anos 1980 até os nossos dias se refere ao aumento significativo do consumo de energia elétrica na área rural, superando a cidade. No período de 1980, o índice de crescimento alcançou 34,7%, enquanto década de 90 chegou 9,7% ao ano. No tocante a estrutura fundiária, houve no decorrer dos anos 1990 uma diminuição de 7% do número de pequenas propriedades, passando de 33.666 em 1985 para 26.923 em 1996. De outro lado, houve um aumento da concentração da propriedade da terra, na faixa de cinco mil a dez mil hectares, conforme demonstra os dados a seguir:

**Tabela 15 - Estrutura Fundiária – 1980 - 1996 - Mato Grosso do Sul**

Grupo de Área total	1.980		1.985		1.996	
	Estabelc.	Área	Estabelec.	Área	Estabelec.	Área
<b>0-20</b>	18.731	142.695	20.618	145.354	14.240	112.037
<b>20-100</b>	11.247	499.929	13.048	589.710	12.683	564.807
<b>100-100</b>	12.034	4.489.243	14.674	5.406.314	15.423	5.992.676
<b>1000-5000</b>	4.565	9.658.768	5.056	10.618.680	5.803	11.983.312
<b>5000.10.000</b>	751	5.167.478	702	4.825.928	690	4.694.070
<b>Mais de 10.000</b>	506	10.785.618	457	9.522.824	409	7.595.074
<b>Sem declaração</b>	109	---	76	---	175	---
<b>Total</b>	<b>47.943</b>	<b>30.743.731</b>	<b>54.631</b>	<b>31.108.816</b>	<b>49.423</b>	<b>30.942.772</b>

Fonte: Censos Agropecuários 1980, 1985 e 1996-IBGE.

Enquanto isso existia 81 acampamentos dispersos em várias regiões, com aproximadamente 9.094 famílias no ano de 2002. O número de famílias assentadas até aquele momento histórico correspondia a um total de 15.756 famílias, ocupando uma área de 438.206 ha, voltada para a produção de arroz, feijão, milho, mandioca e soja, além de pastagens para a criação de gado e pequenos animais.

O resultado deste processo foi à conformação do campo com funções diferenciadas, para além das atividades agrícolas tradicionais e o trabalho sazonal, simplificado e pouco remunerado. A este respeito dados (IBGE e PNAD/2003) revelam o seguinte quadro sobre o campo em Mato Grosso do Sul:<sup>15</sup>

- Da população rural 68,9% estavam ocupadas em atividades agrícolas e 31,1% em atividades não agrícolas;
- 42% da população ocupadas em atividades agrícolas residiam nas cidades e 57,9% das ocupadas em atividades agrícolas residiam na própria zona rural;
- Do trabalho no campo, 29,7% tinham emprego permanente (assalariado), 8,8% não remunerado, 7,7% com emprego temporário, 17,2% trabalhavam por conta própria e 21,1% para o consumo próprio;
- A maioria (43,7%) recebe um rendimento de um a dois salários mínimos, 19% recebem de meio a um salário mínimo, 15% recebem entre dois a três salários mínimos. Apenas 9,5% dos trabalhadores em atividades no campo (agrícolas e não agrícolas) recebem acima de cinco salários mínimos;
- Em valores, a renda média apurada foi de 450,80 reais para os empregados permanentes, 261,98 reais para os empregados temporários e 643,06 reais para os que trabalham por conta própria;
- Quanto à jornada de trabalho semanal, 36,5% trabalham acima de 48 horas, 18,1% trabalham até 14 horas, 15,2% trabalham entre 15 e 39 horas e 14% trabalham entre 45 e 48 horas semanais;
- No tocante ao gênero, 75,9% são do sexo masculino e 24,1% do sexo feminino. Quanto à faixa etária, 23,2% tinha entre 30 e 39 anos, 19,5% entre 40 e 49 anos, 12,7% entre 50 e 59 anos.

---

<sup>15</sup> Estes dados demonstram a redefinição do espaço territorial brasileiro, num determinado momento históricos, quando se consolidam outras atividades no campo, para além das ocupações agrícolas tradicionais. São dados do IBGE e PNAD 2003, que constam no artigo a agricultura, Desigualdade Regional e Trabalho no Brasil de Marcelo Weishupt Provi e Fabiano Lago (Unicamp 2003).

▪ A escolaridade é baixa, já que 45,9% tinham até quatro anos de estudo (antigo primário), 18,8% não tinham estudado ou completado quatro anos de estudo, 17,9% tinham entre cinco e sete anos de estudo.

Diante disso, pode-se afirmar que no campo em Mato Grosso do Sul, ainda predominam as atividades agrícolas, porém submetidas a uma lógica do capital monopolista, pois o campo não significa uma realidade com autonomia própria e específica, considerando que é parte de uma dinâmica histórica da sociedade capitalista, que por necessidade de reprodução e ampliação do capital, redefine novas funções para o campo. Está em curso o fortalecimento de demandas no campo para além das atividades agrícolas, que tem se realizado mediante a venda da força de trabalho por salário que os mantém na condição mínima de sobrevivência, combinada com uma alta jornada de trabalho, ultrapassando às 44 horas semanais permitidas por lei.

A chamada modernização do campo tem resultado na redução de postos de trabalho no meio rural em Mato Grosso do Sul, conforme demonstra os dados a seguir, inclusive com percentuais do último Censo Agropecuário que ocorreu em 2006.

**Tabela 16 - Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários - Mato Grosso do Sul - 1970/2006**

Censos						
Dados Estruturais	1970	1975	1980	1985	1995	2006
<b>Pessoal</b>						
<b>Ocupados</b>	-	257 132	230 983	253 993	202 709	200 829

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1970/2006

Concomitante ao desemprego no campo se exigia dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais uma preparação para utilização de novas tecnologias visando o aumento da produtividade e gestão da terra em moldes empresariais. Brito (2008, p.6) afirma que 10.487 trabalhadores rurais assentados em projetos de reforma agrária no Estado passaram por cursos de qualificação em Mato Grosso do Sul, no período de 1996 a 1998, que foi financiado pelo governo federal por meio do Plano Nacional de Formação, a partir de uma concepção da terra como negócio e uma relação de trabalho cooperativada.

Na verdade, o trabalho no campo não tem exigido uma formação profissional, já que a mecanização se apropria do saber do trabalhador. Os que permanecem no trabalho em sua maioria realizam um trabalho simplificado e degradante.

Vimos que o campo não é um espaço homogêneo, de predominância de uma forma exclusiva de produção, de relação de trabalho, de significado estanque, fixo no tempo. Existe um movimento no modo de produção capitalista que redefine as funções dos espaços geográficos e suas relações sociais existentes; e compreender este movimento a partir da relação com as singularidades talvez seja o maior desafio da análise das propostas educacionais que defendem uma pedagogia específica para o campo. A seguir, tratar-se-á da educação rural/campo, enquanto política pública educacional em Mato Grosso do Sul em seu período histórico recente, combinado com a luta em defesa da escola pública e a atuação dos movimentos sociais do campo, que reivindicam em suas mobilizações o direito a educação.

## CAPÍTULO IV

### POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA O MEIO RURAL EM MATO GROSSO DO SUL (1991-2002)

#### 4.1 A Educação no Brasil no Contexto das Reformas dos Anos de 1990

A educação como um direito social foi garantida na Constituição Federal de 1988, a partir da pressão de amplos setores progressistas da sociedade brasileira, no bojo da luta pela redemocratização política e pela garantia e ampliação de direitos sociais. Efetivar esse direito exigia a criação de um sistema nacional de educação e um regime de colaboração entre os entes federados, que compartilhassem responsabilidades e compromissos para o alcance dos seguintes princípios educacionais:

Igualdade de condições para o aprendizado; liberdade e o pluralismo de idéias para ensinar e aprender; gratuidade em estabelecimentos públicos; gestão democrática e valorização profissional, a ser alcançada por meio do piso salarial nacional e concurso público para ingresso nas redes de ensino e plano de carreira em todas as esferas administrativas (Art. 20/CF).

As medidas regulamentadoras para efetivar a implementação desses princípios não foram aprovadas pelo Congresso Nacional, como o substitutivo do deputado Jorge Hage de 1989, que tratava da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, proposta pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, e o Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade da Educação, consensuado por setores da sociedade que defendiam a escola pública, bem como por gestores dos estados e municípios brasileiros. Foi rejeitado também pelo governo Fernando Henrique Cardoso e pelo Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação (PNE) – Proposta da Sociedade Brasileira, aprovada em novembro de 1997, no II Congresso Nacional de Educação (CONED).

Assim, os documentos que continham o diagnóstico, fundamentação dos problemas de financiamento, diretrizes e metas da educação brasileira, que expressavam o pensamento de amplos setores da sociedade comprometida com a educação pública e de qualidade não foram considerados em sua plenitude. O que

prevaleceu foi à ação autoritária e centralizada do governo Fernando Henrique Cardoso, que em 1996 conseguiu aprovar no Congresso Nacional a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/1996 (LDB) e em 2001 o Plano Nacional de Educação- Lei 10.172/2001 (PNE).

A compreensão ampliada de Educação Básica prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, na prática não se efetivou porque se priorizou o ensino fundamental, em detrimento da educação infantil e o ensino médio, através da lei 9.424/96, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). As metas e objetivos do Plano Nacional de Educação de 2001 ficaram no plano das intenções porque não foi acompanhado de previsões orçamentárias para sua execução, sendo rebaixado o financiamento da educação para um prazo de dez anos a partir da aprovação do plano (2001), o equivalente a 7% do Produto Interno Bruto (PIB).

Na verdade, as pretensões universalistas que foram estabelecidas pela Constituição Federal de 1988, em particular para área da educação, foram submetidas às concepções políticas minimizadoras da proteção social que vigorou durante o governo Fernando Henrique Cardoso, ao priorizar políticas sociais voltadas basicamente para pessoas que consideravam em situação de indigência e de pobreza no Brasil. Ou seja, os instrumentos criados pela política fiscal, como a Desvinculação de Receita da União (DRU), direcionaram recursos para o equilíbrio da dívida pública federal, em detrimento da política social.

Neto (1999, p.79), ao analisar os direitos sociais da Constituição de 1988, inserido no contexto histórico de agonia do regime ditatorial e da passagem à democracia política, afirma que:

Sem ferir a ordem burguesa (no interior da qual é impensável eliminar a exploração dos trabalhadores e a reprodução da miséria), ela assentou os fundamentos a partir dos quais a dinâmica capitalista poderia ser direcionada de modo a reduzir, a níveis toleráveis, o que os próprios segmentos das classes dominantes então denominavam “dívida social”.

Durante os anos 1990, principalmente nos oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, os direitos sociais foram duramente atacados. E em nome da “modernização do país” e do “ingresso no primeiro mundo”, utilizou-se de dois mecanismos para desmontar a espécie de Estado Bem-Estar Social, consagrado na Constituição Federal de 1988.

No plano jurídico, dando forma a uma reforma/revisão constitucional que acabou por retirar da Carta elementos fundamental no plano prático concreto, dando curso a um “modelo de desenvolvimento” que subtraiu as bases de sustentação econômico—financeira para uma eventual implementação daquela alternativa (NETO, 1999, p.79).

Assim, as reformas de corte neoliberal, implementadas pelo então presidente, iniciaram uma mudança muito significativa no papel do Estado na sociedade brasileira, assim como inauguraram uma nova inserção do país no sistema de trocas internacional, conforme assinalamos nos capítulos anteriores. Dentre as reformas promovidas, na área educacional ocorreram três intervenções do governo federal, pelo Ministério da Educação, que impactaram significativamente o setor, as quais - o currículo, a avaliação e o financiamento.

A organização curricular foi estabelecida verticalmente, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), tendo como eixo principal a interdisciplinaridade e transversalidade para o trabalho do professor. Esta medida resultou na perda de autonomia pedagógica das escolas, porque as avaliações nacionais se pautavam pela listagem de conteúdo dos Parâmetros Curriculares como referência obrigatória das provas a serem feitas pelos estudantes. O Parâmetro chegou “democraticamente” nas escolas por meio dos livros didáticos, que foram obrigados a serem adotados para que fossem comprados pelo Ministério da Educação.

O sistema de avaliação criado foi pautado pela meritocracia e pela classificação, numa perspectiva de punir as escolas, em particular, o professor pelo sucesso e o fracasso dos alunos. Um sistema que procurava destacar os “melhores” com recursos financeiros e premiações, e aqueles que não alcançassem os resultados estabelecidos, por conta, deveriam encontrar as soluções para o sucesso e o fracasso escolar.

Outra medida do governo Fernando Henrique que impactou a educação foi no financiamento, em particular com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Diferente do que o nome sugeria o que houve foi à centralização dos recursos arrecadados junto aos entes federados (estado e municípios) e distribuídos de acordo com o número de alunos matriculados no ensino fundamental, em detrimento da educação infantil, educação de jovens e adultos e ensino médio. Alcançaram-se índices elevados no acesso ao ensino fundamental, não melhorando, entretanto, os percentuais que tratam da aprendizagem dos alunos nestas modalidades. E quanto às

outras, não houve financiamento para garantir o acesso, a permanência e a continuidade da vida escolar de jovens e adultos, portanto, não avançamos para universalizar a educação básica.

No dizer de Valente (2001, p.10) a política governamental da gestão Fernando Henrique Cardoso se sustentou em dois pilares básicos: “[...] centralismo exarcebado, particularmente na esfera federal, da formulação e da gestão da política educacional e progressivo abandono pelo Estado das tarefas de manutenção e desenvolvimento do ensino, empurrando-as, sempre que possível, para sociedade”.

Embora num contexto desfavorável para a participação dos movimentos sociais e de manifestações de propostas pedagógicas diferenciadas das estabelecidas pelo Ministério da Educação, gestaram-se as propostas de educação para a população do meio rural, algumas chamadas de educação rural e outras de educação do campo.

#### **4.2 Das Primeiras Preocupações Oficiais com a Educação Rural no Brasil até os Anos de 1990**

Inserido no processo de passagem da economia agroexportadora para a economia em moldes industriais, no final do século XIX e começo do século XX, se gestou e fortaleceu o “ruralismo pedagógico”<sup>16</sup> no período, como uma resposta as necessidades criadas com a crescente urbanização e industrialização, êxodo rural, problemas sociais nas cidades, retomada da agropecuária. À rural cabia responsabilidade de conter o movimento migratório e aumentar a produtividade no campo.

O período getulista foi marcado por forte presença do Estado na economia e na vida social, e isso ocorreu a partir da conformação de uma estrutura político-administrativa capaz de elaborar e implementar políticas públicas. Quanto à

---

<sup>16</sup> Conjunto de idéias defendidas por pioneiros da educação nos anos de 1920 e 1930, voltadas para a população do meio rural brasileiro. As três idéias principais defendidas pelo ruralismo pedagógico, de acordo com Maria Juleite Cosa Calazans (2001): 1) “Uma escola rural típica, acomodada aos interesses e necessidades da região a que fosse destinada, (...) como condição de felicidade individual e coletiva” 2) Uma escola que impregnasse o espírito do brasileiro, antes mesmo de lhe dar a técnica do trabalho racional no amanhã dos campos, de alto e profundo sentido ruralista, capaz de lhe nortear a ação para a conquista da terra dadivosa e de seus tesouros, com a convicção de ali encontrar o enriquecimento próprio e do grupo social de que faz parte (isto em oposição à escola literária que desenraizava o homem do campo” 3) Uma escola ganhando adeptos à vocação histórica para o ruralismo que há neste país” (Texto Para Compreender a educação do Estado no Meio Rural – Traços de uma trajetória, disponível em [www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2001cmstxt1.htm](http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2001cmstxt1.htm): acesso em 02 de maio de 2008)

educação, foi criado o Ministério da Educação, ocorrendo avanços na construção de um sistema de ensino vinculado para a capacitação profissional voltada às classes populares. A educação rural, que pelo texto constitucional de 1934 passou a receber financiamento da União, de no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação, tem o papel também de difusão ideológica dos valores pregados pelo novo regime, a que chamavam do civismo e da disciplina (ordem).

Nos anos de 1950 foi intensificada a perspectiva da educação e desenvolvimento rural, de preparar as massas camponesas numa lógica produtivista de combate à pobreza rural e de segurança nacional em nome dos interesses da “nação”. Esse período foi marcado pela atuação norte-americana no financiamento e condução ideológica de programas de extensão rural, por meio da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), num contexto em que se manifestaram as contradições do modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil, com as intensas organizações das lutas camponesas no decorrer dos anos de 1950, conforme vimos no capítulo anterior. O fato é que nessa década foi desenvolvida a Campanha Nacional de Educação Rural, nas palavras de Leite (2002, 37) “[...] centrada na ideologia do desenvolvimento comunitário, a modernização do campo nada mais foi do que a internacionalização da economia brasileira aos interesses monopolistas”.

A reforma educacional, instituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei 4.024, de 1961, atribuiu aos estados a responsabilidade pelo ensino primário e médio e aos municípios a reestruturação da escola fundamental rural. Analisando a referida Lei 4.024 de 1961 e seus impactos na educação rurais, Leite (2002, p. 39), constata que o sistema formal de educação rural, sem condições de auto-sustentação - pedagógica administrativa e financeira -, entrou num processo de deterioração, submetendo-se aos interesses urbanos. Em razão do descaso com a situação da população rural, em particular com a educação, intensifica-se nesse período, a luta por educação de base, articulada e influenciada por movimentos de esquerda, como Centros Populares de Cultura (CPC) e o Movimento de Educação de Base (MEB).

O desenvolvimento capitalista no regime militar se intensificou no Brasil, de forma autoritária e concentradora de renda. A modernização conservadora<sup>17</sup> no campo foi expandida com apoio estatal, capital nacional e internacional, com prevalência na educação de concepções tecnicistas/profissionalizantes nas reformas educacionais que foram realizadas, como a Lei 5.692 de 1971, que no tocante à educação rural que “[...] teoricamente abriu espaço para a educação rural, porém restrita em seus próprios meio e sem contar com recursos humanos e materiais satisfatórios, na maioria das vezes não conseguiu atingir os objetivos preconizados pela legislação” (LEITE, 2002, p. 47). Na prática, significou a desreponsabilização da União com a educação rural, ficando definitivamente, a partir daquele momento, sob a responsabilidade dos municípios a manutenção, o financiamento e as propostas pedagógicas. O que foi planejado no regime militar de educação para o meio rural, o Programa de Educação Básica para o Nordeste Brasileiro (EDURURAL), que atendeu 218 municípios “[...] supostamente menos desenvolvidos do Nordeste, de 1981 a 1987, foi financiado em grande medida pelo Banco Mundial (NETO, 1994, p. 47).

A luta pela redemocratização e o embate que se travou na elaboração da Constituição de 1988, envolvendo de um lado intelectuais (como Florestan Fernandes), entidades nacionais da sociedade civil (organizações de classe, entidades da área da educação, movimento estudantil) e de outro, as escolas particulares, a Federação Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (FENEN) e Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (AEC), resultou na conquista da educação como direito de todos e dever do Estado e da família, que, independente de onde residirem nas áreas rurais ou urbanas, trata-se de um direito público subjetivo de cada brasileiro, conquistado no bojo da luta pela escola pública que se intensificou no decorrer dos anos de 1980. Embora não mencionasse diretamente as populações rurais, o fato é que a conquista constitucional de 1988, da educação como um direito, respaldou as lutas dos movimentos sociais do campo, que passaram a pautar em suas lutas em âmbito nacional, estadual e municipal a bandeira da reforma agrária e a garantia do direito a igualdade e do respeito às diferenças quanto à educação rural.

---

<sup>17</sup> Mudanças na forma de produzir com a utilização de recursos tecnológicos, maquinários, adubos e inseticidas, no entanto, zem alterar as relações de trabalho no campo, subsistindo um trabalho precário e análogo a escravidão.

### **4.3 A Educação para o Meio Rural em Mato Grosso do Sul nos Planos Estaduais de Educação (1982-1991)**

O primeiro Plano Estadual de Educação, com previsão de execução no período de 1981 a 1983, foi aprovado oficialmente em outubro de 1980<sup>18</sup>. Articulado ao III Plano Nacional de Desenvolvimento, o plano estadual é apresentado com proposta de “[...] ser referência para o estabelecimento e o desencadear de uma nova ação educativa para um novo Estado” (CEE, 1980, p.05).

Ao tratar dos “grandes rumos” da educação em Mato Grosso do Sul, constavam três grandes ações a serem executadas pela Secretaria de Educação, quais sejam: 1º) universalização do ensino fundamental; 2º) valorização dos recursos humanos; e 3º) o atendimento à população carente por meio de educação formal, visando ao maior envolvimento comunitário nas ações educativas, adaptadas às reais necessidades regionais.

O documento evidenciou que a população prioritária a ser atendida nas demandas educacionais são aquelas concentradas prioritariamente nas periferias urbanas e rurais, conforme apresentavam as diretrizes educacionais. Ao tratar da educação para a zona rural, as diretrizes se estruturavam em fundamentos, objetivo geral, objetivos específicos para o 1º e 2º e mecanismos de ação, versando sobre uma educação comprometida com a “melhoria das condições de vida”, sustentada principalmente na “vivência cotidiana das populações rurais” e sobre a escola considerada um “[...] pólo de irradiação e convergência nas áreas de saúde, lazer, desporto, cultura e trabalho” (CEE, 1990, p.56 a 58).

Essas perspectivas político-pedagógicas se efetivariam mediante as decisões vinculadas à gestão escolar, programação e planejamento dos recursos humanos e financeiros, que direcionados e articulados contribuiriam para o objetivo maior da educação voltada para a zona rural, era o “[...] desenvolvimento da população rural carente, a partir de ação comunitária que integre os setores formais e não formais das áreas sócio-educativas, culturais e produtivas (CEE, 1980, p.57).

Inserido no contexto imediato à criação de Mato Grosso do Sul, o documento vincula educação ao projeto que a elite sul-mato-grossense defendia para o novo Estado, um estado celeiro do Brasil e modelo de gestão pública. A esse

---

<sup>18</sup> Deliberação do Conselho Estadual de Educação nº84, de 09 de outubro de 1980, aprova o “1º Plano Estadual de Educação” da Secretaria de Educação do Estado.

respeito do papel da educação naquele momento histórico, diz Rocha (1992. p.67) “[...] a educação foi eleita como uma das idéias capazes de articular os trabalhadores em torno desse projeto”.

Em maio de 1985, foi aprovado o II Plano Estadual de Educação – Educação para Democracia<sup>19</sup>. A tarefa essencial da Educação naquele momento histórico, de acordo com o documento, era colaborar para a consolidação da democracia no país, sendo a escola um locus privilegiado de permanente diálogo, de participação, de conscientização, de organização, de mobilização popular. As estratégias defendidas para operacionalizar a política educacional foram: pedagogia da mudança, autonomia da escola, valorização do magistério, educação pré-escolar, universalização do ensino do 1º grau, atendimento e acompanhamento técnico pedagógico às escolas de 2º grau, incentivo e garantia de condições para o ensino especial e supletivo.

Para além da escola regular, o documento referido anteriormente, apresenta a Educação Comunitária, que destinava uma série de iniciativas para as crianças e os jovens da periferia, com vistas a minimizar a ociosidade, a desqualificação profissional, o desestímulo ou necessidade financeira, visto que, quase sempre, terminam caindo no vício ou na delinquência

Quanto à educação rural, as duas referenciam estão inseridas no processo de universalização do ensino de 1º grau e na proposta de uma nova organização curricular para o 2º grau, vinculando formação escolar com o mercado de trabalho. Diz o documento:

Existem no Estado aproximadamente 100.000 crianças de 7 a 14 anos fora da escola. Esse dado merece análise para não levar a conclusões erradas. A metade dessas crianças encontra-se na zona rural. Ministrado pelos municípios, o ensino rural depara-se com o fenômeno de uma população muito móvel e rarefeita. Nestas regiões existem vagas ociosas e fecham-se escolas por falta de alunos. Pretende-se realizar um trabalho conjugado do Estado com os municípios, com vistas à solução do problema (p.18).

No Congresso “Educação para a Democracia” que aconteceu em novembro de 1983, foram aprovadas as seguintes propostas voltadas para o atendimento às populações rurais: destinar mais recursos às escolas da zona rural; b) treinamento e

<sup>19</sup> Deliberação do Conselho Estadual de Educação Nº. 1026, de marco de 1985, por meio da qual aprovam o “II Plano Estadual de Educação”, da Secretaria de Educação do Estado/Mato Grosso do Sul.

reciclagem para funcionários do corpo administrativo e professores da zona rural e urbana; c) realizar o planejamento da escola rural juntamente com a zona urbana; d) prestar assistência pedagógica aos professores da periferia e zona rural; e) implantar o 2º grau nas escolas rurais e de periferia.

Na primeira metade dos anos de 1980 no Brasil, a agenda mobilizadora de milhões de pessoas era a luta pela redemocratização política do país, se estendendo para a democracia da educação e da escola, e o direito a participar da elaboração de políticas públicas, o que foi oportunizado pela primeira gestão de Wilson Barbosa Martins, eleito pelo voto popular em 1982. A questão é que a participação estava limitada pelos condicionantes institucionais centralizados e burocratizada, e o compromisso prioritário do governo era mudar a base produtiva, para que o setor primário da economia pudesse desempenhar um papel de estratégia em nível nacional.

O III Plano Estadual de Educação foi oficializado em maio de 1988. A “insuficiência de oferta de ensino” e os “reduzidos níveis de eficiência/eficácia” foram considerados dois problemas principais da educação em Mato Grosso do Sul, na gestão 1988 a 1991<sup>20</sup>. Estes problemas foram atribuídos ao perfil crescente de jovem da população e falta de planejamento do Estado para atender a demanda por escola na zona rural.

Quando observada a situação das populações da zona rural, o diagnóstico educacional indicava um quadro ainda mais distante quanto à universalização do ensino fundamental, já que 50,95% das crianças e jovens na zona rural não tinham acesso à escola. As explicações para este quadro se manifestam nos seguintes termos no III Plano Estadual de Educação:

No que diz respeito à zona rural, salvo os casos dos projetos de assentamento integrados no Plano Regional de Reforma Agrária, o problema ganha conotações de extrema dificuldade, não em vista da rarefação da população, como também de sua grande mobilidade, em função das diferentes fases ou etapas da ocupação econômica, responsável pela rápida formação e dissolução de aglomerados rurais, sendo difícil até o próprio dimensionamento do déficit escolar, pois ao lado de falta de vagas, em algumas áreas ocorrem à ociosidade de vagas escolares (MATO GROSSO DO SUL, 1988, p.22).

---

<sup>20</sup> III Plano Estadual de Educação (1988-1991)

Embora reconheça as dificuldades no atendimento das demandas educacionais na zona rural, elas foram consideradas importantes no bojo dos três princípios educacionais do Plano Estadual de Educação: a universalização do ensino, a valorização do educador e a democratização administrativa-, tanto que no estabelecimento de diretrizes e estratégias reafirmou-se a responsabilidade do Estado em parceria com órgãos federais e municipais na implantação e implementação de ações que garantissem o 1º grau, bem como a construção de escolas na zona rural e nas áreas de assentamento da reforma agrária, oportunizando o oferecimento do ensino de 1º e 2º graus, adequados e suficientes.

#### **4.4 As políticas Educacionais para o Meio Rural em Mato Grosso do Sul (1991-2002)**

Os anos de 1990 compreendem três governos em Mato Grosso do Sul: de 1991 a 1994, o governo de Pedro Pedrossian; de 1995 a 1998, o governo de Wilson Barbosa Martins; e de 1999 a 2002, a gestão de José Orcírio Miranda dos Santos (Zeca do PT).

#### **4.5 O Governo de Pedro Pedrossian (1991-1994)**

Eleito governador em 1990, Pedro Pedrossian assume o governo pelo segundo mandato e em sua gestão prioriza a inserção da economia do Estado na lógica da divisão regional do trabalho, substrato da política macroeconômica, que preconizava o mercado como entidade dotada de livre arbítrio e o Estado mínimo para as políticas sociais. Os princípios do Programa de Modernização do Estado (1991-1994) evidenciavam o compromisso do governo Pedro Pedrossian, de seguir o modelo externo e de integrar o Estado ao desenvolvimento econômico geral:

Planejamento participativo e sistêmico como método de governo e instrumento de integração, aceleração do desenvolvimento e racionalização da Administração Pública Estadual; apoio ao fortalecimento do setor produtivo privado, limitando a interferência do Estado de forma supletiva, evitando-se a sua ação direta na atividade econômica; racionalização das atividades administrativas e executivas do governo e integração espacial de suas ações; modernização constante dos órgãos, entidades e instrumentos da Administração Pública, visando reduzir desperdícios, seja no custeio ou nos investimentos (MATO GROSSO DO SUL, 1991. p.38)

O objetivo a ser alcançado era o de modernizar da economia do Estado, em especial a agricultura, aumentando a produção e a produtividade a partir de uma ligação mais próxima com a indústria, vendendo e comprando produtos, ela mesma passando por um processo de industrialização, com a utilização de máquinas pesadas, produtos agroquímicos e novos métodos de produção. Esse modelo sustentado e apoiado pelo Estado durante a gestão de 1991 a 1994 baseou-se na super exploração do trabalho, conforme estudo de Silva (2008) sobre as condições de trabalho, salário, alojamento, alimentação e transporte dos homens de fumaça, se referindo aos trabalhadores das carvoarias de Ribas de Rio Pardo.

A gravidade da situação do trabalho no campo em Mato Grosso do Sul, em particular nas carvoarias, implicou na criação, em 1993, da “Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias de Mato Grosso do Sul”, um colegiado de representantes do poder público e de entidades não-governamentais, que nasceu com a finalidade de investigar e fiscalizar as condições de trabalho nas carvoarias e destilarias, mas que estendeu sua atuação para outros setores da economia, conforme demonstração a seguir do número de trabalhadores de colheitas de algodão, sementes de braqueária e erva-mate.

**Tabela 17 - Estimativa dos números de pessoas nas empresas atendidas e pela comissão**

<b>Carvoarias</b>	<b>8.000</b>
<b>Destilarias</b>	12.000
<b>Braqueária</b>	2.000
<b>Algodão</b>	6.000
<b>Erva-mate</b>	800
<b>Total</b>	<b>28.800</b>

Fonte: Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho nas Carvoarias e Destilarias de Mato Grosso do Sul- 1996.

Quanto às políticas sociais, se adotou uma postura focalizada no atendimento daqueles sujeitos em situações de maiores riscos, menores infratores, mães trabalhadoras, usuários de drogas, jovens grávidas e pessoas em miséria absoluta. Na área da educação, a ênfase da política educacional foi à democracia, um apelo à participação da comunidade na vida da escola e a municipalização do ensino fundamental, por meio do Programa III Descentralização e Fortalecimento do Ensino de 1º Grau.

Inserido no contexto das Políticas Educacionais (1991-1994), elaboradas e apresentadas pelo governo do Estado para o conjunto da sociedade sul-matogrossense, constavam as Diretrizes Gerais do Ensino Rural como primeiro documento oficial de uma proposta político-pedagógica sistematizada para a educação no meio rural de Mato Grosso do Sul, a qual foi elaborada por técnicos da Secretaria de Estado de Educação e publicada em 1992, procurando incorporar perspectivas e reivindicações de professores, lideranças dos movimentos sociais do campo, que já vinham trabalhando junto aos assentamentos e acampamentos a questão da educação, bem como, realizando, desde o final dos anos de 1980, encontros que culminaram na conformação de propostas educacionais junto ao poder público estadual.

Os objetivos da política educacional para o meio rural a partir daquele momento eram “[...] definir princípios e orientações básicas que redirecionem o ensino rural a partir de sua realidade educacional e social”. (MATO GROSSO DO SUL, 1992, p.11). Além disso, o governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, se propôs, de forma articulada, a atender professores de municípios de pequeno porte, por meio de ações de capacitação.

A apresentação da nova política educacional parte de um “Diagnóstico dos Problemas” enfrentados pelas escolas rurais, de ordem física marcada pela precariedade de suas instalações e de difícil acesso para os alunos e professores, e de ordem político-pedagógica pela ausência de identidade com a comunidade a qual se insere e um calendário inadequado às diferentes atividades agropecuárias.

Destaca-se no diagnóstico a situação do professor das escolas rurais: formação inadequada, baixos salários e contratos temporários de trabalho, sem acompanhamento pedagógico, material de trabalho insuficiente e práticas de avaliação dissociada dos seus reais objetivos (MATO GROSSO DO SUL, 1992, p.12).

Entretanto, a principal crítica que se faz à escola rural vigente naquele momento consistia no fato de ser uma transposição da escola urbana, e uma nova concepção de escola se faz necessária porque as realidades urbanas e rurais dos homens que vivem nestes espaços sociais são distintas, diz o documento, e reconhecer as diferenças do rural sobre o urbano implica uma nova concepção de escola que não negue o mundo rural onde o trabalho, além de necessário, é também, um valor social (MATO GROSSO DO SUL, 1992, p.13).

Uma proposta político-pedagógica adequada parte do reconhecimento de uma realidade mais imediata à escola, a realidade do homem/terra, e esta interação sujeito atuante na natureza deve ser apropriada pela escola como condutor do seu fazer pedagógico, que deve ampliar as *oportunidades* de sobrevivência deste próprio homem, preferencialmente no local onde se encontra, já que o ensino “[...] na escola rural, deverá fortalecer e assegurar a vida do homem no campo e fora dele, proporcionando-lhe uma ampla visão de mundo, através do respeito à cultura, do estímulo à participação nas organizações de classe e ações comunitárias (MATO GROSSO DO SUL, 1992, p.13).

Assim, o que está subjacente na avaliação que faz da escola rural em curso é de que ela colabora para a saída do homem do meio rural para a cidade, já que o ensino que nela ocorre não está de acordo com a realidade homem/terra, e que uma nova concepção de escola defendida tem o compromisso de fortalecer e assegurar a vida do homem no campo e fora dele, o que requer uma proposta curricular que consiga:

Respeitar e valorizar as experiências dos educando, pois eles, antes de ingressarem na escola, além de trabalhar, convivem com trabalhadores de sua família e comunidade. (...) que as instituições precisam gerenciar adequadamente os recursos financeiros, materiais e humanos de forma articulada, criando e dinamizando programas e projetos de formação, capacitação e assessoramento, visando à melhoria da qualidade de ensino do meio rural (MATO GROSSO DO SUL, 1992, p.14).

O fazer dos atuais sujeitos no processo ensino-aprendizado rural não garante a implementação da nova proposta curricular, em particular a prática pedagógica dos professores, e por isso, é defendido um novo e ampliado papel do educador da escola rural, que deve ter a capacidade de:

Ultrapassar a transmissão de conhecimentos, a organização seriada dos conteúdos dos componentes curriculares, a transmissão dos conteúdos dos livros didáticos, a verificação da aprendizagem, a sistematização de temas, a distribuição de calendário, promoção de eventos científicos e comemorativos (MATO GROSSO DO SUL, 1992, p.14).

Não se trata de uma responsabilidade qualquer para o professor da escola rural, que já conta com limites em sua formação e tendo que atuar em escolas ou salas de aulas marcadas pela precariedade de condições físicas, pedagógicas e humanas no desenvolver do ensino-aprendizagem.

#### **4.6 O Governo Wilson Barbosa Martins (1995-1998)**

Wilson Barbosa Martins foi eleito governador para o período de 1995-1998, e o discurso de campanha baseou-se na defesa da moralidade, do desenvolvimento econômico e da justiça social. Durante o mandato, aprofundou a política econômica iniciada pelo seu antecessor Pedro Pedrossian, efetivando no Estado o receituário neoliberal dominante no país, como o Programa de Demissão Voluntária (PDV) e a privatização de empresas públicas como a Enersul entre outras medidas.

A concepção da chamada justiça social limitou-se também à continuidade de políticas sociais compensatórias e focalizadas em “grupos de riscos”, por meio de parcerias com entidades religiosas e organizações não-governamentais, diretamente responsáveis pelo atendimento aos segmentos excluídos socialmente, crianças, portadores de deficiências, idosos, gestantes. Tratava-se de transferir para as organizações sociais as responsabilidades do poder público, sob o discurso da participação popular e democratização da gestão governamental, com o objetivo de alcançar um desenvolvimento sem conflitos sociais.

Diferentemente do que apresentava como proposta de mais recursos para a educação, segundo Fernandes (2003, p. 237) o governo estadual aprovou na Assembléia Legislativa uma Emenda a Constituição Estadual nº 6 reduzindo de 30% para 25% os recursos obrigatórios a área, a qual se opunha aos objetivos de toda criança na escola, educação com mais qualidade, professores valorizados, qualificados e com salários dignos, bem como reduziam as possibilidades de se tornarem efetivas as metas elaboradas e aprovadas nos anos de 1993 e 1994 por entidades governamentais e não-governamentais no Plano Decenal de Educação para Mato Grosso do Sul, no tocante ao acesso, ao ensino-aprendizagem, à valorização dos professores e profissionais do ensino, à gestão escolar, ao relacionamento escolar e comunitário, à prática da cidadania na escola e ao financiamento e gastos com a educação.

No bojo da elaboração das Diretrizes Curriculares Oficial de Ensino, se inseriu a discussão em torno de uma proposta pedagógica para o ensino rural, e a metodologia adotada para a elaboração da política pública foi à realização de encontros envolvendo técnicos da equipe de educação rural da Secretaria de Estado de Educação, professores e lideranças da Associação dos Educadores das Colônias Agrícolas, Assentamentos e Acampamentos de Mato Grosso do Sul (AECAMS) e da

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso Sul (FETAGRI-MS), que ocorreram nos primeiros anos da década de 1990, tendo como referência para a reformulação e a aprovação da Proposta Pedagógica para os assentamentos, acampamentos e Colônias Agrárias de Mato Grosso do Sul o III Seminário de Educação Rural, que se realizou em dezembro de 1995, na cidade de Nioaque. Do total de 49 participantes do Seminário, a maioria era de lideranças de sindicatos rurais e professores de assentamentos, que também contou com representantes da Secretaria de Estado de Educação, da Secretaria Municipal de Educação de Nioaque e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Nesse contexto, foi publicado pelo governo estadual, em 1996, Ensino Rural: Construindo uma Proposta para Mato Grosso do Sul, pois até aquele momento “[...] não existia uma política consistente sobre como se deva organizar o ensino rural nas escolas, e como se deve articular o rural e o urbano” (MATO GROSSO DO SUL, 1996 p.6). Não se tratava de desconsiderar o que havia sido feito pelo governo anterior em termos de política pública educacional para o meio rural, mas de avançar na construção de uma “[...] proposta pedagógica coerente, com uma metodologia adequada à superação da visão dualista do mundo” (MATO GROSSO DO SUL, 1996, p.6). Ou seja, uma proposta que fosse capaz de considerar o saber do homem do campo enquanto possibilidade indispensável para o alcance de uma percepção dos fatos de forma totalizadora, sem perder de vista as singularidades ou especificidades.

Assim, a escola deveria incorporar os conhecimentos tecnológicos construídos pelo homem em sociedade, não se isolando do contexto no qual se insere, oportunizando que os alunos do meio rural tenham acesso a novos saberes. Entretanto, de acordo com o documento, a referência primeira da elaboração do conhecimento escolar deve ser tradição e a história do campo, o que não significa uma consideração acrítica da realidade mais imediata dos sujeitos do campo, pois deve o conhecimento escolar ser produzido a partir da análise e crítica sobre as condições de vida e as suas aspirações desse sujeito (MATO GROSSO DO SUL, 1996, p.6).

A organização curricular das escolas rurais deveria também atender a uma finalidade, intervindo no movimento migratório do êxodo rural que iniciou nos anos de 1920 e ganhou força nos anos de 1970 no Brasil. O documento reconhece que as principais causas do fenômeno social são de natureza econômica, social e cultural; entretanto, a educação no meio rural com novas propostas pedagógicas poderia

contribuir para a fixação do homem no campo. Atribuir essa responsabilidade à escola, mesmo num patamar de possibilidade, significa retomar uma bandeira do ruralismo pedagógico dos anos de 1920, que defendia enfaticamente o papel da educação na contenção do êxodo rural.

No tocante ao que se chamou de “filosofia” da nova proposta para a educação rural, o documento menciona que esta deve levar em consideração:

A história do grupo, os valores culturais da região, a realidade sócio-econômica e cultura do povo, a organização do saber a partir dos conhecimentos prévios e das práticas culturais do homem do campo, alargando as informações às práticas modernas, atuais e em evidência no meio urbano (MATO GROSSO DO SUL, 1996, p.12).

O que se evidencia é a defesa de um saber escolar que tenha como referência primordial a história de vida dos alunos e do meio social no qual se inserem como seres coletivos, com destaque para os “valores culturais da região” e os conhecimentos já adquiridos na educação não formal, sem desconsiderar o fazer pedagógico em curso na educação escolar existente nas cidades. O conhecimento com base na “realidade” do aluno, tão defendido no decorrer dos anos de 1990, tinha uma perspectiva de formação de um “novo homem”, cujo perfil deveria ser:

Que fosse consciente, com pensamento crítico e que desenvolvesse a reflexão, para que, dessa forma, pudesse interferir na sua realidade, elevar o padrão de qualidade do meio em que vive, ao nível da produção, da saúde e das relações sociais. (MATO GROSSO DO SUL, 1996, p.12).

O sujeito que ocupava um papel destacado na nova escola rural era desempenhado pelos professores, que deviam ser capacitados permanentemente para que pudessem atuar em realidades específicas, respeitando as singularidades rurais carregadas de componentes urbanos. A efetivação da nova proposta pedagógica para a educação no meio rural requeria um professor que não mais “urbanize” o rural, mas que o considere em sua especificidade. O papel e o perfil de professor para atuar numa “realidade” aparentemente dissociada do movimento mais geral da sociedade capitalista, são apresentados nos seguintes termos:

Experiência de educação rural e que entenda do processo de desenvolvimento rural; que tenha uma participação efetiva na vida da comunidade, integrando-se a ela com o compromisso de colaborar com a elevação do padrão de qualidade de vida; que tenha uma postura crítica, ideológica, política e social, contribuindo como multiplicador e formador

de lideranças, atuando como mediador do processo ensino-aprendizagem, com a finalidade de fazer emergir a produção de conhecimento na sala de aula e nas instâncias da comunidade (MATO GROSSO DO SUL, 1996, p.13).

Não se condicionou a priori ser o professor do meio rural ou pertencer a determinado movimento social de luta pela reforma agrária, mas que tivesse uma atuação em escolas rurais, o conhecimento da história e modificações ocorridas no campo, bem como, uma estreita participação na vida social na qual a escola esta inserida. O importante é que no fazer pedagógico houvesse uma nova postura em sala de aula, para que nos conteúdos e trabalhos desenvolvidos, fossem de interesse de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. A este professor, foram exigidas três posturas essenciais diante do conhecimento a ser construído coletivamente:

[...] Um professor pesquisador da realidade em que vive e que leve os educando (alunos) a desenvolver também essa prática. (...) Um professor que supere a prática tradicional de mero repassador e transmissor de conhecimento (...) Uma metodologia de ensino que se adote ao projeto de cada unidade ensino, à realidade dos acampamentos, assentamento e colônias. (MATO GROSSO DO SUL, 1996, p.15).

Os conteúdos curriculares a serem trabalhados na sala de aula nas áreas de humanas e exatas, não podem ser estabelecidos oficialmente sem nenhuma mediação com os interesses da comunidade escolar. O processo é praticamente o inverso, é esta a partir da atuação do professor pesquisador, que dialoga com seus alunos e demais membros da escola e que constroem conteúdos embasados nas características ligadas ao tipo de trabalho realizado no campo, como: preparo do solo, desenvolvimento do plantio, época de colheita, período de chuvas, festas, lutas, personagens importantes da comunidade, estações climáticas do ano (MATO GROSSO DO SUL, 1996, p.17).

Consta na proposta uma concepção de avaliação a ser considerado pela escola e pela sala de aula, que deveria ser ativa, dinâmica, integral e permanente. Isto precede que haja um projeto de ensino com objetivos claros e definidos em sua proposta política pedagógica a ser um instrumento referencial para permanente repensar da relação prática/teoria. A avaliação a ser feita no ambiente escolar, de acordo com o documento, deveria servir para ajudar a desenvolver novos comportamentos, mais favoráveis à sua aprendizagem e à sua participação no grupo, e que a preocupação primordial da escola não deveria ser o resultado a ser alcançado, mas o processo que é gerado e desenvolvido no interior da escola e fora dela, a partir da consideração da educação não formal.

Na proposta educacional para o meio rural do governo Wilson Barbosa Martins, se reconstituiu resumidamente os antecedentes históricos de luta e organização dos movimentos sociais do campo e suas lutas pelo direito social, em particular a educação pública, gratuita e de qualidade. Esse resgate destaca os encontros, seminários, cursos de formação de professores articulados pelos movimentos sociais, em especial a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Mato Grosso do Sul (FETAGRI-MS) e a Associação dos Educadores das Colônias Agrícolas, Assentamentos e Acampamentos de Mato Grosso do Sul (AECAMS), interlocutores sociais do campo e responsáveis também pela elaboração da referida política educacional.

O Estado assumiu como política pública a “filosofia” da proposta, a metodologia didático pedagógica, os núcleos temáticos e a concepção de avaliação que foram gestados nas experiências e reflexões dos movimentos sociais do campo. O que não se explicitou no documento foi o compromisso com o financiamento para a implementação e implantação da política educacional para o meio rural, ficando esta tarefa prioritariamente a ser feita pelas escolas, que deveriam estabelecer parcerias com órgãos públicos, principalmente ligados ao ensino, e executar ações como:

Capacitação continuada dos professores, sua valorização e sua formação profissional. Valorização Salarial- remuneração suplementar assegurada nas Leis Orgânicas- Planos de Cargos e Salários e conscientização da comunidade. Escolas com estrutura necessária para oferecer um ensino de boa qualidade. Transporte interno, visando assegurar a participação das crianças e dos adultos num processo de acesso, promoção e permanência dos alunos nas próprias comunidades (MATO GROSSO DO SUL, 1996, p.14).

Combinada com a formação continuada é indispensável para qualquer proposta pedagógica, mesmo advinda das bases, que o professores tenham melhores salários e remuneração complementar. Formação continuada, condições de trabalho e salários são condições básicas para efetiva valorização profissional, e isto o documento em análise sugere como direito dos trabalhadores e responsabilidade do Estado. A questão é que durante o governo Wilson Barbosa Martins (1995-1998), o descaso para com os trabalhadores em educação impôs como agenda principal de luta da categoria em seu conjunto, a exemplo do direito de receber os salários em dia, pois se institucionalizou o atraso de salário dos servidores públicos como norma.

Além disso, a proposta para a Educação Básica de Mato Grosso do Sul, apresentada no final do primeiro ano de gestão, chamada de Princípios Norteadores: a cidadania começa na escola (1996) não encontrou apoio político necessário no governo e fora dele para se firmar como política pública educacional, sendo priorizada a implantação do Programa Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), um programa do Ministério da Educação (MEC), financiado com recursos do FNDE/MEC e com recursos tomados de empréstimos pelo governo federal junto ao Banco Mundial (Ferro, 2001, p. 28). Como subproduto deste programa, o governo do estado adere a Escola Ativa, uma proposta pedagógica para as escolas rurais multisseriadas, criada em 1998 pelo Ministério da Educação para atender inicialmente estados e municípios do Nordeste do país, e que se estendeu para demais entes federados das regiões Norte e Centro-Oeste.

#### 4.7 O Governo José Orcírio Miranda dos Santos – Zeca do PT (1999-2002)

As eleições de 1998 foram às primeiras que ocorreram após o regime militar, quanto o sistema eleitoral permitia a reeleição de um cargo majoritário dos estados e presidente da República. A possibilidade de reeleição foi garantida através da aprovação da Emenda Constitucional nº16, em junho de 1997 pelo Congresso Nacional. Um dos interessados na aprovação da emenda, o presidente Fernando Henrique Cardoso, foi candidato à reeleição e foi vitorioso na eleição de 1998.

As eleições estaduais confirmaram a hegemonia dos grandes partidos, em especial aqueles que compõem a chamada base política do governo federal. A tabela a seguir demonstra o quadro político das eleições estaduais do cargo majoritário nos estados de 1992 a 1998.

**Tabela 18 - Total e Percentual do número de Governadores eleitos por Partido nas Eleições de 1982, 1986, 1990, 1994 e 1998**

	1982		1986		1990		1994		1998	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>PDS/PPR/PPB</b>	12	54,5	-	0	2	7,4	3	11,1	2	7,4
<b>PMDB</b>	9	40,9	22	95,7	8	29,6	9	33,3	6	22,2
<b>PDT</b>	1	4,5	-	0	3	11,1	2	7,4	1	3,7
<b>PFL</b>	-	-	1	4,3	7	25,9	2	7,4	6	22,2
<b>PSDB</b>	-	-	-	-	1	3,7	6	22,2	7	25,9

	1982		1986		1990		1994		1998	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>PT</b>	0	0	0	0	0	0	2	7,4	3	11,1
<b>PSB</b>	-	-	-	0	0	0	2	7,4	2	7,4
<b>PTB</b>	0	0	0	0	2	7,4	1	3,7	-	-
<b>PTR/PP</b>	-	-	-	-	2	7,4	0	0	-	-
<b>PRS</b>	-	-	-	-	-	3,7	-	-	-	-
<b>PSC</b>	-	-	0	0	1	3,7	0	0	0	0

Fonte: Dados eleitorais do Brasil. Jairo Nicolau – IUPERJ.

Verifica-se nos anos de 1980 a hegemonia do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), chegando a conquistar 95,7% dos cargos de governadores nas eleições de 1986, seguido, no mesmo período, com força política e eleitoral, pelo o Partido Democrático Social (PDS). O decorrer dos anos de 1990 marca o declínio do PMDB nos governos dos estados e o fortalecimento de outras agremiações partidárias, com destaque para o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que conquistou em 1994 o cargo majoritário em três estados importantes, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Nesse mesmo ano, o Partido dos Trabalhadores (PT) elege pela primeira vez governadores de estado no Espírito Santo e no Distrito Federal.

Nas eleições estaduais de 1988 o PMDB reduz ainda mais sua força política e eleitoral nos estados, inclusive em Mato Grosso do Sul, ao ser derrotado para o candidato do PT, José Orcírio Miranda dos Santos, Zeca do PT, que liderou o “Movimento Muda MS”, uma aliança política composta pelo PT/PDT/PPS/PCdoB/PAN/PSB/PSB. A eleição de um candidato de esquerda rompe com o revezamento de poder entre os membros dos grupos políticos que dominaram o Estado desde a sua criação, embora uma parte da elite política tradicional tenha manifestado apoio a Zeca do PT no segundo turno, como foi o caso do ex-governador Pedro Pedrossian.

O programa de governo apresentado, denominado de Programa de Governo para Mato Grosso do Sul: movimento muda Mato Grosso do Sul, se estruturava nas seguintes diretrizes: desenvolvimento econômico sustentável, participação popular e políticas sociais. Com base nesse Programa, o governo estabeleceu, uma nova relação como os movimentos sociais do campo marcadas pelo diálogo e participação dos movimentos, por meio da qual foi elaborado um conjunto de políticas públicas

voltadas para o atendimento da população do meio rural, em particular acampados, assentados, quilombolas, indígenas ribeirinhos e atingidos por barragens.

O atendimento às demandas dos movimentos sociais do campo implicava numa reestruturação governamental, o que ocorreu com a criação em 2000 do Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul (IDATERRA), que posteriormente, em 2003, passa a fazer parte da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). Cabia ao Instituto operacionalizar a Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural, que se traduziu em programas e projetos voltados para as populações rurais do Estado.

No tocante à educação, a nova gestão a frente da Secretaria de Estado de Educação apresentou a proposta intitulada: Proposta de Educação do Governo popular de Mato Grosso do Sul, “Escola Guaicuru: Vivendo uma nova lição (1999-2002). Este primeiro material retoma o princípio expresso na Constituição de 1988, ou seja, que a educação, é direito de todos, uma bandeira histórica de setores importantes da sociedade comprometidos com a escola pública. A nova gestão assumia o compromisso de que as novas políticas a serem elaboradas ocorreriam mediante um processo participativo envolvendo os trabalhadores em educação e demais componentes da comunidade escolar. A esse respeito, afirma o documento:

Entende a educação como direito de todos e como um dos pressupostos básicos para a cidadania ativa. Seu eixo principal é o compromisso de estabelecer um processo participativo de construção de novos caminhos que garantam a democratização do saber, a valorização dos profissionais da educação e a democratização da escola pública (MATO GROSSO DO SUL, 1999, p.9).

O instrumento pelo qual se desenvolveu efetivamente a participação para a elaboração de “novos caminhos” para educação pública em Mato Grosso do Sul foi a Constituinte Escolar, concebida pela nova gestão à frente da Secretaria de Estado de Educação como:

[...] um instrumento estratégico de mobilização de todos os trabalhadores da educação e sociedade em geral para juntos construirmos um projeto educacional comprometido com a transformação social e com a formação do cidadão na sua acepção mais plena (MATO GROSSO DO SUL, 1999, p. 9).

O movimento Constituinte Escolar iniciou-se em agosto de 1999, e até junho de 2001 ocorreram nas escolas públicas estaduais uma série de debates,

estudos e reflexões a respeito das questões que permeavam a educação naquele momento histórico, envolvendo educadores, pais, estudantes e representantes do poder público estadual, na construção coletiva do Plano Estadual de Educação para a Rede Estadual de Ensino, sendo este aprovado pelos delegados escolares no I Congresso Estadual da Constituinte Escolar, realizado de 26 a 28 de junho de 2001.

Ainda na Proposta de Educação do “Governo Popular” de Mato Grosso do Sul<sup>21</sup> consta o estabelecimento de projetos e metas para o referido período, tendo como fundamento três eixos principais: a democratização do acesso, a democratização da gestão e a qualidade social da educação. O analfabetismo, os baixos índices de escolaridade e problemas relacionados à rede física das escolas são apontados como principais questões referentes à escola pública.

Além disto, havia uma porcentagem considerável da população “vivendo em condições econômicas e sociais desfavoráveis”, referência feita aos carvoeiros, canavieiros, migrantes, índios, sem terras e comunidades negras, que precisavam de uma atenção maior do Estado. Nas metas estabelecidas para a democratização se verificam algumas para a população do campo, conforme consta no próprio documento:

Garantir transporte escolar aos alunos das regiões de difícil acesso; construir participativamente a política educacional da diversidade étnica, proporcionando o resgate da história e identidade dos grupos que compõem a população indígena, e afro-descendente valorizando suas culturas (MATO GROSSO DO SUL, 1999, p.15).

Dentre os “novos caminhos” da educação, constava a elaboração da política educacional para a população do meio rural, o que ocorreu com a publicação, em maio de 2000, de Educação do Campo 1 (Cadernos da Escola Guaicuru), resultado de um trabalho anterior que consistiu na formação de uma equipe no órgão responsável pela educação do campo, e o estabelecimento de uma agenda de trabalho junto às escolas, movimentos sociais, universidades e intelectuais em Mato Grosso do Sul e em nível nacional, no sentido de elaborar a política educacional para o meio rural.

A nova política educacional partiu do reconhecimento de que havia um movimento nacional envolvendo a Universidade de Brasília (UNB), a Confederação

---

<sup>21</sup> Cadernos da Escola Guaicuru Nº. 01- Fundamentos Político-Pedagógicos, 1991. Secretaria de Estado de Educação.

Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Movimento Sem Terra (MST), que vinham trabalhando com a questão da educação do campo, tendo, portanto, tais instituições e entidades haviam sistematizado um conjunto de concepções político-pedagógicas que deveria ser considerado na elaboração da política estadual para o atendimento da população rural sul-mato-grossense.

De fato, os movimentos sociais do campo, em especial o Movimento Sem Terra, nas duas últimas décadas pautaram na agenda política do país a questão da reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar e a garantia e ampliação dos direitos sociais, entre os quais se encontra o direito à educação. E esta luta encontra respaldo e apoio de instituições internacionais como a UNICEF e UNESCO, que colaboram no financiamento de mobilização e organização de ações educacionais. Também para o fortalecimento do movimento nacional por uma educação do campo no decorrer dos anos de 1990, foram importantes a participação e apoio da CNBB e a UNB, bem como, de intelectuais orgânicos, ou não, ao Movimento Sem Terra, como Miguel Arroyo, Mônica Molina, Roseli Cardat e Bernado Mançano entre outros.

No processo de organização, fortalecimento e construção do que se chamou de um novo paradigma de educação - a Educação do Campo - a realização do I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA) que ocorreu em 1997, na Universidade de Brasília (UNB), cumpriu um papel importante na trajetória do movimento nacional em defesa da educação do campo. Do ponto de vista da formulação do novo paradigma, sistematizou o acúmulo teórico produzido em anos anteriores, e, portanto, conformaram-se seus pressupostos, princípios e diretrizes naquele Encontro Nacional.<sup>22</sup> A educação do campo que se concebeu a partir deste momento, se diferencia da educação rural, segundo Caldart e Mançano (2000, p.11) em duas razões principais: “[...] Enquanto a Educação do campo vem sendo criada pelos povos do campo, a Educação Rural é resultado de um projeto criado para a população do campo”. “[...] A Educação do campo pensa o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, de sua organização política e de suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos”.

---

<sup>22</sup> Maiores informações ver Arroyo (1999), Benjamim (1999), Kolling (1999), Caldart (2004) Molina (2003)

Predominantemente, a Educação Rural pensa o campo apenas como espaço de produção, as pessoas são vistas como recursos humanos.

Do ponto de vista prático, o referido encontro potencializa a luta que já vinha sendo feita no sentido de pressionar o governo federal para implementar uma política educacional para o meio rural, em particular para as áreas dos projetos de reforma agrária. O resultado da luta foi à criação, em 1998, do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), com o objetivo de elevar a escolaridade de jovens e adultos dos assentamentos<sup>23</sup>. Trata-se de uma experiência pioneira de abrangência nacional que procurou materializar as concepções de educação do campo, expresso no manifesto do I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária. E mais, ampliou-se o número de organizações sociais envolvidas na educação da população rural, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), da União Nacional das Escolas Famílias Agrícola no Brasil (UNEFAB), a Associação Regional das Casas Familiares Rurais (ARCAFAR) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Ainda em 1998, em Luziânia-Goiás, aconteceu a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, que estreitou e aprofundou a relação com as universidades e os movimentos sociais do campo e o movimento sindical, e dentre as deliberações da conferência se destaca a criação de uma coleção de cadernos<sup>24</sup> para divulgação de pesquisas, experiências e estudos sobre educação básica do campo.

Em decorrência desse processo e da nova conjuntura política em Mato Grosso do Sul, com a eleição de “Zeca do PT” em 1998, elaborou-se e implementou a política educacional para o meio rural para o período de 1999-2002, agora denominada Educação Básica do Campo (Cadernos da Escola Guaicuru, 2000). Os esforços anteriores que foram feitos pelos movimentos sociais e o poder público estadual (gestão 1995-1998) em implantar políticas educacionais para o meio rural foram reconhecidos, mas no que havia sido formulada continha limites teóricos e práticos. A esse respeito diz o documento:

---

<sup>23</sup> A experiência do PRONERA em Mato Grosso do Sul foi objeto de estudo de Perius (2008).

<sup>24</sup> Os cadernos produzidos foram: 01) Por uma educação básica do campo (1999); 2) A educação básica e o movimento social do campo (2000); 3) Projeto Popular e escolas do campo (2000); 4) Educação do Campo : identidade e políticas públicas ( 2002); 5) Contribuições para a Construção de um projeto de Educação do Campo ( 2003); 6) Projeto Político-Pedagógico da Educação do Campo – 1º Encontro da região Sudeste (2005) .

[...] não aprofundou várias das especificidades de uma proposta teórica e metodológica da Educação Básica do Campo de Mato Grosso do Sul e também, infelizmente, não deixou de sair do papel nos governos anteriores. Prova disso é que daquela proposta pouco se avançou nas políticas públicas e no conjunto das ações governamentais que precederam o governo popular. (MATO GROSSO DO SUL, 2000, p.9).

A começar pela substituição da terminologia Educação Rural por Educação Básica do Campo, acredita-se inaugurar uma ação transformadora em termos de políticas públicas, porque se tratava de uma proposta de educação “[...] diferenciada, voltada para o meio rural, para o entendimento da especificidade da formação social e para uma sociedade democrática” (MATO GROSSO DO SUL, 2000, p.10).

Para além das demandas relacionadas à produção, ao crédito, à moradia e à saúde, havia no meio rural sul-mato-grossense, desafios educacionais não resolvidos e cabia uma ação firme do Estado na construção de escola, na garantia do transporte escolar, no combate à evasão e ao analfabetismo, investimento na formação de professores e uma proposta pedagógica de educação. Desafios que já vinham sendo enfrentados pelos movimentos sociais do campo, como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAGRI), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Associação dos Assentamentos e Acampamentos de Mato Grosso do Sul (AECAMS) e o Movimento Sem Terra (MST), mas que a partir daquele momento seriam enfrentados a partir de uma nova perspectiva educacional.

Assim diz o documento sobre os novos desafios dos educadores e educadoras que em suas experiências vinham atuando na educação do meio rural:

Para os educadores e educadoras que vêm mantendo uma aproximação com a realidade do campo e para os movimentos sociais ligados a questão agrária, lutar por uma educação básica do campo, significa, necessariamente, lutar por uma educação ampla e universal, voltada para o desenvolvimento do ser humano, mas também específica, diferenciada, que seja capaz de valorizar a cultura camponesa; que esteja voltada para os interesses do povo camponês (MATO GROSSO DO SUL, 2000, p.13).

Desse modo, existia uma cultura e interesses camponeses que não vinham sendo considerados pela educação escolar existente, e que a nova proposta reconhecia e apresentava como condição fundamental a ser incorporada no trabalho pedagógico do professor, mas que foram desconsiderados historicamente pelas políticas públicas, dentro da visão predominante de “urbanização” da escola no meio rural. Portanto, diz o documento que não se trata de qualquer educação a ser oportunizada no meio rural, deve ela estar “[...] voltada aos interesses e ao

desenvolvimento humano em suas dimensões sociais, cultural, política, econômica dos povos que habitam e trabalham no meio rural” (MATO GROSSO DO SUL, 2000, p.17).

A educação defendida estabeleceria um diálogo crítico com a sociedade capitalista, com os interesses das elites, do agronegócio, com a concentração da propriedade da terra e com a exploração do trabalho, e o compromisso da nova educação seria com outro projeto de sociedade, chamado de projeto popular para o Brasil:

Queremos uma Educação Básica do Campo de Mato Grosso do Sul que construa um Projeto Popular para o Brasil e que se integre com outras políticas públicas de desenvolvimento do campo, com a reforma agrária, onde os povos que nele habitam possam viver dignamente e organizados contra a sua expulsão, exploração e expropriação (MATO GROSSO DO SUL, 2000, p.18).

Os compromissos básicos do projeto maior que a escola era “convidada” a colaborar consistiam em: soberania, solidariedade, desenvolvimento, sustentabilidade e democracia popular “(MATO GROSSO DO SUL, 2000, p.21). Constam também, na política educacional para população do campo, objetivos que o ruralismo pedagógico defendia nos anos 20 como um dos principais para a educação, a fixação do homem na terra, bem como objetivos muito presente nos discursos educacionais dos anos de 1990, a formação para a cidadania, tarefa estas a ser feitas em sistema de parcerias que envolvem movimentos sociais, os estados, as prefeituras e outras instituições:

Erradicação do analfabetismo, favorecendo a fixação do homem e da mulher no campo, formando cidadãos e cidadãs conscientes de seus direitos, críticos com capacidade de intervenção efetiva na transformação da sociedade (MATO GROSSO DO SUL, 2000, p.28).

Diante desse cenário, se justificava a necessidade de uma política pública capaz de enfrentá-los, numa conjuntura política estadual favorável em razão das estreitas ligações que o Partido dos Trabalhadores e suas principais lideranças, agora a frente do poder executiva estadual, tinham com os movimentos sociais do campo. Entretanto, condicionantes de ordem estrutural e conjuntural estabeleceram os limites da realização da política de educação, em particular, a voltada para a população do campo. Já mencionado nesse trabalho, as transformações de natureza econômica no

meio rural sul-mato-grossense com destaque para a incorporação de atividades não-agrícolas pela pequena unidade familiar e o grande empreendimento, a existência nas cidades de produtos originários no meio rural e o moradores das cidades tendo como locus de trabalho o campo, significava considerar a relação campo-cidade de outra perspectiva, que não a visão dualista e dicotômica presente na interpretação que se fazia do campo, como uma realidade independente do movimento mais geral da sociedade capitalista.

Além disso, a política educacional vigente no país estabelecia um referencial curricular comum a ser ensinado nas escolas, e cujo material pedagógico básico de apoio ao trabalho do professor foi o livro didático, que o Ministério da Educação os classificava de acordo com o estabelecido nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que se constituía em referência obrigatória nas avaliações de ensino-aprendizagem dos estudantes brasileiros, o que limitava as possibilidades de uma proposta pedagógica diferenciada para a educação do campo. No período de 1999-2002 não há registros que tenha sido produzido pelos gestores da Secretaria Estadual de Educação um material pedagógico e amplamente trabalhado junto aos estudantes das escolas do campo, com base nos pressupostos da nova política educacional para o meio rural.

A política de educação para o meio rural, e demais que foram elaboradas durante a primeira gestão de “Zeca do PT” com base na proposta “Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição”, tiveram seus objetivos e metas condicionados as decisões políticas quanto à aplicação dos recursos financeiros vinculados constitucionalmente para a educação. A esse respeito afirmam Fernandes e D’ Avila (2008, p.428) sobre os investimentos realizados no período de 1998 a 2002 pelo governo estadual:

[...] a prioridade foi o ensino fundamental; este carregou a grande maioria dos recursos dos recursos, seja pela instituição do Fundef, seja porque o estado estava de acordo com a lógica da política educacional do Governo Federal, que focalizou as ações para concretizar cada vez mais a municipalização dessa etapa da educação básica.

Concomitante a situação acima referida, o órgão responsável pela elaboração e implementação das políticas educacionais não tinha a autonomia para gerir seus próprios recursos, se colocando numa dependência permanente da Secretaria de Fazenda, para custear as diversas políticas, projetos e programas que foram gestados no referido período para atender as demandas educacionais

acumuladas historicamente, e que viam no novo governo a possibilidade de serem atendidas. A descontinuidade das políticas foi outro fator que dificultou a consolidação no interior da escola pública estadual das propostas educacionais que foram elaboradas, já que num período de quatro anos foram três gestores a frente da Secretaria Estadual de Educação.

#### 4.8 Possibilidades de conquistas e desafios para Mato Grosso do Sul

Como já mencionado, no decorrer dos anos de 1990 em nível federal foram adotadas políticas públicas que impactaram o quadro da educação no país, bem como as decisões e opções dos governos estaduais e prefeituras no tocante a gestão educacional. Foge dos propósitos deste trabalho realizar um levantamento mais detalhado do que ocorreu em Mato Grosso do Sul, na área da educação nas duas últimas décadas, mas se fazem necessário alguns indicadores do quadro educacional no estado, que sinalizam a realidade existente e o que de fato se alterou em decorrência das políticas públicas educacionais.

A taxa de escolarização da juventude no ensino fundamental, médio e superior teve um movimento ascendente no período de 1995 a 2005, com destaque para o acesso à escola de jovens na faixa etária de 7 a 14 anos, alcançando um percentual de 96,1% em 2005. No ensino médio o crescimento foi de 16% em uma década, indicando que foi garantida a escolarização apenas à metade dos jovens em idade escolar neste nível de ensino. No ensino superior o quadro estadual acompanha a situação nacional, já que apenas 15,6% dos jovens tinham acesso à universidade em 2005. Essa situação se refere à taxa de escolarização de jovens que viviam nas cidades; porém quando observada a situação dos residentes na área rural, o acesso a escola e a permanência não têm ocorrido com a mesma intensidade.

**Tabela 19 - Taxa de Escolarização dos Jovens no Ensino Fundamental, Médio e Superior - MS 1995, 1998 e 2005**

Ano	1995		1998		2005	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
Ensino Fundamental	71,5	90,6	89,0	93,5	94,8	96,1
Ensino Médio	2,9	27,8	13,3	34,7	41,8	43,8
Ensino Superior	0,0	5,4	0,8	8,2	3,0	15,6

Fonte: Secretária de Estado de Educação/SEE/MS

Os jovens residentes nas áreas rurais estão com a escolarização abaixo dos jovens das cidades, em especial no ensino médio conforme os dados apresentados nos anos de 1995 e 1998, tendo a diferença diminuída consideravelmente nos percentuais coletados no ano de 2005. No ensino superior a situação é bem mais desfavorável aos jovens rurais, já que apenas 3,0% deles tinham acesso à universidade em 2005.

As taxas de analfabetismo declinaram em mais de nove pontos percentuais nos últimos dezesseis anos, passando de 21,36% em 1985, para 11,93%, em 2001, representando uma redução de 44,1% no índice de analfabetos entre a população com mais de cinco anos de idade. Quando comparado com o Brasil, a redução do analfabetismo no Estado ocorreu com mais intensidade, conforme dados da tabela abaixo.

**Tabela 20 - Evolução da Taxa de Analfabetismo em Mato Grosso do Sul e Brasil para a População Acima de Cinco Anos de Idade – 1985-2001**

Anos	Mato Grosso do Sul	Brasil
1985	21,36	26,59
1990	19,52	23,30
1996	14,48	17,38
2001	11,93	14,59

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostragem/PNAD

A taxa de escolaridade da população aumentou no Estado. Em 1997 apontava 66,79% das pessoas com mais de quatro anos de escolarização, alcançando em 2001 o percentual de 71,78% dos que apresentavam aquela condição de escolaridade. Ou seja, as pessoas estão prolongando cada vez mais o número de anos de frequência escolar no Estado, conforme dados de 1997 a 2001.

**Tabela 21 - Escolaridade da População, por Anos de Estudo (%) – 1997-2001**

Anos de Estudo	1997	1998	1999	2000	2001	1997	1998	1999	2000	2001
< de 1 ano	14,8	14,8	13,8	12,6	11,6	15,9	15	14,63	13,84	13,2
1 a 3	17,76	14	15,9	14,9	14,5	16	15,5	14,89	14,73	14,4
4 a 7	34,71	35,1	31,6	32,7	32,3	32,6	31,8	31,53	31,08	30,7
8 e mais	32,08	35,6	38	39,1	40,9	35,1	37,2	38,52	39,76	41,1
Ignorado	0,65	0,53	0,71	0,64	0,65	0,34	0,46	0,52	0,59	0,67
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: PNAD e DATASUS/2001

De 1980 a 2002, o número de matrículas cresceu 106,2% e de salas de aulas 192,5%. A fase de maior demanda e de garantia do acesso a escola foi de 1980-, já que houve um crescimento do continente de 72% de alunos, e construção de 105,8% de novas salas de aula. A partir de 1995, foi de 19,8% o aumento do número de estudantes, e de 42,2% a construção de novas salas de aulas.

A rede de ensino municipal, juntamente com as escolas particulares, teve os maiores aumentos de alunos matriculados, 105% e 202% respectivamente, no período de 1980 a 2002. As escolas municipais ampliaram significativamente o atendimento aos alunos, passando de 27,4% das matrículas ocorridas em 1980 para 40,2% em 2002, embora ainda seja a rede estadual que atende a maior parcela de estudantes nos níveis de pré-escola, ensino fundamental e médio.

**Tabela 22 - Evolução do Número de Matrículas por Dependência Administrativa na Pré – Escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio em Mato Grosso do Sul (1980 – 2002)**

Anos	Estadual	Municipal	Federal	Particular	Total
1980	194.718	87.417	1.420	35.340	318.895
1985	237.882	93.455	1.104	46.938	379.379
1990	290.003	123.652	1.386	64.774	479.815
1995	297.974	171.958	853	77.856	548.641
1998	301.491	210.293	837	69.857	582.478
1999	304.788	229.352	978	68.995	604.113
2000	296.987	214.549	993	70.099	582.628
2001	301.948	248.519	961	70.159	620.996
2002	319.948	264.188	951	72.492	657.579

Fonte: Secretária de Estado de Educação/SEE

Quando considerado o número de escolas existentes no Estado em 2002, na área urbana e rural, a quantidade alcançava 1.525 estabelecimentos, e deste total 1.073 escolas de responsabilidade do estado e dos municípios, o que demonstra a importância para as camadas populares o acesso aos serviços públicos, em especial a educação.

**Tabela 23 - Número de Escolas Existentes no Estado do Mato Grosso do Sul – 2002**

Dependência Administrativa	Urbana	Rural	Total
Federal	1	0	1
Estadual	384	14	398
Municipal	534	140	674
Particular	448	4	452
<b>Total</b>	<b>1.307</b>	<b>164</b>	<b>1525</b>

Fonte: Secretaria de Estado de Educação – MS

Quanto aos recursos humano-profissionais atuando na educação em 2002, havia 34.434 professores nas séries fundamentais e médio, distribuídos por todas as redes de ensino no Estado. Eram 45,15% dos profissionais de educação atuando na rede estadual e 19,1% do conjunto de docentes atuando nas escolas particulares.

**Tabela 24 - Corpo Docente, por Dependência Administrativa - 2002**

<b>Dependência Administrativa</b>	<b>Pré-Escola</b>	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Ensino Médio</b>	<b>Total</b>
Federal	-	52	62	<b>114</b>
Estadual	164	11.084	4.300	<b>15.548</b>
Municipal	2.236	9.949	12	<b>12.197</b>
Particular	1.340	3.564	1.671	<b>6.575</b>
<b>Total</b>	<b>3.740</b>	<b>24.649</b>	<b>6.045</b>	<b>34.434</b>

Fonte: Secretaria de Estado de Educação - MS

Relacionando quantidade de alunos por docente, em primeiro lugar as redes municipais (21,7 alunos por professor), segundo a rede estadual (19,1 alunos por professor) e terceiro as escolas particulares (11 alunos por professor). Quanto ao ensino superior, constata-se, em 2000, o predomínio das instituições particulares, na quantidade de instituições, no número de cursos oferecidos, de matrículas e conclusão de cursos, de docentes e demais servidores em exercício.

**Tabela 25 - Ensino Superior – Graduação – 2000**

<b>Discriminação</b>	<b>Federal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Privada</b>	<b>Total</b>
Instituições	01	01	0	28	<b>30</b>
Cursos	67	44	0	135	<b>246</b>
Matrículas	11.290	2.922	0	28.092	<b>42.304</b>
Concluintes	1.276	70	0	3.509	<b>4.855</b>
Docente em exercício	785	279	0	1.430	<b>2.494</b>
Servidores em exercício	1.036	63	0	1.280	<b>2.379</b>
<b>Vestibular</b>					
Vagas oferecidas	3.640	1.413	0	12.451	<b>17.504</b>
Inscrições	26.731	5.237	0	27.147	<b>59.115</b>
Ingressos	3.787	1.407	0	9.405	<b>14.599</b>

Fonte: MEC/INEP

**Tabela 26 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais em Mato Grosso do Sul (2003 2004 e 2007)**

<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2007</b>
	<b>61.078</b>	<b>64.462</b>	<b>66.707</b>
<b>Pública</b>	20.261	21.490	22.127
Federal	14.660	15.379	15.365
Estadual	5.601	6.111	6.776
<b>Privada</b>	40.817	42.972	44.580
Particular	30.705	31.828	34.957
Comun/Confest/Filan	10.112	11.144	9.623

Fonte: MEC/INEP

De acordo com os dados apresentados, houve nas últimas décadas avanços consideráveis nos indicadores educacionais em Mato Grosso do Sul, no tocante ao acesso à escola, às taxas de escolaridades, ao analfabetismo e à profissionalização do trabalho pedagógico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto deste trabalho foi às políticas educacionais para as populações no meio rural sul-mato-grossense de 1991 a 2002, período que compreendeu três administrações estaduais, que, diante da conjuntura educacional rural (analfabetismo, dificuldades de acesso à escola, limites de formação dos professores, transporte escolar ineficiente) e da presença organizada de movimentos sociais com uma ação voltada para o setor educacional. O Estado assumiu compromissos de desenvolver programas e projetos com base numa política pública, com vistas a melhorar as condições da educação para a população rural. Embora tenha havido avanços nos indicadores educacionais, o Estado não garantiu uma educação pública de qualidade para todos. E em quesitos como infra-estrutura, formação profissional, gestão e aprendizagem os desafios em escolas rurais são maiores

Persistem indicadores educacionais desfavoráveis, conforme constatou Silva (2008) em trabalho sobre a educação nos assentamentos rurais, que decorrem de um conjunto de fatores, dentre os quais a descontinuidade das políticas públicas, gastos com a manutenção do aparelho de Estado (gastos com custeio e pessoal), pagamento de juros do saldo devedor da dívida estadual e a transferência de responsabilidades para os municípios sem o devido financiamento das políticas públicas. É no âmbito do município que a necessidade imediata da população por educação, saúde, transporte, assistência social e segurança se manifestam, sendo os recursos geralmente insuficientes para atender tanta demanda, o que vem obrigando as administrações a viver de “pires” nas mãos em busca de recursos em Brasília, por meio de convênios e emendas parlamentares.

As políticas educacionais, no caso em estudo as que estão voltadas, para a população do meio rural, se inserem num contexto de contradições entre o Estado e os movimentos sociais do campo, de disputa político- ideológica entre os sujeitos envolvidos na sua elaboração e implementação. O Estado se apresenta como defensor dos interesses de todos, incorpora em seus compromissos as demandas dos movimentos, mas o que tem ocorrido é que na prática secundariza as políticas sociais, em detrimento dos interesses da classe hegemônica, a classe burguesa, ao estabelecer condições políticas, financeiras e coercitivas que promovem o chamado desenvolvimento econômico. Em outros termos, quando os movimentos sociais

radicalizam na luta política e social, com ocupações de propriedades, de prédios públicos e rodovias para exigir o atendimento de demandas sociais, são considerados “inimigos” e não parceiros do Estado, como também passam a ser criminalizados por este, a exemplo do fez a justiça do Rio Grande do Sul que considerou ilegal as escolas itinerantes do Movimento Sem Terra.

As políticas educacionais não se explicam por si mesmas, elas se vinculam ao movimento da sociedade que é histórico, dinâmico e contraditório. Por isto, recuperamos este processo a partir da formação da sociedade que hegemoniza a vida social e política, a sociedade capitalista. Desde a formação dessa sociedade na Europa, a partir do século XVIII até a inserção do Brasil na lógica do capital monopolista no começo do século XX, o que nos elevou à condição de “potência do mundo” porque construímos um parque produtivo competitivo, estabelecemos negócio (exportamos e importamos) com vários mercados e possuímos riquezas naturais estratégicas, como petróleo e recursos minerais, no entanto, concentrou-se a riqueza, a propriedade da terra, não universalizaram-se serviços básicos como saúde, educação e segurança. A expansão capitalista no campo aumentou a produtividade, intensificou o êxodo rural, reproduziu formas de trabalho análogo a trabalho vigente no Brasil colônia e resignificou a vida no campo, não mais necessariamente associado apenas às atividades agrícolas tradicionais, mas formas plurais de sobrevivência.

Assim, as relações sociais e produtivas que em última instância estão organizadas para a valorização do capital, criam determinações sob o trabalho pedagógico, e as possibilidades de práticas pedagógicas autônomas e diferenciadas, no caso em estudo decorrente das políticas educacionais para o meio rural, é bastante reduzido o alcance de seus objetivos, como a fixação do homem no campo, a defesa da identidade cultural, entre outros. Procurando situar os limites e possibilidades da educação formal na sociedade atual, diz Mézaros (2005 45):

A educação formal não é a forma ideologicamente primária que consolida o sistema do capital, tampouco ela é capaz de por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas sociedades é produzir tanto conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados.

O pensamento pedagógico nos anos de 1990 e em grande medida nos dias atuais, que se traduziram em programas e projetos educacionais oficiais no decorrer

dos anos 1990, foram gestados em organismos internacionais a serviço do grande capital, como o Banco Mundial e a UNESCO. Em 2008, o empresariado com forte influência na criação e patrocínio do Movimento Todos Pela Educação, que se apresenta como expressão do conjunto da sociedade, tem se constituído como interlocutor privilegiado na elaboração de políticas públicas. Os movimentos sociais de trabalhadores têm forte participação na vida política do país, e em especial os vinculados a luta pela terra, combinado com reivindicações por moradia, crédito, assistência técnica e a educação. Atuando no “terreno” das contradições que envolvem a relação movimentos sociais e o Estado, educação e sociedade, os movimentos e seus apoiadores que empreenderam a luta da educação do campo, tornaram-se protagonista na ampliação de direitos sociais, ao se organizarem e exigirem do Estado o atendimento de demandas educacionais, ou colaborando na elaboração e implementação de políticas públicas, acreditando fortalecer a contra-hegemonia social.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis, 2007.

ALVES, Sonia Maria. **A função da Escola Pública Contemporânea em Relação e Projetos Oficiais para a Erradicação do Trabalho Infantil em Mato Grosso do Sul, no Período de 1996**. Dissertação: (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Campo Grande-MS, 2003.

Associação de Educação Católica- AEC/MS. **Experiência Pedagógica no Magistério com Metodologia Diferenciada e Regime Didático Especial**. Campo Grande/MS. 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

\_\_\_\_\_. et al. **O Avesso do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

ARAÚJO, Tânia. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, Banco do Nordeste, v. 30, n. 2, abr/Jun 1999.

\_\_\_\_\_. **Brasil nos Anos 90**: opções estratégicas e dinâmicas regional. Recife: ANPUR, 2000.

ARROYO, Miguel; FERNANDES, Bernado Mançano. **Por uma Educação Básica do Campo**: a educação básica e o movimento social no campo. Brasília, 1999.

ARROYO, Miguel Gonzalez et al. **Por uma Educação do Campo**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARROS, Ângela Aparecida. **As ações para trabalhadores rurais assentados no PLANFOR e nos PEQ' s/MS: O discurso da qualificação profissional.** Dissertação: (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Campo Grande-MS, 2001.

BENJAMIM, Cezar et al. **A opção brasileira.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BENJAMIM, César; CALDART; Roseli Salette. **Por uma educação básica do campo: projeto popular e escolas do campo.** Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. et al. **Brasil: crise e destino entrevistas com pensadores contemporâneos.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2000.

BITTAR, Marisa. **Estado, Educação e Transição Democrática em Mato Grosso do Sul:** Editora da UFMS, 1998.

BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. **Rompendo a Cerca: a história do MST.** São Paulo: Editora Casa Amarela Ltda, 2004.

BRASIL Secretaria de Assuntos Estratégicos (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea). **Dívida dos Estados Dez Anos Depois.** Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Censo Agropecuário 2006 resultados preliminares. Rio de Janeiro: 2007.

JR, José Arbex; Viana, Nilton (orgs.). **É preciso coragem para mudar o Brasil: entrevistas do Brasil de Fato.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. Brasília: SECAD, 2002.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. A Educação no Brasil Rural. Brasília: INEP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF).

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dez. de 1996.** Estabelece as Diretrizes Bases Educação Nacional. Brasília. 1997.

\_\_\_\_\_. **CONSTITUIÇÃO** (1988) - Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, Brasília, 1997

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BRITO, Sílvia. **Educação e mundo do trabalho no campo**: no contexto das políticas sociais de MS/Brasil, década de 1990. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Portugal, 20-23 jun. 2008. VII Congresso LUSO-BRASILEIRO de história da educação, p.2.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. **Para compreender a educação do Estado no meio rural** – traços de uma trajetória. In: THERRIEN, Jacques; DASMACENO, Maria Nobre. *Educação e Escola no Campo*. Campinas: Papirus, 1993. p 15-40.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**: traços de uma identidade em construção: In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org). *Por uma Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas*. Brasília, 2002, p. 25-36.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CENTENO, Carla Villamaina. **A Educação do trabalhador nos ervais de Mato Grosso (1870-1930)**: Crítica da Histografia Regional, de suas de Trabalho, história e cultura. Dissertação: (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Campo Grande-MS, 2000.

CHESNAIS, François. **Capitalismo de Fim de Século**. In: COGGIOLA, Osvaldo (org). *Globalização e Socialismo*. São Paulo: Xamã, 1997, p 7-33.

CHOMSKY, Noam et al. **Nova Hegemonia Mundial**: Alternativas de mudanças e movimentos sociais. Buenos Aires: Imprensa, 2003.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **Guerra e globalização**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CORSI, Francisco Luiz. **A Economia Brasileira na Década de 1990**: Estagnação e Vulnerabilidade Externa. In: BATISTA, Roberto; ARAÚJO, Renan. *Desafios do Trabalho*. Londrina: Praxis, 2003. p.17-54.

DAL RI, Neusa Maria. **Educação Democrática**: trabalho associado no movimento dos trabalhadores rurais sem terra e nas fábricas de autogestão. São Paulo: Ícone: FAPESP, 2008.

DAMASCENO, Maria Nobre; BERNADETE, Bezerra. Estudos sobre a educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, v. 30 n.1, São Paulo, 2004.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Sócioeconômicos (DIEESE). **A Situação do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Palas Athena, 2001.

DIAS, Edmundo et al. **A ofensiva neoliberal**: reestruturação produtiva e luta de classes. Brasília: Sindicato dos Eletricitários de Brasília, 1996.

DORES, Júlia Luciana Pereira. O Novo Modelo de Modernização da agricultura: alguns apontamentos sobre desenvolvimento regional do triângulo mineiro e alto Paranaíba. **Revista de Geografia**, Campo Grande, p. 17-24, 2003.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Escala, 2007.

ESPING-ANDERSON, Costa. **O futuro do Welfare State na nova ordem mundial**. São Paulo: Lua nova, n 35, p. 73-111, 1995.

FABRINI, João Edmilson. As cooperativas nos assentamentos de sem-terra. **Revista de geografia**. Campo Grande, MS, n. 18, p. 7-16, jul./dez. 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O Campo da Educação do Campo**. In: MOLINA, Mônica; JESUS, Sônia (org). Por uma Educação do Campo. Brasília: NAD, 2004, v. 5, p. 53-89.

FERNANDES, Maria D. Espíndola. **A Gestão democrática na rede estadual de ensino em Mato Grosso do Sul**. UFMS. Campo Grande-MS: 2000.

\_\_\_\_\_. et al. A Escola Guaicuru: vivendo uma nova lição: A Relação entre Gestão e Financiamento para o Ensino Médio. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 10, n.2, p. 419-438, jul/dez, 2008.

FERRO, Olga M. dos R. **O plano de Desenvolvimento da Escola – PDE na escola pública de ensino fundamental em Mato Grosso do Sul: o gerencial e o pedagógico**. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2001.

FREIRE, Cláudio de Souza. **O homem e a terra**: a educação formal nos assentamentos do sul de Mato Grosso do Sul. Dissertação: (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Campo Grande-MS, 1993.

FRIEDAMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Década Perdida da Educação Brasileira**. In: BENJAMIM, Cezar; ELIAS, Luiz Antonio. Brasil: crise e destino. São Paulo: Expressão Popular. 2000, p 117- 127.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. Maria da Glória Marcondes. **Os Sem-Terra**, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Editora Civilização Brasileira S.A, 2002.

GRAZIANO, José. **De bóias-frias a empregados rurais**: as greves dos canavieiros paulistas de Guariba e de Leme. Alagoas: EDUFAL, 1997.

\_\_\_\_\_.et al. **O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário**. Perspectiva. São Paulo, n. 2, p. 11, 1997.

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro**. Nova Economia. Belo Horizonte. Periódico, n. 1, p. 43-81, maio, 1997.

\_\_\_\_\_. **A Pluriatividade no Meio Rural Brasileiro**: Notas Metodológicas. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22, 1999, Caxambu, MG, Brasil. Anais Caxambu, MG, Brasil, p. 113-114, 1999.

\_\_\_\_\_. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

\_\_\_\_\_. et al. **O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário**. São Paulo em Perspectiva: São Paulo, 1997. Acessado: em: 11 jun.2006.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**: O breve século XX: 1994-1991. Tradutor SANTARRITA, Marcos, São Paulo: Companhia das Estrelas, 1995.

IANNI, Octavio (org). **Karl Marx Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

\_\_\_\_\_. **Era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

KAGEYAMA, Ângela. **Características dos domicílios agrícolas no Brasil em 1992-1997**. Campinas: UNICAMP, IE, 1999. (Texto para Discussão. UNICAMP, n. 70).

KEYNES, John Maynard. **Teoria geral do emprego**, do juro e da moeda (General theory of employment, interest and money). Tradutor: CRUZ, Mário Ribeiro da. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

KOLLING, Edgar; NERY, Israel; MOLINA, Mônica Castagna (Org). **Por uma educação básica do campo**. Brasília, 1999.

LAMOSO, Lisandra Pereira. Transformações Recentes No Território Sul-Mato-Grossense. **Revista Geografia**. Campo Grande, MS, periódico n. 10, p. 31-43, jul./dez, 1999.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2002.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1987.

\_\_\_\_\_. **O Estado e a Revolução**. São Paulo: Guairá, 1999.

\_\_\_\_\_. **As Três Fontes**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

LOCHE, John. **Segundo Tratado sobre o Governo Civil**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

LOVATO, Deonice M. Castanha. **A escola pública contemporânea (rural) e o processo no campo**. Dissertação: (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Campo Grande-MS, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret. 2005.

MARX, Karl; ENGLES, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MARX, Karl. **O Capital Crítico da Economia Política: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Difel, v. 1, 1982.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

\_\_\_\_\_. **Miséria da Filosofia**: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon. São Paulo: Centauro, 2001.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria do Estado da Educação. **Educação Básica do Campo**. Proposta político-pedagógica. 1999/2002. Caderno escola Guaicuru, v.1.3. Série Fundamentos políticos pedagógicos. Campo Grande 2002.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado de Educação. **O que é a Constituinte Escolar**. Campo Grande- MS, 1999.

\_\_\_\_\_. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. Realizações e Perspectivas. Governo Wilson Barbosa Martins, 1996-1997.

\_\_\_\_\_. **Princípios Norteadores**: a cidadania começa na escola – 1995-1998. Secretaria de Estado de Educação. Campo Grande – MS, 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Estado da Educação. **Educação Básica do Campo**. Proposta político-pedagógica. 1999/2002. Caderno escola Guaicuru, v.1.3. Série Fundamentos políticos pedagógicos. Campo Grande 2002.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Estado da Educação. **Educação em Mato Grosso do Sul**. Princípios norteadores, cidadania e escola. Mato Grosso do Sul, 1994/1998. Campo Grande, 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Estado da Educação. **Plano de Educação Básica Regiões Norte e Centro-Oeste**. Educação uma questão de decisão política. Brasília, 1987.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Estado da Educação. **Plano Decenal de Educação do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 1993.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Estado da Educação. **Plano Estadual de Educação**. Mato Grosso do Sul 1981/1983, Campo Grande, 1980.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Estado da Educação. **Plano Estadual de Educação**. Educação para a Democracia. Mato Grosso do Sul, 1985/1987, Campo Grande, 1985.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Estado da Educação. **Plano Estadual de Educação**. Mato Grosso do Sul 1988/1991. Campo Grande, 1989.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Estado da Educação. **Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação – PRASEM II**. A educação em Mato Grosso do Sul. 1996/1999. Brasília 2000 BRASIL.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Estado da Educação. **Uma Proposta de Educação para Mato Grosso do Sul**. Documento básico. Campo Grande, 1991.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Estado da Educação. **Uma Proposta de Educação para Mato Grosso do Sul**. Diretrizes Gerais - Ensino Rural. Campo Grande, 1992.

\_\_\_\_\_. Secretaria do Estado da Educação. **Ensino Rural Construindo uma proposta para Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 1996.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE ESTADO E DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA-SEPLANT /MS. **Produto Interno Bruto**. Campo Grande, MS, 1985/2004.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Diagnóstico socioeconômico de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, MS, 2003.

MARTINS, José. **Os Camponeses e a Política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis-RJ: Vozes. 1990.

MATTOSO, Jorge; BALTAR, Paulo. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. Campinas, SP: UNICAMP. IE. CESIT, **Cadernos CESIT**, n.21, p. 1-23, Out, 1996.

\_\_\_\_\_. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

\_\_\_\_\_. **Notas sobre a Terceira Revolução Industrial, crise e Trabalho no Brasil**. Trabalho apresentado ao Seminário “Modelos de Organização Industrial, Política Industrial e Trabalho”, São Paulo, 1991. Disponível em <<http://www.eco.Unicamp.br/>>. Acessado em jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **Crise, Transformações Produtivas Tecnológicas e Trabalho.** Trabalho apresentado ao Seminário/Taller “Integración y Desarrollo em America Latina”, Campinas-SP. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/>>. Acessado em jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **Globalização, concorrência e trabalho.** Trabalho apresentado ao Encontro da ABNET, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, São Paulo, 1995. Disponível em <<http://www.eco.unicamp.br/>>. Acessado em jun. 2008.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MENEGAT, Alzira Salete et al. Regiões Bioclimáticas do Estado do Mato Grosso do Sul. **Revista de Geografia.** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Periódicos, n. 16, p 5-60, jul-dez. 2002.

MÉSZAROS, István. **O Século XXI: socialismo ou barbárie?** São Paulo: Boitempo, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_. **A teoria da alienação em Max.** São Paulo: Boitempo, 2006

MOLINA, Mônica. **A contribuição do PRONERA na construção de Políticas Públicas de Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável.** Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

MORIGI, Valter. **A Escola MST: uma utopia em construção.** Porto Alegre: Mediação, 2003.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Dossiê MST Escola: documentos e Estudos, 1990-2001.** São Paulo. Expressão Popular, 2005.

NERY, Tiago. **A Economia do Desenvolvimento na America Latina: o pensamento as CEPAL nos anos 1950-1990.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Agricultura e Indústria no Brasil. São Paulo, **Revista Boletim Paulista de Geografia**, n. 58, 1983.

\_\_\_\_\_. **Amazônia**: monopólio, expropriação e conflitos. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Geografia das Lutas no Campo**. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, Breno L. Castro. **Ruralidade e Escola do Campo**. Encontro dos Pesquisadores do Centro – Oeste (EPECO), Campo Grande-MS, 2003.

OLIVEIRA, Francisco et al. **A Era da Indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PAULO, José Neto. **FHC e a política social**: um desastre para as massas trabalhadoras. In: Ives Lesbaupin (Org). O desmonte da nação. Balanço do governo FHC. Petrópolis, 1999.

PEREIRA, Jacira H. Valle; ALMEIDA, Rosemeire. **Educação no/do Campo em Mato Grosso do Sul**, Campo Grande: UFMS, 2008.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34 Ltda, 1996.

\_\_\_\_\_. **O público não-estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1999.

PERIUS, Lucia Célia Ferreira da Silva. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**: a gestão do Pronera no Estado de Mato Grosso do Sul-1998/2001. (Mestrado em Educação), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2008.

PERONI, Vera. As Mudanças no papel do estado e da política educacional nos anos 1990. IN: SENNA, Ester (org) **Trabalho, educação e política pública**: estudos em educação. Campo Grande: UFMS, 2003. p.149-169.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século 20**: taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, Marcio. **O Emprego na Globalização**. São Paulo: Boitempo, 2001.

PONTE, Karina Furini de. (Re) pensando o conceito de rural. **Revista Nera** (janeiro/julho). Presidente Prudente, 2004. Disponível [www2.prudente.UNESP](http://www2.prudente.unesp.br).

POCHMANN, Marcio; BLANES, Denise; AMORIM, Ricardo (coord.). **Inclusão Social uma utopia possível: impacto das políticas públicas de Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Cortez, 2006.

PORFÍRIO, Sônia Mara F. Silva. **A Pedagogia do MST: para além do seu próprio movimento**. Dissertação: (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Campo Grande-MS, 2000.

PRADO, Júnior Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PRONI, M. Weishaupt **História do Capitalismo: uma visão panorâmica**. Campinas, São Paulo: UNICAMP. IE. CESIT, 30p. (Cadernos do CESIT, n. 25). 1997.

\_\_\_\_\_. et al. Agricultura, Desigualdade Regional e Trabalho no Brasil. **Revista da ABT**, v. 5, p 1-5, 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Nacional, 1979.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Breve roteiro das transformações no campo sul-mato-grossense entre 1970 e 1985. **Revista geografia**. Campo Grande, MS, n. 8, p. 33-40, jul./dez, 1998.

ROCHA, Dorothy. **A Gestão da educação pública em Mato Grosso do Sul-**

**Práticas Racionalizadoras e Clientelismo**. Tese (Doutorado), Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo, 1992.

SADER, Emir. (org) **Movimentos Sociais na Transição Democrática**. São Paulo: Cortez, 1987.

SANTOS, Francisco Givanildo. **Colônia Agrícola Arnaldo Estevão de Figueiredo Década de 50**. Monografia (Especialização em História do Brasil). Universidade Federal do Mato Grosso do Sul Dourados-MS, 1998.

SANTOS, Milton. **A Grande Crise já se Instalou**. In: BENJAMIM, Cezar; ELIAS, Luiz Antonio. **Brasil: crise e destino**. São Paulo: Expressão Popular. 2000, p 21-34.

SENNA, Ester (org.) **Trabalho, Educação e Política Pública: estudos em educação**. Campo Grande: UFMS, 2003. p.135- 148.

- SÉRGIO, Frei; STÉDILE João Pedro. **A Luta pela Terra**. São Paulo: Página Aberta, 1993.
- SILVA, Celeida Maria C. e Silva. **Políticas Públicas e assentamentos rurais de Corumbá-MS (1984-1996)**. Dissertação: (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Campo Grande-MS, 2000.
- SILVA, Edima Aranha. **Os Homens de Fumaça**: fragmentos da vida dos carvoeiros em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul – Uma visão multidisciplinar** (Coord.). Campo Grande. Editora da UFMS, 2008.p. 139- 173.
- SILVA, Tânia Paula da. **Reforma Agrária e Educação**: A realidade dos assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul – Uma visão multidisciplinar** (Coord.). Campo Grande. Editora da UFMS. p. 291-321.
- SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo, Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 78).
- SOBARBO, Oscar. O urbano e o rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria E. B.; WHITACKER, Arthur Magon (coord). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 53- 64
- SOTO, William Héctor Gómez. **A produção de conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil**: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2002.
- SOUZA, Adauto de Oliveira et al. Diretrizes da política de desenvolvimento regional: o caso do programa governamental “avança Brasil”. **Revista de Geografia**. Campo Grande, MS, n. 19, p. 7-83, jan/jun, 2004.
- SOUZA, Maria Antônia de. **A Formação da Identidade Coletiva**: Um Estudo das Lideranças de Assentamentos Rurais no Pontal Paranapanema. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- \_\_\_\_\_. A pesquisa sobre educação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 12, p. 443-461, 2007.
- SOUZA, Micheleni Márcia. **O cotidiano do Assentamento Taquaral – Corumbá-MS**: As representações acerca da Escola e do Trabalho. Dissertação: (Mestrado em

Educação), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Campo Grande-MS, 1998.

TALAVERA, João Roberto. **Uma experiência educacional assentada em (sob) Novo Horizonte**: os desencontros dos bem-intencionados agente de transformação. Dissertação: (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - Campo Grande-MS, 1994.

THOMAS, Antônio J. Desenho societal dos sem terra no Brasil. **Revista Abra, Campina**, v. 28, n. 25, p.31-46, 2001.

TOURAINE, Alain. Tradução EDEL, Elia Ferreira. **Crítica da Modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **Teoria da Dependência e Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina**. Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2008.

VALENTE, Ivan. **PNE: FHC sabota o plano idéias para um balanço de educação**. São Paulo: Xamã Editora, 2001.